



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Políticas Educativas na Guiné-Bissau: estudo longitudinal  
dos ensinos básico e secundário

Francisco Armando Bilima Té

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Ciência Política

Orientadora:

Doutora Maria Antónia Barreto, Professora Coordenadora da Escola Superior de Educação e  
Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria  
IPL

Coorientadora:

Doutora Ana Maria Belchior, Professora auxiliar com agregação em Ciência Política,  
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2017



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Políticas Educativas na Guiné-Bissau: estudo longitudinal  
dos ensinos básico e secundário

Francisco Armando Bilima Té

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Ciência Política

Orientadora:

Doutora Maria Antónia Barreto, Professora Coordenadora da Escola Superior de Educação e  
Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria

IPL

Coorientadora:

Doutora Ana Maria Belchior, Professora auxiliar com agregação em Ciência Política,  
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2017

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, dirijo uma especial gratidão às minhas queridas orientadoras de pesquisa, Professora Doutora *Maria Antónia Barreto* e Professora Doutora *Ana Maria Belchior* pela atenção, compreensão, cordialidade e confiança que possibilitaram a concretização deste trabalho. Igualmente a forma sabia e profissional que demonstraram na orientação deste trabalho, pelas rigorosas críticas construtivas, pelo empenho neste trabalho, com vista a encontrar soluções desejáveis. Queridas professoras, muito obrigado!

À minha família, tio Armando Nunes Té, pelo encorajamento e apoio moral, à minha mãe, Paula Cá, aos meus irmãos e em especial à esposa Neusa Sanca que pela distância soube de forma responsável assegurar a casa e cuidar dos queridos filhos quer à distância como em presença: Gilson Francisco Té, Joyce Francisco Sanca Té e Francisco Sanca Té. Amo-vos!

Agradecer incondicionalmente os apoios do Dr. Celestino Monteiro Macedo, Doutor Alexandre Furtado e Doutor Julião Sousa Soares, pela partilha das experiências e instruções nessa tarefa de investigação que para mim foi um desafio.

Aos colegas e amigos: Nazaré Oliveira, Danielton Delgado, Allende Samory Fernandes Quadé, Noémio Santos, Domingos Naquele e maninho Erickson Mendonça, pelas constantes interações e apoios e/ou fornecimento de dados. E, de forma geral, a todos que aceitaram direta ou indiretamente colaborar e participar nas entrevistas como suporte para concretização deste projeto.

Duvido que teria oportunidade de conquistar este título de Mestrado sem ajuda de algumas personalidades e instituições, em especial ao Engenheiro Cipriano Cassamá, presidente da Assembleia Nacional Popular pelo apoio e ao Instituto Camões-IP, na qualidade da entidade financiadora do meu estudo. Um profundo agradecimento.

De maneira extensiva, a todos os professores do Mestrado de Ciência Política do ISCTE-IUL, em particular à Professora Doutora Ana Maria Belchior pela total abertura e apoio desde a minha chegada para a formação até presente momento, ao Professor Doutor Luís Francisco Carvalho e ao Professor Doutor André Freire. Os meus agradecimentos.

Muito obrigado!

## Resumo

Este trabalho de fim de curso incide sobre o tópico das políticas públicas, e, dentro destas, sobre as políticas educativas implementadas após o processo de transição democrática da Guiné-Bissau.

A Guiné-Bissau, através do seu governo, “está empenhada na via da educação para todos” (Plano Trienal para o Desenvolvimento da Educação, 2010:4), por isso são de suma importância estudos sobre este caso que procurem demonstrar ou apontar as incongruências, as falhas, os atrasos, as dificuldades e também os pontos positivos das políticas educativas para que, em conjunto, se encontrem soluções adequadas.

Neste estudo optamos pelo método qualitativo devido ao seu carácter mais descritivo e interpretativo, sendo considerado adequado para responder aos objetivos propostos. Em concreto, a opção pela utilização da análise documental e da entrevista, permite dar resposta aos objetivos da investigação.

Ao propormo-nos a confrontar os diversos períodos históricos da educação da Guiné-Bissau (1974 a atualidade), à luz dos objetivos de investigação enunciados, caracterizamos o sistema educativo (Ensino Básico e Ensino Secundário) na Guiné-Bissau, por um lado, no que respeita às implicações resultante da instabilidade sociopolítica do país, dos escassos recursos financeiros, materiais e humanos, e, por outro lado, analisando as políticas implementadas para os respetivos níveis de ensino de 1991 a atualidade.

Este trabalho compõe-se de três partes, para além da introdução. Na primeira parte, procede-se ao enquadramento teórico em que apresentamos um capítulo sobre as políticas educativas enquanto políticas públicas, e um segundo capítulo sobre a caracterização do sistema educativo guineense. Na parte metodológica fizemos a apresentação dos procedimentos e dos instrumentos de recolha e análise de dados. Na terceira parte, a da apresentação análise e comentário dos dados, discutimos os dados recolhidos com base no suporte teórico.

**Palavras-chave:** Sistema educativo guineense; políticas públicas; Guiné-Bissau.

## **Abstract**

This end-of-masters work deals with the issue of public policy and, within this, with educational policies that were implemented after the process of democratic transition in Guinea-Bissau.

Guinea-Bissau, through its government “is committed to education for all” (Plano Trienal para o Desenvolvimento da Educação, 2010:4), and, as such, studies on this matter are crucial to show incongruences, flaws, and difficulties, as well as positive points of educational policy as a ways of finding adequate solutions together.

In this study, we opt for a qualitative method, given its descriptive and interpretative character, which we consider adequate in answering our objectives. Concretely, the option to resource to documental analysis and interviews allows us to answer the objectives of the investigation.

By trying to confront the several historical periods of education in Guinea-Bissau (1974 to present), in the light of the objectives of investigation mentioned, we characterize the educational system (Basic and Secondary education) in Guinea-Bissau, on the one hand, with regards to the implications of sociopolitical instability in the country, the few financial, material, and human resources and, on the other hand, by analysing the policies implemented for those levels of teaching between 1991 and the present.

This work consists of three parts, apart from the introduction. In the first part, we provide a theoretical framework, in which we present a chapter on educational policies as public policy, and a second chapter devoted to the characterization of the educational system in Guinea. In the methodological section, we presented the procedures and instruments used to collect and analyse the data. In the first part, devoted to the presentation analysis and commentary of the data, we discuss the data collected based on the theoretical support.

**Keywords:** Guinean educational system; public policy; Guinea-Bissau.

## ÍNDICE GERAL

Índice

<i>Agradecimentos</i>	<i>i</i>
<i>Resumo</i>	<i>ii</i>
<i>Abstract</i>	<i>iii</i>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I: A POLÍTICA EDUCATIVA COMO POLÍTICA PÚBLICA</b>	<b>3</b>
1.1 Políticas públicas no setor educativo e o papel dos seus atores	3
1.1.1 Políticas Públicas e Educativas – uma abordagem sociopolítica	3
1.2 Necessidade da definição dos planos para o sistema educativo guineense	5
1.3 A política educativa e o direito à educação	6
1.4 Sistema educativo africano	8
<b>CAPÍTULO II - O SISTEMA EDUCATIVO NA GUINÉ-BISSAU – REALIDADES E PARTICULARIDADES</b>	<b>11</b>
2.1 Continuidade ou rutura da política educativa do partido-governo: de 1974 a 1991	11
2.2 A política educativa - de 1991 à atualidade	13
2.2.1 Formação pedagógica dos professores dos ensinos básico e secundário	15
2.2.2 Gestão administrativa dos serviços centrais, regionais e escolares como instituições educativas	17
2.3 Avaliações do impacto das políticas educativas na Guiné-Bissau	18
2.4 Análise do programa e proposta da IX legislatura do governo guineense	20
<b>CAPÍTULO III – METODOLOGIA</b>	<b>22</b>
3.1 Desenho da Investigação	22
3.2 Técnicas de recolha de dados	23
3.2.1 Procedimentos para a realização das entrevistas	24
3.3 Entrevista	24
3.4 Amostra	25
<b>CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS</b>	<b>26</b>
4.1 Problemas	26
4.1.1 Incumprimentos dos programas e das metas curriculares no sistema educativo Guineense	26
4.1.2 A Carência do Pessoal Qualificado no Sistema Educativo da Guiné- Bissau	27
4.1.3 Ineficácia da Gestão administrativa	28
4.1.4 Fraco investimento no setor educativo	29
4.1.5 Instabilidade Política	30
4.2 Formação do Professor	31

Políticas Educativas na Guiné-Bissau: estudo longitudinal  
dos ensinos básico e secundário

<b>4.3 Medidas reformistas das Políticas Educativas Implementadas (1991 a atualidade)</b>	<b>33</b>
<b>4.4 Evolução do sistema educativo no nível Básico e Secundário</b>	<b>34</b>
<i>CONCLUSÕES</i>	<i>36</i>
<i>BIBLIOGRAFIA</i>	<i>38</i>
<i>ANEXO – A</i>	<i>i</i>
<i>ANEXO – B</i>	<i>iv</i>

## **Glossário de siglas**

BM- Banco Mundial

BO- Boletim Oficial

DENARP- Documento de Estratégia Nacional de Redução de Pobreza

EB- Ensino Básica

EBE- Ensino Básico elementar

ES- Ensino Secundário

ESC- Ensino Secundário Complementar

GIPASE- Gabinete de Informação, Planificação e Avaliação do Sistema Educativo

IGE- Inspeção Geral da Educação

INAFOR- Instituto Nacional de Formação Profissional

INDE- Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação

INEP- Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa

LBSE- Lei de Base do Sistema Educativo

MEN- Ministério da Educação Nacional

MENCCJCD- Ministério da Educação Nacional, Ciência, Cultura, Juventude e dos Desportos

MENES- Ministério da Educação Nacional e Ensino Superior

ONG- Organização Não Governamental

PIB-Produto Interno Bruto

PLAN- Plano Internacional

PNA-EPT – Plano Nacional de Ação/ Educação para Todos

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PQEDH- Plano Quadro da Educação para o Desenvolvimento Humano

PTDE- Plano Trienal para o Desenvolvimento da Educação

RESEN- Relatório do Estado do Sistema Educativo Nacional

RESEN- Relatório do Estado do Sistema Educativo Nacional

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura

UNFPA- Fundo de População das Nações Unidas para Ação

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

## INTRODUÇÃO

A educação é aqui entendida como esforço de mobilização, organização e capacitação das pessoas, a nível científico, técnico, artístico, humanístico, com impacto a nível pessoal, social e político. A educação é um exercício de cidadania; é uma prática política que se concretiza em múltiplos eixos, entre eles o do ensino. (Freire & Nogueira, 1993:19).

O estudo realizado é sobre as políticas públicas no domínio da educação na Guiné-Bissau, no período pós independência nacional (1974) até à atualidade. O nosso interesse por este assunto decorre do facto de sermos guineense e trabalharmos no Ministério da Educação.

É impensável que, face ao desenvolvimento acentuado da educação em muitas partes do mundo, fundamentalmente no Ocidente, a utilização de meios eletrónicos de ensino (o computador, o projetor, a internet) constitua ainda um dos grandes dilemas para o sistema de ensino e aprendizagem. Por outro lado, sublinhe-se, não podemos descurar o investimento que se deve fazer no Professor, pois este tem incumbências maiores tais como a de moderador e facilitador do processo de aprendizagem.

Tendo em conta que o tema em análise nesta dissertação está relacionado com a evolução do sistema educativo guineense, visa-se dar um contributo para melhor perceber a problemática do sistema educativo guineense, cujos factos suscitam grandes debilidades na formulação de política educativa (Furtado, 2005), que nos motivaram a encetar a pesquisa questionando.

A questão de pesquisa a que se pretende responder é a seguinte: Quais as principais políticas educativas implementadas com vista ao desenvolvimento do setor educativo na Guiné-Bissau no período pós-independência?

Pretendemos atingir os seguintes objetivos com esta investigação:

- Caracterizar a evolução do sistema educativo no que respeita ao Ensino Básico e Secundário da Guiné-Bissau (1974 à atualidade).
- Analisar as principais políticas implementadas para o Ensino Básico e Secundário de 1991 à atualidade.

Segundo Freire (1992), uma das tarefas dos sistemas de ensino é abrir caminho à esperança pela educação. Com efeito, no período colonial o sistema de ensino foi bastante seletivo e foi um dos principais instrumentos para a manutenção do sistema colonial. No período pós-independência, na Guiné-Bissau, não houve capacidade política para um real desenvolvimento do sistema de ensino de tal modo que no Boletim Oficial da República da Guiné-Bissau, publicado a 31 de Julho de 2000, pode ler-se o seguinte:

“Como resultado da ausência de políticas coerentes nas últimas duas décadas, e como consequência da falta de vontade política para fazer da formação dos recursos humanos uma real prioridade, a educação nacional encontra-se numa situação catastrófica. O acesso à escola é ainda

muito limitado, devido à insuficiência da oferta escolar e à inadequação da sua distribuição” (p. 260).

As questões da escolarização de rapazes, e sobretudo de raparigas, da qualidade do ensino, do abandono escolar, da não adesão à escola e da falta de investimentos no sistema educativo guineense, da formação de professores, dos currículos, entre outros, têm gerado preocupação e fazem parte de áreas de reflexão no âmbito do sistema de ensino sobretudo a partir de 1990, altura em que se abandonou a política de partido único, muito dependente das orientações do chamado “bloco de leste” (MEN-PNA, 2003).

Ao longo dos anos foram apresentadas soluções para os problemas detetados no sector educativo guineense, sendo que muitas delas nunca foram postas em prática. A título de exemplo: o governo já previa, em 2000, a formação de recursos humanos de qualidade na área da diplomacia; a promoção de um espírito de corpo entre os profissionais ao serviço do país. (Boletim Oficial da Guiné- Bissau, 2000: 265).

Todavia, os resultados demonstram que houve, porventura, uma ligeira recessão, um recuo nos investimentos e um retrocesso no investimento na formação.

É necessário, contudo, observar que foram criadas medidas para melhorar o sistema de ensino no início da década de 2010, como por exemplo a introdução da disciplina de educação cívica em todos os níveis do ensino; a instituição do 12º ano; a organização do ensino secundário em função de currículos de pré-especialização; a reforma dos programas por forma a adaptá-los às necessidades do país e aos desafios da modernidade. Mas, como em períodos anteriores, as dificuldades residiram na implementação destas medidas e hoje mantem-se a maior parte das dificuldades, talvez acentuadas pelo crescimento da população, por alguma descrença política, por pressão sobre as cidades, por ausência de recursos, entre outros fatores (Boletim Oficial da Guiné- Bissau, 2000: 261).

Como argumentam Silva e Gonçalves (2011: 71), “a educação para a cidadania e para os direitos humanos conduz os estudantes como pessoas totais”. Paulo Freire (1978) colaborou com a Guiné-Bissau e nas propostas que fez defendeu um sistema educativo que veiculasse uma educação integradora, popular, nacional, integradora de competências nas áreas do saber fazer, do saber-ser e do saber-estar. (*idem*).

O presente trabalho está estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, abordamos a política educativa enquanto política pública. No segundo capítulo, tratamos particularmente do sistema educativo da Guiné-Bissau, nos períodos pós independência, da institucionalização da democracia e até à atualidade. O terceiro capítulo contém a metodologia, onde se apresenta o método de investigação qualitativa e os instrumentos usados para a recolha dos dados. No quarto capítulo apresentamos, analisamos e discutimos os dados. E ainda apresentamos a conclusão e sugestões para futuros estudos.

## **CAPÍTULO I: A POLÍTICA EDUCATIVA COMO POLÍTICA PÚBLICA**

Neste capítulo vamos sistematizar os contributos teóricos e empíricos sobre a problemática da educação na Guiné-Bissau, tanto no âmbito das políticas educativas como ao nível do seu processo evolutivo. Vamos caracterizar o conceito de política educativa e as dinâmicas deste nos contextos africano, no geral, e guineense, em particular. As políticas educativas obedecem, na Guiné-Bissau, em quaisquer circunstâncias, a um processo de conceção, avaliação, experiência e aplicação. Sendo assim, debruçar-nos-emos sobre toda uma problemática que se desenrola à volta do sistema educativo guineense, sem, no entanto, descurarmos diversas realidades paralelas a esta, como sejam outras realidades africanas.

### **1.1 Políticas públicas no setor educativo e o papel dos seus atores**

As políticas públicas são hoje uma realidade que nenhum país pode descurar sob pena de comprometer o seu processo de desenvolvimento. Segundo Hofling, E. Mattos (2001), as políticas públicas “dispõem de pluralidade de termos que vai desde o nível federal, estadual, municipal, associado a poder, tendo por isso, conteúdos temáticos como política económica, social, de saúde, educação e assistência social.”; contudo, diz Lascoumes et Patrick (2007: 7) “historiquement, il est difficile d’identifier précisément le point de départ des politiques publiques”. Para o autor, é bastante complexo estruturar vários pontos de partida nas abordagens das políticas públicas na medida em que as necessidades dos setores públicos parecem todas prioritárias. Portanto, há uma tarefa que consiste em medir as necessidades coletivas e procurar soluções alternativas. No fundo assenta em processos de concertação social, tendo em conta o benefício social.

#### **1.1.1 Políticas Públicas e Educativas – uma abordagem sociopolítica**

O âmbito sociológico da abordagem é fundamental para a compreensão da interatividade nas relações, tendo como objetivos o bem comum. Baseando-se nas abordagens da Sociologia política, Barroso (2006) defende que a importância da regulação das políticas públicas no processo da composição do papel do Estado e sua intervenção governativa resulta em dois aspetos importantíssimos:

- Por um lado, o Estado continua a assegurar o papel de relevância na definição, na condução e na execução das políticas e de ação pública;
- Por outro lado, o Estado tem por obrigação partilhar esse papel com a intervenção crescente de outros atores, que reportam as referências, lugares e processos de decisão distintos.

De acordo com Teixeira (2002), as políticas públicas têm como função responder às demandas junto dos segmentos sociais carentes. É também um processo flexível.

Nesta ordem de ideias, do ponto de vista social ou económico, segundo autor, procuram-se alternativas compensatórias para fazer face ao equilíbrio situacional, isto é, estas alternativas têm como fulcro minimizar as desigualdades sociais existentes.

Hewlett (1986:7) argumenta que a “Public policy is a complex and difficult task. It cannot be accomplished simply by going through the official records of government decision-making found in such forms as laws, acts, regulations, and promulgations.”

Para Hewlett, as políticas públicas são uma tarefa complexa e difícil, visto que não se cingem à realização e execução de decretos, regulamentos, normas e deliberações governamentais. As políticas públicas, de que fazem parte as educativas, indo ao encontro do que considera o autor “complexas e difíceis”, remetem para um plano interdisciplinar entre a sociedade geral (que apresenta as necessidades) e o poder executivo ou político (que torna exequível o programa que enquadra as tais políticas).

Farah (2004) designa políticas públicas como “ação do Estado orientada por determinados objetivos que vai traduzir em jogo de interesse, através de programas de menor abrangência em que se desdobra em políticas públicas”. Ou seja, o desenvolvimento dos programas é de base consensual aos outros atores da sociedade que são também promotores da política ao serviço do interesse público. Para uma melhor atuação, importa considerar a agenda democrática, sinal de reforma, como condição para alcance da “eficiência e eficácia” junto do Estado. A mesma autora aponta os seguintes aspetos a ter em conta:

- Descentralização como estratégia da democratização e de utilização consciente dos recursos públicos;
- Estabelecimento de prioridade de ações ao processo de ajustes;
- Nova forma de articulação entre o Estado e sociedade civil e de tomada de decisão;
- Nova gestão das políticas públicas que satisfaçam o interesse público.

À luz do princípio democrático apontado por Farah (2004:52) pode-se constituir a convergência harmoniosa no relacionamento das organizações da sociedade civil e das instituições sociais com o Estado, tendo como essência responder às demandas do interesse público.

Em geral, e seguindo as ideias dos autores, todas as entidades envolvidas no processo com vista a procura de consenso e alternativas acabam, em consequência das suas visões particulares, por entrar em conflito, sem pôr em causa os objetivos da instituição.

## 1.2 Necessidade da definição dos planos para o sistema educativo guineense

Independentemente dos constrangimentos a nível político, a inexistência de um plano estratégico para o setor educativo tem sido um dos problemas da crise instalada em todo o setor educativo guineense. Esta limitação na preparação de currículos e programas ajustados à realidade nacional e zona de integração regional, a colocação tardia dos professores e início do ano letivo, a falta de formação de professores, entre outros, são problemas que merecem a análise dos responsáveis políticos, e a aferição dos respetivos custos financeiros do ano letivo, que devem ter suporte no Orçamento Geral do Estado. Neste lógica, sustenta Dourado (2011:29) que, “ao definir grande metas, indicando grandes desafios para a melhoria da educação nacional, o Plano Nacional da Educação configurou-se como plano formal, marcado pela ausência de mecanismos concretos de financiamento”. Compete à instituição (Ministério da Educação Nacional) traçar um plano nacional do sistema educativo, onde ficarão definidas todas as prioridades concretizadas a curto e médio prazo com base e suporte no orçamento geral do Estado, que permitam políticas regionais e sectoriais serem atendidas em conformidade com os objetivos e as metas da educação nacional. Tal facto, contribuiria muito para a redução significativa dos problemas que emergem internamente por fatores múltiplos e que permitem, segundo Zabalza (1997:47) *converter uma ideia ou um propósito num curso de ação*.

No caso guineense “ a política sectorial que o governo elaborou, visa a implementação do plano de ação trienal, tendo como propósito: estabilizar o sector e, preparar melhor a implementação do programa sectorial.” (MEN-PTDE, 2011-13 (2010:19). O plano contém a etapa intermédia baseada na construção de salas de aula para aumentar o tempo de aprendizagem das crianças, restaurar o sistema e implementar a estratégia de gestão administrativa e financeira, planeamento, formação inicial e contínua de professores (*idem*).

Nesta perspetiva, o governo guineense adota oito estratégias para as quais, propusemos analisar apenas duas: (Componentes dois, para Ensino Básico e Componente três, para Ensino Secundário).

Em relação a Componente 2, organização do plano para o Ensino Básico.

“Esta componente representa cerca de 75% do conjunto do plano trienal, o que demonstra a prioridade acordada pela estratégia nacional ao objetivo de educação para todos. Nas épocas anteriores, 57% das despesas eram destinadas aos ciclos 1 e 2” (p. 25).

Tendo como subcomponentes os seguintes: i) *melhoramento do acesso, retenção e qualidade do ensino de base dos ciclos 1 e 2*; ii) *melhoramento do acesso e qualidade do ensino de base do ciclo 3*. (MEN-PTDE, 2011: 26-27).

A tentativa de resolução dos problemas educativos pelos governos da Guiné-Bissau, traduz-se no enfoque dado às principais estratégias que visam encontrar melhores respostas para os grandes desafios em matéria de consolidação e expansão de ensino de qualidade.

Quanto à Componente 3 (Ensino Secundário), segundo o PTDE (2011:28), o governo pretende “aumentar o acesso ao ensino secundário em função do crescimento demográfico permanecendo a Taxa Bruta do Secundário (TBS) estável à volta de 21%”. Por outro lado, implementou o 12º ano visando corresponder o nível da nossa integração sub-regional, podendo com este ato, dar continuidade aos estudos, assim como, através de realizações de exames nacionais, avaliar o sucesso dos estudantes do ensino secundário (*idem*).

É natural que ocorram fatores intrínsecos e extrínsecos que determinam o sucesso e insucesso da planificação. Entende-se que, o sucesso de qualquer planificação associa-se ao conhecimento, eficiente articulação, organização metodológica e convicção para sua concretização. A ausência desses requisitos e dos meios orientadores da ação conduzem ao insucesso de uma boa planificação.

### **1.3 A política educativa e o direito à educação**

Antes de mais, impõe-se levantar uma questão: o que representam as políticas públicas no contexto das políticas educativas?

As políticas educativas representam um conjunto de medidas tomadas pelo poder político visando a melhoria e adequação do sistema educativo. Deste modo, elas enquadram-se nos programas governamentais como parte integrante das políticas públicas. Quando falamos em políticas públicas, podemos falar também de políticas educativas. Seria estéril qualquer abordagem a este tema se não explanássemos das políticas educativas. Estas podem ser definidas como “programas de ação governamental, estruturados a partir de valores e ideias que se dirigem a públicos escolares e são implementadas pela administração e pelos profissionais da educação” (Yves Meny e Jean Claude Thoenig, 1989 *apud* Zanten, 2011: 640).

Entender políticas educativas exige conhecimento sobre a educação e o processo educativo, contextos globais e específicos, enquadramentos e sentido da evolução dos sistemas. Para Locke (2012), por exemplo, a educação pode constituir, desde muito cedo, um objeto privilegiado de mediação dos homens e da sociedade. Ou seja, a educação é um fator decisivo do desenvolvimento e, como tal, prioritário pela sua natureza e importância que reflete no domínio social, económico, científico, cultural e tecnológico.

As políticas educativas são enquadradas nos seus contextos ou seja exigem um olhar específico e um enquadramento com base naquilo que é a realidade social, económica e cultural de cada país. Mas aceita-se que há princípios orientadores gerais, comuns a múltiplos sistemas educativos, sobretudo no momento atual de grande globalização de ideias. Um desses princípios é o da valorização da prática, da experiência e que está subjacente à valorização do ensino profissional, da relação da escola com o mundo do trabalho. Dewey (1971:95) defende o princípio de que “a educação, para realizar os seus fins, (...)”

deve basear-se na experiência”. A Guiné-Bissau, devido à sua integração nas diversas organizações educativas regionais e internacionais, mostra alguns sinais da evolução resultante da experiência adquirida sendo útil para a transformação do seu contexto (MEN-PNA, 2003).

Por exemplo Bourdieu (2010: 173) afirma que a “transformation qui, le système scolaire et au dehors, ont été déterminées par l'accroissement massif de la population scolarisée”. Neste sentido, a participação massiva da população escolarizada provém das transformações operadas no sistema escolar, contribuindo também para a consciencialização do exercício de cidadania. De facto, a educação, como um bem público e quanto mais elevada for a sua qualidade maior o seu impacto visará aumentar os conhecimentos, a qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos.

Uma sociedade cujos cidadãos estejam bem formados é uma evidência de que terão vincado as políticas educativas, dentro daquilo a que se chama políticas públicas. Um cidadão formado “adquire privilégios”, entre os quais, o da respetiva graduação. Ademais, como argumenta Smith (2010:394), “os privilégios dos graduados são uma espécie de estatuto da aprendizagem”. Estão evidentemente em destaque as vantagens e o papel da formação escolar, para a promoção de um ambiente capaz de contribuir para a transformação do indivíduo em sociedade.

Como afirma Azevedo (1996:13), “o progresso da educação e ensino é uma ambição coletiva, devidamente cimentada no amplo estudo e debates, na concentração de opiniões, na negociação de soluções”, dado que as políticas educativas são fundamentais para a transformação cultural, social e económica de um país. Para tal, é indispensável uma estratégia, assente nos princípios e conhecimentos modeladores do Homem que se alia a teorias e práticas e que terá maior sucesso se for suportada pela participação dos cidadãos. Se houver apropriação consciente das comunidades, os sistemas educativos podem ser de sucesso e desta forma atingirem os seus objetivos. Um desses objetivos é a melhoria das condições de vida das populações.

No caso da Guiné-Bissau, como podemos constatar no Plano Trienal para o Desenvolvimento da Educação, 2011-2013 (2010), do Ministério Nacional da Educação, Cultura, Ciência e da Juventude e Desportos, um dos principais objetivos do Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP<sup>1</sup>), visava estabelecer uma relação sólida entre o setor educativo e outros setores sociais como a economia, a administração pública, a macroeconomia, o emprego e os serviços sociais; e visava, acima de tudo, melhorar o nível de vida dos grupos vulneráveis. Por isso, os objetivos educativos fixados no DENARP, o poder político engajou-se, em 2007, com o apoio dos seus parceiros (MEN-PNA, 2003), num processo para elaboração de um programa que visava atingir os objetivos de desenvolvimento do milénio, especialmente o de tornar o ensino primário universal até 2020.

---

<sup>1</sup> Documento de Estratégia Nacional de Redução de Pobreza.

As políticas públicas e todas as ideias que veicula através de currículos, programas e manuais escolares, devem conformar com os direitos da educação que visam, sobretudo, adequar os necessários saberes com vista a preparar os jovens aos desafios dos avanços que vão tendo lugar de forma expressiva.

No caso guineense, as políticas públicas são editadas em função dos governos nomeados, que nem sequer cumprem o mandato, e acima de tudo, inspirando em modelos inadequados à realidade nacional.

Fica aqui expressa a ideia de que o progresso na educação deve ser de interesse geral e de que todos os atores sociais devem intervir em prol de um sistema comprometido com o desenvolvimento.

#### 1.4 Sistema educativo africano

Falar do sistema educativo africano pode parecer um contrassenso dado a sua diversidade; porém, apesar disso, o continente africano possui algumas homogeneidades<sup>2</sup> do ponto de vista de políticas educativas. Quer seja em países francófonos, lusófonos ou anglófonos, há realidades similares, assim como existem entre os sistemas educativos europeus.

Os decisores pautam-se por princípios que partem de uma educação colonial para uma educação baseada nos padrões definidos pelos partidos ou movimentos independentistas e mais tarde por princípios ocidentais.

Mas todo esse processo político representa uma mudança no paradigma do conceito da educação que se quer para o século XXI.

Fay Chung, citado por Delors (2003) defende que África deve repensar os seus sistemas educativos devido ao efeito da globalização da economia, visto que há uma forte alienação das línguas africanas e das culturas tradicionais no sistema clássico de ensino. Ou seja, África deve definir o tipo de educação que se adequa ao seu desenvolvimento e “não pode continuar a perpetuar a dupla herança colonial e feudal conservando os sistemas e estruturas de educação passada” (p.198).

Todavia entender os princípios orientadores da educação em África implica conhecermos, as etapas do sistema de educação neste continente.

Podemos sistematizar o quadro teórico da relação entre a educação e o desenvolvimento em três grandes teorias (Correia, 2007).

- A teoria desenvolvimentista considera o subdesenvolvimento como resultado de fatores socioculturais que se opõem ao desenvolvimento;

---

<sup>2</sup> África é, concomitantemente, um continente homogéneo e heterogéneo, na medida em que há uma génese cultural quase linear na África subsaariana, havendo aí, ao mesmo tempo, muitas subculturas, etnias, línguas, religiões e *modus faciendi* que resultam das necessidades e potencialidades de cada território que compõem a grande África.

- As teorias da modernização consideram fundamental o papel da educação na remoção dos obstáculos ao arranque para o desenvolvimento social. Consideram ainda a existência da relação positiva entre ensino e crescimento económico;
- A teoria da dependência, contrariamente às duas, vê na educação uma necessidade de a potência colonial continuar o seu domínio, penetração e exploração ocidental nas sociedades subdesenvolvidas (Correia, 2007:38).

O continente não possui uma homogeneidade do ponto de vista de políticas públicas, educativas, económicas, nem ao nível das matrizes culturais e linguísticas. Contudo, é relevante sublinhar que, em linhas gerais, o sistema de educação em África, numa visão e análise empíricas, caracteriza-se pela existência de três momentos (Banco Mundial, 1990).

a) Num primeiro momento, a educação era assegurada desde tenra idade até à morte por membros adultos da comunidade e/ou grupos etnolinguísticos e progressivamente, passando os conhecimentos de geração em geração, através da oralidade, da memória e da tradição. As raparigas e os rapazes não recebiam a mesma educação. Às meninas ensinava-se a governar a casa e a educar os filhos. Aos meninos ensinava-se a caçar, a preparar ou fabricar as armas (flechas, zagaias, fiskas, armadilhas) para que, assim, garantissem o mantimento da família. Mas, sublinhe-se, a todos, durante as noites, depois da última refeição, contavam-se os mitos africanos: eram estes que guiavam, que conduziam, que regiam todo o pensamento cultural do folclore africano. Surgiram designações como os educados, os civilizados e os evoluídos.

b) Num segundo momento, a educação caracterizou-se por uma configuração híbrida, na qual se combinavam as aprendizagens e a assimilação de outras civilizações (como a ocidental) com as de matriz africana. Por exemplo, às crenças religiosas africanas, muito praticadas na África ocidental, e não só, juntaram-se mais tarde, o Islamismo (muito praticado na costa oriental) e o Cristianismo (preponderantemente praticado na África Austral). Estes hábitos e outras práticas culturais ter-se-ão porventura desenvolvido num sistema integrado de educação em cada zona onde predominassem os que as impunham. No território de expansão islâmica promovia-se a ética e a teologia do Islão (Banco Mundial, 1990:11). Havia na África subsariana, anterior ao período de conquistas europeias, grandes centros como os de Tombuctu, no Mali, e de Lamu, na costa oriental africana;

c) Finalmente, no terceiro momento, temos uma educação com grande influência da igreja e do Ocidente. Esta tendência enquadra as dinâmicas educativas do século XXI na realidade sociocultural africana, conjugando os princípios que orientam a educação global com os valores culturais africanos e de cada país. Contudo, existe ainda na generalidade dos casos um longo caminho a percorrer: os currículos, manuais pedagógicos, práticas didáticas, teorias, metodologias e técnicas, assim como as matérias curriculares nada têm a ver, nos países africanos, com a sua origem, identidade, cultura e civilização (Correia, 2007), uma vez que os tais programas não reportam as realidades africanas e da sua vivência.

Por conseguinte, as missões católicas e protestantes surgiram, no período colonial como os primeiros agentes do processo educativo convencional ocidental. Com a vaga de independências em África no século XX, a herança educativa colonial revelou-se insuficiente e o continente africano continuou com elevados índices de analfabetismo, dificuldade de acesso a escola, falta de quadros, entre outras dificuldades. Esta situação tem sido entrave para o desenvolvimento do continente.

Lê Thanh Khôi *apud* Correia (2007:39) vê o papel da educação em dois planos distintos: positivo e negativo.

No plano positivo, a educação é um fator que proporciona conhecimentos, promove-os, divulga-os no sentido de fomentar atitudes que sejam aptas à produção, melhoramento da qualificação de mão-de-obra e da produtividade. No plano negativo, a educação é considerada um verdadeiro entrave para a transformação de atitude não favorável à produção, difusão de saber, falta de qualificação, redução dos investimentos produtivos por falta de mão-de-obra capacitada para responder aos desafios que surgem.

De frisar que, “de acordo com os números citados pelo UNESCO havia, na altura das respetivas independências, apenas 90 africanos com diplomas universitário no Gana, 72 na Serra Leoa e 29 em Malauí” (Banco Mundial,1990:12). Mas a situação mudou com o passar do tempo: o número global de alunos multiplicou-se a todos os níveis, atingindo assim um universo de 63 milhões de novos estudantes africanos efetivos entre 1960 e 1983, respetivamente. A mesma fonte indica ainda que, este foi um período durante o qual o número de escolas primárias, na África Subsariana, aumentou de 73.000 para 162.000, e o número de professores do ensino primário de 310.000 para mais de 1.300.000. O número de professores do ensino secundário cresceu oito vezes, passando de 46.000 em 1960 para 373.000, em 1983 (BM 1990:12-13).

De 1980 até aos dias de hoje, o aumento gradativo da população tem criado problemas de gestão e capacidade de resposta aos problemas educativos dos Estados africanos. Como uma das soluções tem sido desenvolvidas iniciativas, entre elas o recurso à iniciativa privada (Banco Mundial, 1990:18), reconhecida no âmbito das políticas públicas.

Tendo em conta os problemas do sistema educativo da África, que deve ter como fator a dificuldade da integração regional e fracos apoios de organismos internacionais da educação e, de acordo com a realidade nacional, requer que seja repensado o sistema, sobretudo ao nível do currículo, programas e manuais escolares. É preciso estudar as características da expansão do sistema educativo ligado ao crescimento demográfico.

## **CAPÍTULO II - O SISTEMA EDUCATIVO NA GUINÉ-BISSAU – REALIDADES E PARTICULARIDADES**

Neste segundo capítulo, apresentamos uma visão analítico-empírica sobre o sistema educativo num processo decorrente de várias etapas. Analisaremos o papel do governo-partido e das suas políticas públicas, o seu impacto na conceção do processo educativo e as variadas formas que sempre serviram de base educativa na Guiné-Bissau.

### **2.1 Continuidade ou rutura da política educativa do partido-governo: de 1974 a 1991**

Para se compreender a situação atual da política educativa guineense, importa recuar um pouco no tempo, analisando as coordenadas da herança complexa recebida pela República da Guiné-Bissau (CIDAC-C, 1976:103).

Na filosofia de Cabral, traçava-se a escolarização como recurso viável para o sucesso da luta. Dizia-se: “a luta de libertação é, acima de tudo, um ato de cultura” (Soares, 2012). Significa a tomada de consciência com reflexão na recuperação da identidade guineense, da construção da nação assente nos dois programas: mínimo (independência) e máximo (desenvolvimento).

Perante essa determinação, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) “conseguiu formar em 10 anos, o maior número de quadros médios e superiores em comparação com o período colonial” (p. 108).

Entendemos que a herança colonial, por um lado, abriu caminhos para uma educação que salvaguardou os interesses e anseios da Guiné-Bissau no século XXI, isto é, a independência, a soberania que colocasse a nação no caminho do processo do desenvolvimento de acordo com a sua filosofia, cultura e tradições, programas, e manuais adaptadas a realidade. Por outro lado, é a desagregação política, e as inconstantes aplicações dos programas, podem constituir a base das dificuldades de configuração de um sistema de ensino de sucesso (MEN-PNA, 2003:9).

Para Lepri (1985) a educação guineense esquadra-se em dois momentos, do ponto de vista ideológico: “após a independência nacional, existiam dois sistemas de educação: um sistema escolar colonialista, sem qualquer adaptação às necessidades do país e desenvolvimento socioeconómico da Guiné, por outro lado, o sistema escolar do Partido Africano da Guiné e Cabo Verde onde a educação era orientada pelos objetivos e programas do partido”. (p. 147).

A ideia do dever de todos irem à escola era sustentada pela ideologia de liberdade e de desenvolvimento. Mas, mesmo assim, a dinâmica da inclusão e adesão escolar não foi acompanhada, em paralelo, pelo crescimento da população escolar. Este período foi caracterizado pelo sistema monopartidário, transformando-o num regime tipo “Partido-Estado-Exército” e com isto “num corpo juridicamente reconhecido pelo sistema dos Estados” (Lopes, 1985:80-81). Colocaram-se na altura

vários dilemas por exemplo fechar as escolas, pensar como funcionar num novo contexto e voltar a abrir as escolas ou conservar a estrutura existente para que pudesse abranger um número maior de alunos e substituição de alguns professores, incapazes de seguir os tempos de mudança, introduzindo reformas num novo sistema educativo. (CIDAC-C, 1976:110).

Furtado (2005:403-409) caracterizou o sistema educativo guineense da altura da seguinte forma:

- Uma política educativa desajustada das dimensões social, política e económica do país;
- Um sistema educativo estranho à realidade e aos anseios do país, com fortes resquícios do passado;
- Uma escola ainda mal compreendida e com dificuldades de integração na comunidade.

Foram criadas instituições formativas destinadas a assegurar a formação dos professores em: Bissau, Bolama e Cói (Soares, 2012).

Aquando da independência, 90% da população era analfabeta. Nesse período o Comissariado da Educação Nacional convidou o especialista Paulo Freire e sua equipa para ajudarem na definição de uma política educativa. A proposta de Freire (1978) foi de implantar um sistema de ensino ajustado e promotor da realidade nacional. Por isso “este projeto teria de nascer lá, pensado pelos educadores nacionais em função da prática social que se dá no país” (p. 16). Também se assumiu a formação dos combatentes das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) que ao longo da guerra de libertação exerceram atividades letivas: a escola de formação de professores de Cói foi criada com essa função. (CIDAC-C, 1976:111).

O governo propõe, na década 80, um estudo sobre o sistema educativo, sob a responsabilidade de António Guterres e da sua equipa. O relatório destaca os seguintes aspetos: a falta de meios; a ausência de quadro de referências para o sistema educativo e a fraca qualidade e quantidade de professores (Guterres *et al.*, 1986).

O relatório ainda apresenta: precariedade nas estruturas físicas e seu funcionamento, inadequação de programas, deficiências técnicas de formulação de objetivos, lacunas em áreas disciplinares, desafetação de valores rurais, conteúdos excessivos, problemas metodológicos, do ensino da língua – e falta generalizada da concretização do plano de atividades, carência de manuais escolares, incidência negativa de fatores socioeconómicos adversos: deficiência a nível nutricional das crianças, a falta de cobertura sanitária, as habitações, o meio cultural e familiar.

O relatório refere o crescimento do Ensino Básico a partir de 1970, e aumento significativo entre 1977 e 1978, tendo atingido o máximo de 76.000 alunos e, posteriormente, o decréscimo em torno de 65.000 alunos, entre 1980 e 1981. As taxas de abandono escolar nas primeiras quatro classes eram na ordem de 20%, 18%, 12% e 33% respetivamente, o que acentuava a perda de escolaridade em cada geração (*idem*).

Devido ao fraco desempenho da maioria dos professores, passou-se a promover a superação pedagógica durante as férias. Assim, os professores com algumas necessidades e com um baixo

desempenho atualizavam os seus conhecimentos didáticos e muitos dos que não possuíam formação vocacionada para o ensino passavam pela agregação pedagógica, seguida de seminários intensivos. Este processo decorreu nas Escolas de Formação de Professores de Bissau e Bolama.

## **2.2 A política educativa - de 1991 à atualidade**

A Constituição da República da Guiné-Bissau, aprovada a 27 de Novembro de 1996, define, no seu Artigo 4, a livre constituição de partidos políticos. O sector da educação, apesar da instalação do novo regime político (democracia), manteve-se fiel aos traços característicos do partido único. A formalização da estrutura do sistema educativo aconteceu apenas em 2009/2010, com a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo, instrumento regulador.

É de salientar que a política educativa da Guiné-Bissau nesse período foi inspirada nas conclusões e recomendações das conferências internacionais, como a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990, e no Plano Nacional de Ação, Educação para Todos (PNA-EPT). Foram elaboradas medidas pelo Ministério da Educação Nacional, o Plano Quadro da Educação para o Desenvolvimento Humano (PQEDH- 1992), o Programa de Emergência (1996), a Lei de Bases do Sistema Educativo Guineense (LBSE, 1999), o Relatório do Estado do Sistema Educativo Nacional (RESEN, 2011), entre outros.

A Conferência Nacional sobre a Educação entretanto realizada reconheceu a necessidade de definir uma política de educação e de criar estruturas de coordenação entre o governo e os parceiros para harmonizar as várias intervenções neste domínio (MEN-PNA, 2011).

Registou-se nesse período uma evolução positiva da população escolar, graças a diversas intervenções do Governo, de ONGs e do sector privado. A taxa de escolarização do ensino básico passou de 42% em 1992/93 para 61% em 1997/98, apesar de grandes disparidades regionais e de género.

No ensino secundário, houve menor investimento em comparação com outros países africanos. Por exemplo, em 1996/97 somavam-se 26 mil alunos, mas continuando com uma média inferior à média africana, que era de 18%. As taxas brutas de escolarização passaram de 13,5% a 20% entre 1997/1998 e 1999/2000 respetivamente, ou seja, uma taxa três vezes mais elevada do que as taxas de 1991/1992 que eram de 6,7%. (MEN-PNA, 2003: 16).

De igual modo, em 1999/2000, havia, no primeiro ano do ensino básico, 27.600 rapazes para 20.600 raparigas (relação 0,7%). A desigualdade de acesso à educação era mais marcante no meio rural do que nos centros urbanos (100% de acesso para os rapazes nos centros urbanos contra 92% para as raparigas e 95% de acesso para os rapazes no meio rural contra 60% para as raparigas). As taxas de retenção eram igualmente mais fracas para as raparigas (57% dos rapazes atingem a 4ª classe contra 37% para raparigas (MEN-PNA, 2003:19).

A Guiné-Bissau figura na posição 177<sup>o</sup> entre 187 países classificados com baixo índice do Desenvolvimento Humano, IDH (0,396 na escala mundial). Tem a esperança média de vida de 54 anos de idade. (Relatório de PNUD, 2014).

Esta realidade de extrema pobreza, impõe grande dependência do exterior, que provoca grande constrangimento na materialização da política educativa, comprometendo o efetivo funcionamento do sistema educativo e, conseqüentemente, levando à fraca qualidade/rendimento da educação, à elevada assimetria regional e à disparidade entre géneros.

A década de 1990 foi marcada pelo conflito armado de 1998, de 11 meses, que, porventura, terá agravado a situação do setor educativo na Guiné-Bissau: “tal insurreição, de acordo com o 2<sup>o</sup> Plano Trienal para o Desenvolvimento da Educação 2011-2013, causou a destruição de 80% das infraestruturas económicas e sociais existentes (MEN-PTDE, 2011-13:6). Assim, o conflito decorrido na década de 90 terá causado fragilidades na implementação e dinamização do sistema educativo, que já estava bastante debilitado.

Durante este período a formação profissional, cujos centros se encontravam numa situação crítica, agravada pela guerra de 1998 e pela suspensão de apoios por parte dos parceiros, caiu em decadência (MEN-PNA, 2003:16).

Importa frisar que a instabilidade crónica do país, associada ao elevado desvio do bem público e à insensibilidade dos governantes para com a educação, tem provocado um sentimento de desvalorização do sector em termos práticos, com reflexo a longo prazo, muito embora estas preocupações apareçam já na carta da política educativa, que reconhece/assume o disfuncionamento do sistema na medida em que o acesso não é universal. Para corrigir tal situação, o governo implementou o programa de desenvolvimento do setor da educação, com a duração prevista de 11 anos (2009-2020), esperando oportunidade de financiamento pela iniciativa *Fast-Track* para efetivação da escolarização básica universal, dependendo da vontade política e estabilidade institucional. Tal financiamento tornaria exequível e funcional o progresso do sistema educativo. (MEN, 2011).

A década de 2000 pode ser caracterizada como um período de estagnação do sistema educativo, resultante da crise e instabilidade institucionais. O governo, apesar das dificuldades, mostrou-se determinado na sua política para o sector, “tendo fixado diversas prioridades essenciais (reabilitação das infraestruturas e regularização dos salários, entre outros), coincidindo com as disposições do DENARP interino de Setembro 2000, visando uma coerência política com base nos seguintes objetivos principais:

- Aumentar as despesas correntes com a educação a fim de atingir 4,5% do PIB, em 2003, por oposição a 2,2%, em 2001;
- Melhorar a eficácia do ensino básico (distribuição gratuita de manuais da 1<sup>a</sup> à 4<sup>a</sup> classes e de guias de português e matemática para professores);
- Construir escolas de ciclo completo e cantinas escolares nas zonas prioritárias;

- Aumentar a taxa de retenção para atingir 70%, em 2003, e 52% para as raparigas em 2003.” (MEN-PNA, 2003 :17).

Estima-se que a taxa bruta de escolarização pública era de 75% no ensino básico, em 2000-2001, em parte devido às medidas de gratuidade escolar: a distribuição gratuita de alimentos e manuais escolares e a implementação de cantinas escolares com o apoio do Programa Alimentar Mundial (PAM) nas regiões de Bafatá, Gabú, Oio e Tombali (MEN-PNA, 2003:16).

De acordo com o Relatório do Estado do Sistema Educativo Nacional, RESEN (2011), “*le système éducatif présente une bonne performance en termes quantitatifs avec une nette amélioration de la couverture scolaire.*” A cobertura escolar melhorou claramente em todos os níveis, entre 1999 e 2009/10, como mostramos no Quadro 3.

Quadro 3: Evolução das taxas brutas de escolarização (TBE) entre 1999/2009/10

	1999/2000	2009/2010	Aumento anual
Pré-escolar	3%	5%	+5%
Ensino básico	70%	117%	+5%
Ensino secundário	19%	43%	+9%

Fonte : (RESEN, 2011-2013:7)

### 2.2.1 Formação pedagógica dos professores dos ensinos básico e secundário

Segundo Freire (1978:13) o professor deve ser *inventor e reinventor*. Ou seja, o professor deve ser criativo e promotor da sua autoformação, não devendo ser dependente da entidade titular neste campo. Qualquer país que deseja um desenvolvimento sustentado, deve eleger a formação dos docentes como prioridade, em virtude da sua influência na construção da uma sociedade culta e cívica, capaz de contribuir para a consolidação democrática. Segundo Lacks (2007) os agentes que garantem o controlo da escola e a formação a partir de sua conceção de sociedade são, sem dúvida, os professores. É por essa razão que o Estado, legítimo representante dos interesses do capital, objetiva envolver os professores na reestruturação da escola, pois, sem envolvê-los em qualquer reformulação está condenada ao insucesso.

A formação de professores tem uma importância estratégica na medida em que proporciona a qualidade pedagógica do ensino e conseqüente qualidade de aprendizagem dos alunos, garantindo assim, *a performance* do sistema. Neste processo, a pedagogia, a didática e a metodologia assumem grande importância, de tal modo que os resultados podem ser considerados estratégicos.

A formação pedagógica tem grande importância na medida em que permite adquirir conhecimentos metodológicos, didáticos e técnicos capazes de garantir condições adequadas com vista facilitar a atividade docente, proporcionando um ensino/aprendizagem aos alunos. Afirma Perrenoud (1977:93) que “alguns pensam que a pedagogia não existe, que para ensinar basta dominar o saber a ser

transmitido”. Portanto, o sucesso da prática docente depende muito da formação em causa. Contudo, para Esteves (1999), o desajustamento produzido pela aceleração da mudança social na docência, permite-nos distinguir dois planos, podendo ser adaptados à realidade guineense ao nível dos ensinos básico e secundário. Sugere, em primeiro lugar, delinear um planeamento preventivo que retifique erros e incorpore novos modelos no período de formação inicial, evitando que aumente o número de professores desajustados. Em segundo lugar, permite articular a estrutura de apoio aos professores de modo a ajudá-los a evitar flutuações e contradições no estilo de ensino, a evitar a rotina e situações disruptivas.

No seguimento da ideia da formação, o autor desenha três grandes linhas de atuação:

1. Estabelecimento de mecanismos seletivos de acesso à profissão docente, baseados em critérios que avaliem as competências humanas do professor e não apenas as competências intelectuais;
2. Substituição de abordagens normativas por abordagens descritivas na formação inicial do professorado. Denomina-se *abordagem normativa* os programas de formação orientados por um modelo de professor “eficaz” ou “bom”. Essas abordagens são em si mesmas «exogénicas». Nas abordagens descritivas, considera-se que o êxito do docente depende de uma prestação consentânea com as condicionantes que influem na interação professor-aluno;
3. Adequação dos conteúdos da formação inicial à realidade prática do ensino, partindo dos estudos realizados sobre problemas com que os Professores se deparam no início da carreira. (Esteves, 1999:117-118).

Na lógica do autor, importa prever o tipo de professores que vai ao encontro das reais necessidades do sistema educativo e dos alunos em concreto. Daí, é fundamental proceder a uma seleção dos futuros professores de forma responsável, olhando para as qualidades integrais e, sobretudo, esperando deles a capacidade de adaptar os conteúdos à realidade e serem sensíveis aos alunos de diversas proveniências. Com este perfil, enquadra com um bom profissional. Para efeito, os critérios em causa, uma vez transpostos para as instituições formativas da Guiné-Bissau, ajudam a superar as dificuldades no domínio da formação.

Mas tem havido inúmeras tentativas de formação de professores. Por exemplo de acordo com o relatório do programa de formação dos educadores do ensino básico na Guiné-Bissau, foi promovida, em Outubro de 2007, pelo Ministério da Educação e Ensino Superior, em parceria com a UNICEF, uma ação de formação conjunta com o objetivo de capacitar académica, científica e pedagogicamente os educadores, assegurando a formação contínua e a qualificação profissional dos formadores e professores que lecionavam nos ensinos básico e secundário.

A Guiné-Bissau dispõe atualmente de quatro escolas de formação técnico-pedagógica de professores: a Escola Normal 17 de Fevereiro e a Escola Normal Amílcar Cabral, destinadas à formação de professores do ensino básico; a Escola Nacional de Educação Física e Desporto e a Escola Normal Superior Tchico Té para a formação de professores do ensino secundário, que, não têm conseguido

responder às consideráveis necessidades de formação de professores (Relatório da UNICEF, 2007; MEN-PNA, 2003).

Para reduzir o impacto da deficiente formação de professores, estabeleceu-se uma parceria entre a Guiné-Bissau e a UNICEF, visando adotar estratégias consentâneas, em matéria de formação, com a política definida, garantindo competências integrais para o exercício da docência e o concretizar da melhoria da aprendizagem dos alunos. Tem sido, no entanto, difícil prosseguir esta política e durante os últimos anos, devido as dificuldades de vária ordem, sobretudo financeira.

Quanto à formação pedagógica do Ensino Básico e Ensino Secundário, ela ocorre de forma irregular por falta de verbas que a suportam.

A referida formação tem a função de acompanhar e graduar os professores no que diz respeito aos métodos, técnicas e orientações relativa aos conteúdos aos níveis indicados, tendo em vista a melhoria dos resultados e o quadro geral do funcionamento dos programas e currículos.

### **2.2.2 Gestão administrativa dos serviços centrais, regionais e escolares como instituições educativas**

Para Nóvoa (1999:30), o sistema educativo “é componente da administração, cuja missão é executar as leis e promover políticas”. De igual modo, “administrar a educação pressupõe capacidade de interpretação e iniciativa que leva em conta as necessidades dos usuários de modo a articular os grandes objetivos nacionais definidos pelo poder central, pelas políticas territoriais da educação e pela ação quotidiana nos locais de ensino” (Zanten, 2011:21).

De acordo com a Constituição da República da Guiné-Bissau (Artigo 46.º do ponto 2), a ação do Ministério responsável pela coordenação da política educativa desenvolve-se ao nível central e local.

As particularidades de cada país devem porventura ser determinante no tipo de política educativa e adoção do sistema que se adequa a sua diversidade. Caso da Guiné-Bissau com várias diversidades étnicas, culturas, sociais e geográficas, impõem às vezes obstáculos na concretização dos programas, objetivos e metas. Para efeito, importa garantir as autonomias em gestão administrativa com vista a dinamizar as ações para um benefício comum. Salienta Dolors (2003:163) “os profissionais especializados em gestão devem assumir essa complexa responsabilidade para o bem do progresso do ensino e do sistema nacional”.

No entanto, as instituições podem e devem assumir responsabilidades perante o exercício público, na medida em que “uma maior autonomia apela o desenvolvimento de liderança e de gestão” nas palavras de Matthews (2008:22).

São imensos os problemas que o ensino guineense enfrenta e que carecem de ponderação, uma vez que seu impacto contribui para a redução da gestão administrativa do sistema, podendo, quando devidamente analisados e adotados, melhorar os resultados ou aproximá-los dos objetivos.

Durante mais de duas décadas, a administração do Ministério da Educação Nacional, carece de clareza ao nível das competências orgânicas e do rigoroso cumprimento das normas dos concursos públicos para os postos existentes, assim como relativamente às nomeações por solidariedade e camaradagem, fazendo aumentar desnecessariamente o número de funcionários sem qualquer formação especializada. Estes procedimentos não abonam a favor do sistema educativo. Há o fator escassez dos recursos materiais e deficientes condições de trabalho como obstáculo ao ensino de qualidade. “Hoje o ensino de qualidade é mais fruto do voluntarismo dos professores do que consequência natural de condições de trabalho adequadas às dificuldades reais e às múltiplas tarefas educativas” (Esteves, 1999: 107).

Em suma, para melhoria do sistema educativo na Guiné-Bissau, segundo autores citados, devem-se aos princípios de boa gestão administrativa, central e regional, favorecendo igualmente as escolas. Nesta ótica, elas assumem-se como verdadeiras instituições educativas, pois, são promotoras do bem comum, e da educação para todos.

A referida gestão integra competências, saberes e disciplina como fundamentos da operacionalidade e resultados para qualquer sector educativo e administrativo do país-Guiné-Bissau. O que assistimos ao longo da história da Guiné-Bissau, é a total ausência da gestão administrativa e avaliação.

### **2.3 Avaliações do impacto das políticas educativas na Guiné-Bissau**

A avaliação do sistema educativo, seja de natureza interna ou externa, visa acautelar orientações e investimentos em áreas estratégicas que possam conferir à nação melhores caminhos de desenvolvimento e progresso escolar. Neste sentido, a abordagem sobre “a avaliação da política educativa é o momento no qual o Estado colhe ensinamentos sobre a sua ação” (Zanten, 2011).

No caso específico da Guiné-Bissau, a definição da política educacional carece de um debate público aprofundado e da mobilização de recursos humanos especializados. Para Souza (2009, 17) “avaliação do impacto da política educativa apoia-se no debate público” De igual modo, os decisores encontram dificuldades em implementar, melhorar e capacitar o sistema. A Lei de Base do Sistema Educativo, no seu Artigo 1º, ponto 2, define o sistema educativo como o conjunto de instituições e recursos dirigidos à materialização do Direito à Educação (Lei de Base do Sistema Educativo, 2009).

Os fracos recursos alocados ao sector educativo fazem com que este não seja apelativo para profissionais competentes, causando desmotivação e subsequente falha no alcance dos resultados que se desejam para a educação na Guiné-Bissau.

O desenvolvimento não se compagina com o analfabetismo, tampouco com os intelectuais pouco atuantes na sociedade, inexperientes e aventureiros. Para Matthews (2008), “um sistema de ensino eficaz, tal como qualquer outra organização bem-sucedida, tem de procurar continuamente formas de

melhorar a qualidade da aprendizagem e do ensino. Na base desta melhoria está um sistema eficiente de avaliação interna e externa, ou um sistema interno validado externamente” (Peter Matthews *et al.*, 2008:83). Tradicionalmente essa tarefa compete à Inspeção Geral da Educação (IGE), isto é, intervir de forma cabal nas atividades do sistema educativo (estabelecimento do ensino, como nos serviços centrais do Ministério), visando a supervisão do funcionamento dos mesmos com vista à garantia de qualidade (IGE, s/d).

A Inspeção Geral de Educação (IGE), além de inspecionar o sistema educativo, o planeamento e a execução das políticas, informa os decisores, que fazem parte do poder político, acerca do progresso e do impacto da política governamental (Matthews *et. al.*, 2008:83). Nesta lógica, as atuações dos inspetores constituem uma mais-valia por servir de ponte entre medidas definidas pelos decisores políticos e a sua implementação pela parte dos executores, isto é, as escolas e sua eventual correção. Contudo, para Soares (2012) e Furtado (2005), a Lei de Base do Sistema Educativo, em 2010, estabeleceu linhas de orientação da Política Educativa, mas não foi capaz de implementar o Plano Nacional de Ação, a Carta da Política Educativa, o Plano Setorial da Educação e todas as outras iniciativas que visavam implementar estratégias para melhorar e qualidade do sistema educativo. Para os autores, os instrumentos reguladores da Política Educativa têm em falta vários aspetos essenciais e alguns precisam de ser corrigidos e clarificados.

A “nova realidade exigia nova política que devia gerar um sistema educativo mais justo capaz de responder os novos desafios ao jovem Estado” (Furtado, 2005:355). Isto é, os instrumentos reguladores da política educativa apresentam muitas subjetividades e falhas.

Sustenta Soares: “não se compreende que, numa altura em que é preciso atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, a verba do Orçamento Geral de Estado destinada à Educação, tenha baixado de 15,4% nos meados dos anos 80 do século XX para 11,8% em 2011, sem que isso tenha consequência da redução significativa do analfabetismo e do aumento da qualidade do ensino. Também ocorrem significativas implicações quando se verifica o decréscimo de qualidade dos professores, com base na falta de incentivos remuneratórios, na ausência de programas de formação continua, excessivos números de alunos por turma, falta de manuais e de bons programas curriculares e na ausência de ligação entre a escola e mundo de trabalho; e a tendência do elitismo das escolas, a nível complementar e superior, com especial favoritismo para população estudantil urbana” (Soares, 2012:145-146). Por isso, é de esperar um impacto negativo das medidas políticas relativas ao insucesso e abandono escolar.

Ocorrências das situações críticas relacionadas com as incongruências legislativas e estratégias adotadas, influências de fatores sociais, políticos e económicos, problemas de gestão centralizada, burocratizada e politizada entre outros, são reveladas no relatório do Gabinete de Informação, Planificação, Avaliação do Sistema Educativo, (MEN, 2009 *apud* Barreto, 2013; Furtado, 2005).

## **2.4 Análise do programa e proposta da IX legislatura do governo guineense**

Depois de ultrapassada a grave crise sociopolítica resultante de golpe de estado de 12 de Abril de 2012, o país entrou num processo que implicou a Presidência, Governo e Parlamento. Foi apresentado um programa ambicioso de (re) construção do país, incidindo sobre aspetos sociais, culturais e económicos, e de vários setores tido em consideração como fatores de desenvolvimento. O partido vencedor das eleições gerais de 2014, (PAIGC), no seu governo integrou alguns elementos dos partidos da oposição.

De acordo com a sua linha de orientação, propôs cumprir as metas assumidas na Carta da Política Educativa, 2009 – 2010, criar condições de acesso a ciclo completo de escolarização de base às crianças de todas as comunidades, ampliar acesso ao ensino obrigatório até 9º ano com diversificações e orientação profissional, melhorar a estruturação do sistema nacional do ensino e formação, em particular, as organizações dos programas e currículos educativos em conformidade com a Lei de Base do Sistema educativo Nacional, modernizar a administração e gestão do sistema educativo através da criação de um sistema de informação e de gestão de educação suportado pela Nova Tecnologia de Informação e Comunicação. A alternância de qualquer governação pressupõe novidade no seu ato, pensamento e ação. Estes motivos configuram-lhe a legitimidade, o poder e o exercício efetivo com o impacto no programa defendido e proposto ao país. Nesta ótica o governo do PAIGC, após uma leitura sustentada do anterior programa do ensino, quis no seu mandato implementar o acesso obrigatório até ao 9º ano contrariando a medida anterior, (6º ano), organizar currículos e programas, modernizar administração e gestão do sistema educativo apoiando-se nas Tecnologia de Informação e Comunicação.

Em relação a qualidade de aprendizagem no 1º ciclo, pretende-se reforçar a aprendizagem de Matemática e Língua Portuguesa, e a capacidade do sistema para responder às necessidades de formação de professores. E no 2º e 3º ciclo, pretende-se combater o abandono escolar antes do fim do 3º ciclo, e aumentar as capacidades regionais de acolhimento de alunos em áreas vocacionais; reforçar a formação de professores, isto é, elevar os perfis dos professores para a docência no Ensino Secundário, Técnico e Profissional para a Licenciatura, criar e equipar laboratórios, definir a política de adoção de manuais escolares para o Ensino Secundário e livros de leitura obrigatória. A filosofia do governo nomeado para uma IXª legislatura (2014-18), pretende cumprir o programa da governação, tendo em conta aos itens já referenciados relativamente ao 1º 2º e 3º ciclo. O referido programa ilustra as dificuldades da operacionalização do sistema educativo em diferentes períodos e, com isso, assume o desafio de combater o abandono escolar, aumentar a capacidade de acolhimento dos professores no interior e reduzir a dependência externa no que concerne a elaboração de programas e currículos (Programa do Governo para a IXª Legislatura 2014-2018).

Embora seja de conhecimento de todos, a Guiné - Bissau recebe ajuda de diversas fontes para realizar e implementar muitas das suas políticas.

Nesta ótica, o Governo propôs três níveis e prioridades de intervenção: Programa de Urgência, de Contingência e de Desenvolvimento.

O governo assume quatro desafios relevantes:

- Corrigir a política educativa de exclusão e de desigualdade de oportunidades, no acesso, com especial atenção às crianças com necessidades educativas especiais;
- Alargar a escolaridade básica obrigatória até 9º ano;
- Democratizar o acesso ao ensino superior, adaptando-o ao sistema de Licenciatura, Mestrado e Doutoramento (LMD) e melhorar a eficácia interna e externa;
- Promover reformas conducentes ao descongestionamento e o normal funcionamento das estruturas administrativas e de gestão do sistema educativo.

Infelizmente, passados dezoito meses do governo, que estava a ser liderado por Domingos Simões Pereira, que tinha estabelecido negociações com doadores para a implementação desta política, foi demitido (a 12 de Agosto de 2015) pelo Presidente da República em alegação por falta de confiança e coabitação política. (*idem*).

Em suma, consideramos que a decisão presidencial alterou tudo que era regra de jogo democrático, ora escolhendo este, aquele, aqueloutro e sucessivamente. Em pouco menos de dois anos após as eleições, o país entrou de novo em crise política e mudou cinco vezes de governo, incluído atual. Felizmente, até ao presente momento, não houve intervenção militar como acontecia no passado.

Estas escolhas acabariam por ter impacto enorme no Sistema Educativo, afetando, projetos, recursos financeiros, humanos, infraestruturas. A partir dessas situações verificaram-se uma série de greves, paralisações administrativas, dossiês por negociar e por cumprir, falta de promoções de carreira. (Programa do Governo para a IXª Legislatura, 2014-2018).

### **CAPÍTULO III – METODOLOGIA**

Neste capítulo apresentamos o quadro metodológico da investigação qualitativa; objetivos da escolha do tema e do estudo de caso; técnicas de recolha de dados; procedimentos da recolha dos dados; a entrevista e a amostra.

Optamos pelo método qualitativo por se adequar à natureza da nossa pesquisa, utilizando-o, por um lado, para descrever as características do sistema educativo e analisar as políticas implementadas em diversas fases da sua história; por outro lado, como forma de compreender os problemas e perspetivar alternativas para os solucionar. Os problemas da educação no país têm suscitado o interesse de vários estudos, com várias propostas de solução a curto e médio prazo (Soares, 2012).

Na verdade, as pesquisas sobre o sistema educativo guineense podem ser contributos para melhor conhecimento do sistema que se caracteriza pela instabilidade sociopolítica do país, carência e falta de planeamento na distribuição dos professores, nível dos agentes educativos que não responde efetivamente ao perfil consagrado institucionalmente, entre outros problemas.

Estes factos suscitam grandes debilidades na formulação de Política Educativa que nos motivaram a encetar a pesquisa, questionando:

Quais as principais políticas educativas implementadas com vista ao desenvolvimento do setor educativo na Guiné-Bissau no período pós-independência?

Pretendemos atingir os seguintes objetivos com esta investigação:

- Caracterizar a evolução do sistema educativo da Guiné-Bissau para o ensino Básico e Secundário (1974 à atualidade);
- Analisar as principais políticas implementadas para o Ensino Básico e Ensino Secundária de 1991 à atualidade.

#### **3.1 Desenho da Investigação**

A concretização desta pesquisa apoia-se na consulta de fontes bibliográficas e empíricas no sentido de dar resposta às metas traçadas, pela utilização do *ambiente natural*, segundo Bogdan & Biklen (1994:), onde tudo acontece entre o sujeito pesquisador e o sujeito pesquisado, através de processo de observação.

O campo de trabalho suscita posicionamentos não de quem já conhece o terreno, mas de quem vai procurar conhecer melhor o terreno na relação sujeito objeto. Nesta ótica, o pesquisador, não é um *perito*, utilizando as palavras de Fordin, (1999), destacando o processo *indutivo* como uma das “caraterística da abordagem qualitativa é que ela se apoia no raciocínio indutivo” (Fortins, 1999:148).

Múltiplas abordagens incidem sobre o trabalho de campo, quando se trata do método qualitativo. No presente estudo pretende-se analisar os comportamentos e atitudes que correspondem à expectativa afixada nos objetivos deste trabalho no sentido de avaliar às consequências das políticas educativas dos sucessivos governos. Este estudo e suas implicações enquadram-se melhor na perspectiva do Vilelas (2009: 106), cuja leitura envolve o *mundo objetivo e a subjetividade do sujeito*, o que traduz o vínculo e dinamismo na relação.

### 3.2 Técnicas de recolha de dados

Escolhemos como instrumento de recolha de dados a entrevista semi diretiva ou semiestruturada e a pesquisa documental.

Estas técnicas são mais utilizadas em investigação de natureza social. Segundo Quivy & Campenhoudt (2008: 93), a entrevista semi diretiva não é inteiramente aberta e nem envolve grande número de perguntas, tendo cuidado de receber informações por parte dos entrevistados.

Nesta base, “para que processo da entrevista decorra sem grandes dificuldades, cada uma das etapas deve processar-se ponderadamente” (Foddy, 1996: 18-19).

O propósito da utilização da análise documental relaciona-se com a pesquisa levada a cabo com a intenção de gerar informações passíveis de serem exploradas de acordo com os objetivos da mesma.

A pesquisa documental é fundamental no quadro dos objetivos formulados e critérios seletivos relacionados com as entrevistas. As fontes obtidas para este trabalho são de natureza vária: nacionais e estrangeiras. Elas, sendo “rica fonte de dados” (Gody, 1995: 21), permitem conhecer os problemas de fundo relacionados com a educação: relatórios internos, estatísticas, despachos, regulamentos, relatórios dos parceiros, BM, FMI, UNICEF, UNESCO e documentos do governo para o sector do ensino (LBSE, CRGB, CPE, PSE, BO, RESEN).

Relativamente às entrevistas, a escolha dos casos teve como critério figuras ligadas à educação com especialização na área, de modo a que permitissem distinguir as principais características do sistema educativo em categorias e subcategorias e, análise da documentação oficial interna e externa, visando atingir os objetivos da pesquisa, isto é, confirmar a validade dos factos/dados das entrevistas e dos documentos selecionados. Neste âmbito análise desses conteúdos é considerada por Almeida e Pinto (1990:96), como uma “técnica em contínuo aperfeiçoamento, é assim suscetível de ser acionada por forma a restituir o *sentido* dos textos, das mensagens e das comunicações”.

O papel das entrevistas consiste na recolha de dados junto de informantes chave, enquanto os documentos desempenham a função informativa e de forma condensada, permitindo aprofundar mais saberes sobre o tema em estudo.

A importância da documentação para o reforço da pesquisa centra-se na perspectiva de Albarello, Luc et al. (1997) no seguinte: não nos documentamos ao acaso, mas em função de uma investigação.

Sem essa referência constante, corremos o risco de nos perdemos em falsas pistas ou em procedimentos de documentações totalmente inúteis.

### **3.2.1 Procedimentos para a realização das entrevistas**

Uma das características da investigação qualitativa é poder adaptar-se às realidades específicas, e com elas, os critérios metodológicos e técnicos específicos. Nesta ótica, adotam-se os seguintes procedimentos:

- Elaboração do guião de entrevista (Anexo A);
- Seleção dos entrevistados com conhecimento dos problemas da educação na Guiné-Bissau;
- Passos na concretização de um trabalho da investigação.

Para Günther (2006: 204), estes procedimentos exigem “ maior cuidado na descrição de todos os passos da pesquisa: a) delineamento, b) coleta de dados, c) transcrição e d) preparação dos mesmos para sua análise específica”.

Os passos da pesquisa, requerem, entre outras a complementaridade a nível da visão e experiências capazes de, conjugadas com os procedimentos gerais, produzir efeitos no campo empírico, ou seja, resultados conducentes a melhoria do sistema educativo.

### **3.3 Entrevista**

Para Natércio Afonso (2005:97), “a realização da entrevista constitui uma das técnicas de recolha de dados mais frequentes na investigação naturalista, e consiste numa interação verbal entre o entrevistador e o respondente, em situação de face ou por intermédio do telefone”.

Procedemos à realização de nove entrevistas semi diretivas em presença e à distância por meio de Skype, Messenger e telefone a partir do dia 25 de Maio até fim de Junho, gravadas em áudio. Utilizamos guião da entrevista com dois objetivos. Cada objetivo corresponde a um conjunto de questões previamente definidas.

Os entrevistados selecionados estão ligados à educação em particular da Guiné-Bissau, em diferentes locais (Lisboa, Coimbra, Bissau, Dakar e Brasil). Num total de nove inquiridos, apenas temos uma do sexo feminino e oito do sexo masculino. Ambos diferem em termos da idade, que varia entre trinta a setenta anos. O tempo da realização da entrevista variou entre quarenta e cinco minutos à uma hora.

Três dos entrevistados são professores e técnicos da educação em Bissau, com experiência profissional que varia de seis a doze anos, e estão a frequentar mestrado. Dois em Lisboa e um em Dakar.

Quatro dos entrevistados são professores: dois deles são Professores Doutores e Investigadores (um na Universidade de Coimbra, com mais de uma década de experiência). E outro, na universidade em Bissau e consultor na área da educação, com mais de duas décadas de experiências na educação. Outros dois são doutorandos e professores Universitários (em Lisboa e Brasil com experiências de quinze e cinco anos, respetivamente).

No grupo dos entrevistados, participaram dois Diretores: um é Diretor Geral do Ensino Básico e Secundário e outros é Diretor do Ensino Secundário. Ambos com mais de cinco anos de experiência profissional na educação. Igualmente eram professores.

Estes indivíduos são portadores de um conhecimento especializado sobre a educação na Guiné-Bissau, sendo por isso elementos chave para responder aos objetivos da presente pesquisa.

### **3.4 População do estudo**

Para Fortin (1999:202), “a amostra é um subconjunto de elementos ou de sujeitos da população que são convidados a participar no estudo”. A nossa amostra é composta por nove pessoas, apenas uma do sexo feminino e oito do sexo masculino. Iniciamos as entrevistas no dia 25 de Maio até fim de Junho de corrente ano. Recorremos a entrevista em presença em Lisboa e à distância em Dakar, Bissau e Brasil, via Skype, Messenger e telefone.

Cinco são professores e técnicos da educação em Bissau, com experiência profissional que varia de seis a doze anos. Entre eles três estão a frequentar mestrado (dois em Lisboa e um em Dakar). Os restantes quatro, dois são docentes em Portugal, ou no Brasil e outro dois são diretores: um é Diretor Geral do Ensino Básico e Secundário e outro é Diretor do Ensino Secundário, ambos residem em Bissau.

## **CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS**

Neste capítulo interpreta-se o conteúdo das entrevistas, procurando responder aos dois objetivos de investigação, reportando ao atual estado, à situação, ao desenvolvimento e à progressão das políticas educativas na Guiné-Bissau.

A análise de conteúdo segundo Lima e Pacheco, 2006: 107, “ é a expressão genérica utilizada para designar conjunto de técnicas possíveis para tratamento de informações previamente recolhidas ”. Com isso, usamos guião da entrevista para orientar. Portanto, o entrevistador merece especial atenção de modo a poder observar objetivamente o contexto em estudo (Bogdan e Biklen, 1994).

Uma vez reunidos os dados das entrevistas, e para melhor analisá-los, dividimos-lhe em categorias e subcategorias para facilitar a compreensão.

### **4.1 Problemas**

#### **4.1.1 Incumprimentos dos programas e das metas curriculares no sistema educativo Guineense**

O incumprimento dos programas decorre de um conjunto de fatores internos e externos, tais como: greves, falta de salário, ausência da promoção na carreira, falta de manuais do Ensino Básico e Secundário, dependência em relação ao financiamento externo (MEN-PTDE, 2010).

Mediante estes problemas constatados na terceira questão, quais os melhores caminhos para resolver os graves problemas do ensino na Guiné-Bissau, tendo em conta os objetivos que movem esta pesquisa?

Eis as opiniões dos entrevistados em relação aos graves problemas no sistema:

*“Problema de gestão, de política do sistema, de acesso, de qualidade, inexistência de recurso materiais e financeiros para o ministério” (K2); “ Falta de novo currículo escolar, greves dos docentes que impedem de concluir os conteúdos e acompanhamento dos alunos” (K3); “ falta de rigor no sistema de avaliação e a falta de reciclagem na qualificação dos professores” (K3); “ Falta de política clara para esses dois níveis, por um lado e por outro lado, falta orientações curriculares tanto para o Ensino Básico e Ensino Secundário” (K1); “ fraca qualidade dos nossos agentes formativos (professores) e instituições formativas inexistentes no país” (K4): “ O problema número um na minha opinião é poder no sistema dos professores sem formação” (K5);* Ao confrontarmos os entrevistados sobre a matéria educativa, constatamos que suas justificações incidem sobre alguns fatores internos (instabilidade política, pagamento de salário e greve) e fatores externos (dependência financeira, infraestruturais, materiais pedagógicos, demasiada influência e estratégias políticas, particularmente no ensino básico).

Tais fatores refletem-se muito no funcionamento do sistema educativo e nos comportamentos dos agentes educativos que não encontram caminhos nem soluções.

Em relação a importação dos materiais didáticos do exterior não corresponde ao espírito da cultura do povo, merecedor da análise substantiva ao seu grau do desenvolvimento. Assim, os pontos fulcrais desta opção didática são os currículos e programas.

Com efeito, e para reforçar as ideias dos entrevistados, a pesquisa sustentada pelos autores, permitem clarificar esta questão. Segundo (Correia, 2007:55) “os currículos, manuais pedagógicos, metodologias e técnicas (...), nada têm a ver, nos países africanos”.

De acordo com o referido autor, priorizar a educação e adaptar os manuais escolares e valores sócio culturais da realidade concreta, deve constituir a preocupação de qualquer governo como mecanismo para facilitar a efetiva integração no contexto mundial. Tal fundamento encontra-se suportada pelas ideias de Freire & Nogueira, 1993:19, segundo as quais a “educação é um exercício de cidadania”.

#### **4.1.2 A Carência do Pessoal Qualificado no Sistema Educativo da Guiné- Bissau**

Um outro problema destacado pelos entrevistados, constitui mais um obstáculo ao sistema, sendo necessário as tomadas de medidas consequentes, que vão no sentido da sua melhoria. Baseando nos objetivos da investigação, formulado na nona questão, da forma seguinte: Que governo se destacou na aplicação das medidas que visem a melhoria, a gratuidade, a prevenção do abandono escolar e a formação dos professores do Ensino Básico e Secundário?

Eis as opiniões dos entrevistados:

*“O que me lembro, não teria assim um governo destacado neste sentido, porque partindo do que disse no início. Se a ‘média de vida’ dos ministros anda a volta de um a dois anos de exercício, todo o sistema é completamente politizado acaba por não haver tempo suficiente para um trabalho de fundo” (K1); “Vários governos tiveram projetos, mas nunca tiveram tempo de implementar esses projetos e de os avaliar.” (K1); “ Quanto ao abandono, nunca houve política coesa para evitá-lo e provoca insucesso” (K6); “ Foi na época do Eng.º Artur Silva que infelizmente não concluiu esse sonho e desidrato do milénio, por fator político. Esta tentativa de reforma já traz os ingredientes de supostas e desejadas mudanças que seriam desejáveis para o setor, aos níveis (básico e secundário), aumentando a escolaridade obrigatória, embora não se vislumbre perspectiva básica e o modo de combater com sucesso o abandono escolar precoce” (K4); “ Sim, os governos de Carlos Gomes Júnior, [cujo o ministro da educação era Artur Silva], foi durante o seu governo que houve de facto uma tendência reformista no setor, com a introdução da Carta de Política Educativa (CPE) de 2009 e que antecedeu a Lei de Bases do Sistema Educativo de 2010. CPE elegeu a escolarização base efetiva até 2020; o*

*programa de alfabetização e educação de adultos; promoção da saúde e alimentação escolar” (K7); “Está inscrito nesta pretensa reforma curricular, a gratuidade do ensino ao nível do básico, ficando outra vez, adiada para futura governação. Quanto ao abandono escolar precoce, existe um conjunto de fatores que ainda vão obstaculizar a sua tendência para a sua concretização, e não será um exercício fácil para próximos tempos” (K4).*

As incoerências políticas verificadas ao longo da independência, refletem-se negativamente em todo o sistema educativo Guineense, nos conceitos e práticas subjacentes, de tal modo, que o estado atual do ensino é o verdadeiro espelho. Na história educativa da Guiné-Bissau, o único governo (2009-2012), com um programa e currículo elaborados, e medidas legislativas destinadas a regulamentar o sistema educativo (Lei de Base do Sistema Educativo, Lei de Carreira Docente entre outros), tudo se conjuga no esforço de consolidar na prática.

Na linha do pensamento dos entrevistados há ligações consequentes com as posições dos autores. Segundo Lacks (2007) os agentes que garantem o controlo da escola e a formação a partir de sua conceção de sociedade são, sem dúvida, os professores e, ainda mais conclusiva, em Dolors (2003:163), salienta que os profissionais especializados em gestão devem assumir essa complexa responsabilidade para o bem do progresso do ensino e do sistema nacional. Desde modo, a eficácia do ensino dependerá grandemente de uma ambiência política, especialmente da escolha decisiva dos decisores.

#### **4.1.3 Ineficácia da Gestão administrativa**

Analisando os problemas existentes no sistema educativo, das quais todos os entrevistados são unânimes nas seguintes afirmações:

*“A má preparação dos gestores do Sistema (Diretores das Escolas, gestores de programação e mesmo altos responsáveis do Ministério da Educação Nacional), não dispõem vocação específica para o sector do ensino, tanto pedagógica como administrativa, mas fundamentalmente vocação política” (K2); “pesada burocratização no sistema. (K2); “Quanto a formação dos professores, vejo esforço de todos os governos em colaboração com os parceiros. Alguns deles no domínio da administração e gestão escolar para todos os diretores” (K3).*

As ideias apresentadas pelos entrevistados, correspondem aos documentos consultados à realidade do país, baseada na ausência duma estratégia das políticas públicas ao sector educativo ao longo das décadas. Salvo o governo em que Artur Silva, era Ministro da Educação, nenhum outro se preocupou em criar condições legislativas que pudessem atrair o elenco administrativo e professoral com as consequência, no sistema educativo. Tal facto, acabaria por gerar forte dependência externa relativamente ao financiamento do setor, deficiência na gestão e administração escolar. Seguindo a mesma lógica, Guterres et al. (1986), aponta a extrema debilidade das estruturas regionais, tornando

inviável a necessária descentralização administrativa. A falta de estratégias invocada acima encontra expressão em Esteves (1999), o fator escassez dos recursos materiais e deficientes condições de trabalho constitui o obstáculo ao ensino de qualidade. Tudo se resume na falta de uma visão e estratégia do longo prazo destinada a combater os problemas persistentes no sistema educativo, associado a instabilidade política.

#### 4.1.4 Fraco investimento no setor educativo

Uma vez definida o objetivo dois da investigação “avaliar principais políticas educativas implementadas no Ensino Básico e Secundário” e, na tentativa de encontrar respostas para essa problemática, suscitou na sexta questão a seguinte questão: Como caracterizaria os investimentos dos governos da Guiné-Bissau desde 1991 em materiais escolares para a melhoria da aprendizagem do Ensino Básico e Secundário?

Os entrevistados revelaram os seguintes:

*“O investimento no setor da educação tem sido bastante fraco, dentre os países da nossa zona. A Guiné-Bissau é o que investe menos na educação. As despesas na educação neste momento não ultrapassam 11% do Orçamento Geral de Estado, e desse 11%, 90% é utilizado para o pagamento dos professores, portanto não sobra praticamente nada para investir na administração e muito menos para investir nos materiais escolares e outras coisas” (K1); “ Até neste momento, ainda não temos manuais para o Ensino Secundário, não temos [praticamente] bibliotecas; são muito poucas douradas, com exceção daquelas que foram criadas ao abrigo da doação da língua Portuguesa. São poucas as bibliotecas que existem, os meios didáticos são escassos, sobretudo ao nível do secundário. Não houve e não tem havido um investimento sustentável nos Ensino Básico e Ensino Secundário” (K1); “ Acho que algo tem tido feito, mas tudo que se fez podemos considerar inexistente ou mesmo nulo no que refere a melhoria de acessibilidade do Ensino Básico e Ensino Secundário, neste caso em relação aos recursos de aprendizagem, porque na realidade não há Bibliotecas escolares” (K2); “Em primeiro lugar, a educação é relegada a segundo plano nas políticas estratégicas governamentais quando se trata de alocação de fundos para financiar programas, projetos para implementar todo um plano desenhado”; “ A impreparação dos decisores políticos nessa área é perceptível ao olho nu. Houve de forma insuficiente o investimento para as áreas dos livros, bibliotecas, editoras, recursos informáticos, novos materiais pedagógicos e didáticos que permitissem captar a existência das novas metodologias e técnicas do ensino/aprendizagem e aumentar, assim, de forma gradativa a consolidação dos mecanismos educativos nacionais” (K4); “Diria que se algum fundo foi gerado ao nível das finanças pública, se são feitas, é muito pouco. Mas a nível do MEN são feitas os levantamentos dos materiais, livros, dicionários, enciclopédias que são necessárias ao longo e meio prazos, não para todos os alunos. Mas o Ministério das finanças, não disponibiliza recursos para essa prioridade” (K5); “Acho que nesse*

*aspeto, não tem havido grandes esforço em termos de recursos didáticos, não se nota investimento. Muitas escolas não têm bibliotecas ou se tiveram é porque não são apetrechadas desse conjunto de materiais” (K6); “ Os esforços nessa área têm sido quase nulos. O país [em termo educativo] tem sido confiscado pelas ONG estrangeiras que vão criando as bibliotecas aqui e ali e levando manuais escolares estrangeiras para apetrecharem as bibliotecas escolares” (K7); “De 1991 até 2000 não vi alguma biblioteca aberta para alunos, e falta de motivação dos professores em levar alunos para a pesquisa e nem espaço para consulta, leva a distribuí-los para alunos. Investimento do Estado sem retorno de qualidade” (K8)*

A posição dos entrevistados conformam-se com às ideias dos autores versados nestas questões, nomeadamente a falta de uma visão sustentada da educação (falta de manuais para ensino secundário, falta de biblioteca e fraco investimento para o sector) e, conseqüentemente, dos seus resultados como expressões de estratégias para o desenvolvimento e consolidação do Sistema Educativo.

Assim, a qualidade do sistema educativo justifica o investimento nos recursos humanos, materiais e infraestruturais, trazendo consigo grandes privilégios que o Smith (2010:394) designa como “*uma espécie de estatuto da aprendizagem*”. Conjugado à seguinte ideia: “avaliação do sistema educativo não se limita apenas a oferta educativa, método do ensino, mas também os financiamentos” (Dolors, 2003:170-171). Ausência de instrumentos educativos tem os seus reflexos no campo do desenvolvimento social e humano das populações guineense, além de outros fatores que incidem negativamente no conjunto das situações nacional (debilidade, instabilidade, guerras ideológicas, partidarização do ensino).

#### **4.1.5 Instabilidade Política**

A desestruturação do tecido social Guineense, deve-se fundamentalmente, as cíclicas instabilidades. O sector é sensível em termos do progresso e desenvolvimento, por todas as razões já invocadas, pode trazer terríveis conseqüências a longo prazo, ficando bloqueado por ser dependente dos apoios externos. O peso de tudo isto, recai diretamente sobre as camadas sociais mais vulneráveis

A quarta questão referente ao objetivo da pesquisa teve a seguinte questão, (quais principais razões para a prevalência dos problemas que identificou na questão anterior, em que medida a instabilidade dos Governos têm contribuído para a sua persistência?)

Sustentam os entrevistados:

*“As conseqüências das instabilidades têm grande reflexo na educação” (K1); “ de alguns anos para cá, os ministros têm uma média de dois anos para o exercício das funções para além das mudanças que são feitas constantemente ao nível dos técnicos, a substituições dos mesmos por vezes por quadros menos experientes” (K1); “ (...) o sistema educativo é muito politizado em que as funções*

*administrativas e mesmo técnicas a nível do Ministério da Educação Nacional e das escolas destes níveis de ensino (Básico e Secundário), são dependentes de patrocínios políticos” (K2); “ podemos dizer que a instabilidade política, inviabiliza o funcionamento do Sistema Educativo. Mesmo existindo programas, não pode ter a sua continuidade por razões da instabilidade. Cada Governo faz o seu programa” (K2); “ as nomeações políticas, os chamados cargos por solidariedade (...), as mudanças cíclicas dos decisores para à área educativa, e sucessivas alterações legislativas nesta matéria” (K4); “mudanças cíclicas de ministros, golpes de estado, afeta o sector; “claro que a instabilidade governativa e a ausência de um Pacto de Regime no sector tem contribuído para dar uma machadada final no Sector que não pode viver nas incoerências da vida política” (K7); “ com a guerra de 7 de Junho de 1998, a situação piorou, vamos ter a de pregação das infraestruturas fruto da instabilidade que afeta o estado social, e afeta sobremaneira a educação. Igualmente sucessivos golpes aprofundam a desigualdade e deformam o tecido social” (K9).*

O transcurso histórico e político da Guiné-Bissau, com estatuto de Estado e República, não oferece uma imagem de estabilidade no sector educativo, sendo este caracterizado por variações cíclicas de natureza interna, desenhando à custa da sua própria crise, figurinos inadaptados à condição do desenvolvimento.

Estas posições são reforçadas pelos documentos e pela pesquisa levada a cabo. Revela o documento do Ministério da Educação Nacional da Guiné-Bissau, através do Plano Trienal para o Desenvolvimento da Educação, 2011-13, que na década de 1990, o conflito armado de 1998 de 11 meses, causou destruição de 80% das infraestruturas económicas e sociais e suspensão de apoios. Ainda a Carta da Política Educativa-Ministério da Educação Nacional (2011), frisa a crónica instabilidade do país, associada ao elevado desvio do bem público e à insensibilidade dos governantes para com a educação (MEN, 2011). Em suma, os problemas aflorados na secção referida suscitam reflexões e tomadas de posições no sentido de inverter as tendências negativas (partidarização, solidariedade nas nomeações, mudanças cíclicas).

## **4.2 Formação do Professor**

A formação dos professores é um dos instrumentos para a melhoria da qualidade de ensino e da aprendizagem, com reflexo no desenvolvimento sustentado do país. Nesta ótica, qualquer governo consciente da sua missão, declara este sector como prioritário e, como consequência, a capacitação e adequação do elenco administrativo e professoral às reais condições da nação.

Na opinião dos entrevistados, constatamos os seguintes:

*“Penso que o investimento dos recursos humanos é algo imprescindível, portanto, a capital humano” (K1). “ As nossas escolas de formação de professores deixam muito a desejar e faltam as coordenações ao nível dos programas; os conteúdos ficam muito a quem daquilo que é esperado na*

*formação dos professores e de recursos humanos para o desenvolvimento do sistema. Portanto, a formação inicial e contínua dos professores ainda está um pouco longe daquilo que devia ser” (K1); (...) formações iniciais e contínuas em serviços dos professores contribuem para a qualidade de ensino-aprendizagem dos alunos na medida em que um professor bem formado é um passo bem dado para a regência do Ensino Básico e Ensino Secundário (K2); “ Desde logo, na mudança de concepções e estratégias quanto à natureza do ensino/aprendizagem, o ensino é produto permanente de mudanças e, como tal, a conseqüente formação inicial e contínua deve ser o sujeito, o mais próximo das meras preocupações dos decisores políticos nessas áreas. Os avanços só são consentidos com a elevada formação educativa” (K4); “Quanto mais é qualificado o professor, melhor ele é no sistema, porque consegue transmitir usando vários recursos facilitando aprendizagem da criança É fundamental a formação inicial e contínua só vem enriquecer os conceitos, as novas metodologias, abordagens e novos manuais que entram no currículo daí é necessário o processo de formação de professores” (K5); “ Foi uma das falhas que temos cometido ao longo do sistema, centralizamos a escola de formação de professores na capital. Muitas pessoas podiam ter formação pedagógica sem deslocar, mas não tinham como” (K6); “ Não há investimento, a nível das escolas para implementar a formação em causa, uma vez que a nível do governo não há visão e política para tal. Mesmo sendo da iniciativa dos diretores não serão possíveis devido à carência de recursos” (K6); “ Sim, governo tem tentado promover formações. Mas problema é descontinuidade de projetos. A partir de 1991, verifica-se alternância de governação e não seguem projetos em curso, [o que pressupõe repensar todo o sistema educativo] (K7).*

As posições referenciadas em cima, enquadram-se nas grandes problemáticas que o país tem vivido ao longo da história, subestimando o papel dos seus quadros, sendo reforçadas por Lacks (2007) os agentes que garantem o controlo da escola e a formação a partir de sua concepção de sociedade são, sem dúvida, os professores.

A formação pedagógica (inicial ou contínua) é um dos recursos usados para promover conhecimentos, métodos e técnicas capazes de garantir objetivamente condições adequadas às necessidades do sector. Esta perceção de problemas aparece fundamentada pelo Perrenoud (1977:93) que “alguns pensam que a pedagogia não existe, que para ensinar basta dominar o saber a ser transmitido”. Portanto, o sucesso da prática docente depende muito da formação em causa. Para o contexto guineense, este recurso deve ser recorrente, como aliás, no passado era.

#### 4.3 Medidas reformistas das Políticas Educativas Implementadas (1991 a atualidade)

As políticas públicas concernentes à realidade em análise devem concertar-se em torno de estratégias, visando à produção, assim como o reforço do sistema educativo para à sua consolidação.

O objetivo da entrevista no que concerne à quinta questão resume-se no seguinte: em que medida as políticas implementadas após 1991 para o ensino Básico e Secundário contribuíram ou não para melhorar a qualidade da formação dos alunos, em concreto do ensino Básico e Secundário? Porquê?

Após várias tentativas de reforma, em 2011, o governo conseguiu publicar algumas legislações e tomar algumas medidas que em parte resultam em soluções de alguns problemas pendentes e, por outro lado, algumas delas carecem de regulamentações.

Para os entrevistados, salientam-se o seguinte: “*Medidas de triplo turno afeta o cumprimento de programas, calendário escolar e tempo de aprendizagem. Essas medidas, para melhoria da qualidade, nem tanto. Porque essas duas Leis [Lei de base do sistema educativo e lei da carreira docente] não foram regulamentadas até hoje*” (K1); “*Há dificuldades, isto já deu azo uma série de greves que foram decretadas e cumpridas ao longo de vários anos escolares, porque não foram cumpridos os compromissos que estavam tanto em termos de lei de base como da lei da carreira docente*” (K1); “*importante medida foi o alargamento do Ensino Básico para 9º Ano*” (K5); “*trata-se da publicação da Lei de Base do Sistema Educativo que aconteceu em 2011, e também a publicação da lei nº 3 e 4 (publicação da carreira docente)*” (K1); “*uma das medidas implementadas foi a criação da Escola Superior da Educação, previsão de alargamento das escolas de formação dos professores ao nível das províncias, um dos projetos para a construção de três novas escolas*” (K2); “*a liberalização do ensino e seu impacto no surgimento de várias escolas privadas (através do decreto-lei nº 7/91) à luz das necessidades crescentes, decorrentes do aumento populacional*” (K2); “*implementação de Programa de plano quadro nacional que culminou com a criação do PAEB (projeto de apoio a educação de base), financiado pelo BM, projeto Firkidja*” (K6); “*medida de combate a um certo elitismo que o sistema colonial promovia e a massificação do ensino*” (K7); “*O melhor que se fez foi durante os governos de Carlos Gomes Júnior, mais recentemente, entre 2009 e 2012. Antes foi o caos e a desordem. Antes havia medidas e documentos avulsos (muitos), mas que de nada serviram. Talvez a própria instabilidade política tenha contribuído para os fracassos desse período*” (K7); “*medida de gratuidade do ensino básico e contribuição dos pais e encarregados da educação no auto gestão das escolas*” (K3); “*abordagem por competência foi introduzida a partir de 2010 no currículo escolar e vai trabalhar questões transversais que tem a ver com a educação sexual, ambiental sendo pertinentes para o Ministério da Educação Nacional*” (K3).

As medidas referenciadas pelos entrevistados, em jeito de conclusão, destinam-se a melhorar o Sistema Educativo não no seu todo, como leitura histórica e política do país que tarda em refazer o seu passado e projetar o seu futuro. Elas decorrem das próprias exigências internas e da maturidade política

do país. Essas medidas levaram a criação de leis necessárias, algumas delas carecendo de regulamentação.

Cabe ao país e às entidades promotoras da educação avaliar o espírito que conduziu à independência, o crescendo da população voltado para a escola, a natureza da nossa cultura e tradições, a insuficiência de quadros formados na área, a extrema dependência externa, os processos que acabaria por politizar, burocratizar e banalizar o conceito dos decisores à esfera da educação, os desequilíbrios económicos e financeiros decorrentes da nossa marcha histórica e política, subestimam todas essas referências. A educação é vista como fator de mudança do homem e na realização de suas ambições. Segundo Soares, Cabral considerava a escolaridade como instrumento fundamental para sucesso da luta (Soares, 2012). Tal facto levou à tomada de medidas reformistas para o alcance da identidade e à construção da nação Guineense, apesar de a reforma não ter em conta as realidades sociais e culturais do país, motivada por vezes pela falta de estudos, limitando-se a importar políticas, programas e conteúdos.

As preocupações dos entrevistados que se enquadram nos objetivos da pesquisa, constituem problemas que suscitam soluções para o quadro geral referenciado acima, em que o país se orienta desde a sua independência, não procurando capitalizar para si aspetos positivos para o sector.

#### **4.4 Evolução do sistema educativo no nível Básico e Secundário**

Qualquer sistema educativo tem por missão garantir o desenvolvimento do sector, procurando, para o efeito, ajustar a qualidade à procura. A esse respeito, procuramos de acordo com o objetivo da pesquisa, saber dos progressos ou não do sistema educativo Guineense. Nesta perspetiva, qual o Balanço global da evolução do Sistema Educativo na Guiné-Bissau para Ensino Básico e Secundário?

Segue os entrevistados e suas posições:

*“O direito à educação poderá não atingir o seu objetivo, dado o elevadíssimo grau de desinvestimento ao setor (...)” (K2); “paralelamente à ação do governo é meritório falar-se do papel das organizações na construção de escolas, substituindo as barracas precárias (...) pela construção definitiva” (K2); “o balanço da evolução é negativo. Essencialmente, porque o seu impacto na sociedade tem sido demasiado lento para não dizer praticamente nulo (K7); “a evolução do sistema ficou muito a quem do que se pretendia, portanto fazendo um balanço rigoroso diria que tende mais para negativo do que positivo. (K1); “na minha opinião, houve balanço positivo nos últimos anos, porque observamos grande esforço por parte do Ministério da Educação Nacional no sentido de trabalhar para a melhoria da qualidade da educação (K3); “deveras negativa, pois os sobressaltos políticos acabaram por minar a desejada reforma para o setor, à semelhança do que tem sido o modelo português, sendo acautelada sua concretização nos moldes e objetivos preconizados pelo milénio” (K4); “a taxa de literacia pode ter evoluído do ponto de vista quantitativo, mas deixa muito a desejar*

*qualitativamente. Depois entram, naturalmente, os edifícios escolares que são autênticas prisões para os alunos. Muitas destas construções são barracas, sem instalações sanitária; mal equipadas. Os orçamentos têm vindo a diminuir desde 1984. Faltam professores e muitos apresentam mesmo deficiente formação. Em suma: os problemas são muitos e complexos. (K7); “ Meu balanço é negativo por não ter política educativa clara, nem orçamento que aponta para a sua demanda, limitamos a pedir o financiamento [e] não são devidamente utilizados” (K9).*

As entrevistas sugerem medidas que vão no sentido de reforçar o sector, uma vez que não se concretizaram, o direito a educação que se prende a uma multiplicidade de citações, acima referenciadas.

Verifica-se, a partir de 1999/2000 e 2009/10 uma evolução de alunos a todo os níveis do ensino, o que corresponde o aumento da taxa demográfica do país. Este aumento não foi devidamente acompanhada das infraestruturas escolares, persistindo, para o efeito, as dificuldades no geral. Quanto à qualidade nesses períodos, a taxa é de 25%, o que é bastante preocupante para o nível do ensino que se pretende. Essas dificuldades relacionam-se com um conjunto de fatores internos e externos. (MEN-PTDE, 2010).

Estas situações apresentam ligações às instituições internacionais que se preocupam com o ensino com o país em conceder apoios pelos organismos para a melhorar à qualidade do ensino e resultados.

Estas preocupações resultaram num trabalho de cooperação e coordenação entre (1999 e 2009/10) entre Governo e parceiros destinada a harmonizar as várias intervenções neste domínio” (RESEN, 2011). Resultou na implementação de alguns programas, por exemplo, da cantina escolar, oferta de materiais escolares e das medidas de gratuidade escolar no Ensino Básico.

Verifica-se, a partir desta estratégia, uma profunda transformação e impacto na educação guineense, ou seja, a massificação do ensino a todos os níveis. Apoiando em Bourdieu (2010:173) a “transformation qui, le système scolaire et au dehors, ont été déterminées par l'accroissement massif de la population scolarisée”. Há uma pré disposição pessoal e coletiva em busca da melhor formação ou da formação permanente, tendo em vista a satisfação que o progresso económico dita no país e as instituições acolhem e exigem.

## CONCLUSÕES

A presente pesquisa permitiu a recolha de informações/dados mediante a realização de entrevistas (categorias e subcategorias) e, de análise documental e, finalmente, sujeito a confrontação com a profunda realidade política, económica e cultural da Guiné-Bissau; representa objeto do nosso olhar e perceber as principais características que ainda perduram no sistema educativo Guineense. Ficam no entanto, não apenas críticas dos entrevistados, como as recomendações para a melhoria do sistema do ensino, em geral.

Podemos aferir que, entre avanços e retrocessos apontados pelos entrevistados, a educação é relegada para o segundo plano nas políticas e estratégias governamentais guineenses (de 1974 a atualidade), quando se trata de fundos para financiar programas e projetos para implementar todo um plano desenhado.

Entendemos também que a ausência de importantes requisitos (bibliotecas, livros e outros materiais didáticos) tem um impacto muito grande sobre o processo de ensino aprendizagem. Evidentemente, a escola de formação de professores da Guiné-Bissau e respetivos conteúdos deixam muito a desejar e, acima de tudo, faltam as coordenações ao nível dos programas e recursos humanos para o desenvolvimento do sistema educativo.

Em consequência da realização de entrevistas, obtivemos informações e sugestões que permitam reformar e melhorar os níveis do desenvolvimento do processo educativo no país.

Assim, é fundamental a formação inicial e contínua dos professores, bem como a implementação de novas metodologias, valorização do salário dos docentes, aplicação dos programas já elaborados e fazer com que a administração e gestão de recursos seja uma realidade, reestruturar e reforçar a competência política e administrativa e destruturas centrais e periféricas do MEN (INDE, EFP, INEP), proceder a descentralização dos serviços e criação de um centro de organização curricular.

O quadro geral que sustenta a debilidade do sistema educativo guineense pode ser encontrado na resposta aos objetivos da investigação: *Caracterizar a evolução do sistema educativo no que respeita ao Ensino Básico e Secundário da Guiné-Bissau (1974 à atualidade)*.

Na realização deste trabalho ocorreram algumas dificuldades, das quais se salientam as seguintes: a agenda dos entrevistados, nem sempre coincidente com a programação da entrevista; a falta de experiência na análise empírica; e a dificuldade na transcrição das gravações do áudio.

Esta dissertação, fruto do trabalho empírico em resultado de entrevistas com os agentes inseridos no sistema educativo, permitiu-nos por um lado, adquirir e ampliar experiências, por outro, contribuir objetivamente para a melhoria do Sistema Educativo em todos os seus aspetos visando promover a formação e capacitação dos agentes educativos e fortalecer administração educativa de forma a torna-lo

eficiente e funcional. A efetivação desta perspectiva, depende da estabilidade política do país, despolitização e despartidarização do sistema, criando um quadro legislativo e financeiro que vão ao encontro dos desafios da formação, assim como instituições escolares com capacidade de dar respostas às exigências do sistema, reconhecendo o papel dos professores e aplicabilidade prática da carreira docente e salário digno.

Ao acontecer tudo isto, o país poderá estar em bom caminho. Estes objetivos constituem alternativas para estudos presentes e futuros.

Tomando como referência para a conclusão, destas temáticas, no quadro desta dissertação, o país deve conformar-se com a perspectiva de Freire (1992:42) nos moldes seguintes: “o sentimento de que a nossa esperança de ver um país melhor e próspero permanecerá viva e presente. Continuaremos a lutar por uma Educação integradora, atuante, capaz, holística, universal e moderna e que, sobretudo, respeite os valores culturais dos povos a que se destina”.

## BIBLIOGRAFIA

- Afonso, Natércio (2005). *A investigação Naturalista em Educação: Um guia prático e crítico*. Porto, ASA Editora, 1ª Edição.
- Albarello, Luc et al. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, Gradiva. 1ª Edição. Tradução: Luísa Baptista.
- Almeida, João Ferreira de e José Madureiro Pinto (1990). “A investigação nas Ciências Sociais” Editorial Presença, Lisboa, 4ª Edição.
- Azevedo, Joaquim (1996). *Avenidas das liberdades: reflexões sobre políticas educativas*, Porto, 2ª edição, ASA.
- Banco Mundial (1990). “O progresso notável da educação africana”, em *A Educação na África Subsariana: Estudo da política geral do Banco Mundial*, Washington, DC,/ BIRD, II séries.
- Barreto, Maria Antónia (2013). *Reformas recentes no sistema educativo da Guiné- Bissau: Compromisso entre a identidade e a dependência*. Atas do colóquio Internacional Cabo-Verde e Guiné-Bissau- Percursos do saber e da Ciência. Lisboa. 21-23 de junho de 2012b. Disponível em: <https://coloquiocvbg.files.wordpress.com/2013/06/p04c04-antc3b3nia-barreto.pdf>
- Barroso, João (2006). “ Investigação sobre regulação das políticas públicas de educação em Portugal ”, em João Barroso: colab. Sofia Viseu (org.), *A regulação das Políticas Públicas de Educação: Espaços, Dinâmica e Actores*. Lisboa, Educa Unidade de I&D de Ciências da Educação.
- Bourdieu, Pierre (2010). "L'espace social et ses transformations", en *La distinction: critique social du Jugement*. Paris, Éditions de Minuit.
- Correia, Virgílio (2007). *Educação e Desenvolvimento*. Lisboa, Edição Calibri.
- Delors, Jacques (Coord.) (2003). *Educação um tesouro a descobrir: Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Porto, Asa. 8ª Ed.
- Dewey, John (1971). *Experiencia: os meios e metas da educação*, em *Experiência e Educação*. São Paulo, Editora Nacional. Tradução de Anísio Teixeira.
- Dourado, Luíz Fernandes (org.) (2011). “ Plano Nacional da Educação (2011-2020) ”: avaliação e perspectivas. Universidade Federal de Goiás: Belo Horizonte, Editora UFG e Autêntica Editora, 2ª ed.

- Esteves, José M. (1999). *Mudanças sociais e função docente*, em António Novoa (Org.) et al. *Profissão professor*, Porto, Porto Editora, 2ª Edição p.117, 118
- Farah, Marta Ferreira Santos (2004). “Género e políticas públicas”. *Estudos feministas*, (online), 12 (1):47-52. Consultado em 24/01/17. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692>.
- Foddy, William (1996). *Como Perguntar: Teoria e Prática na Construção de Perguntas em Entrevista e Questionários*. Oeiras, Celta Editora. Tradutor: Luís Campos.
- Fortin, Marie Fabienne (1999). *O Processo da Investigação: da Conceção à realização*. Loures: Lusociência, 2ª Edição.
- Freire, Paulo & Nogueira, Adriano. (1993). *Que Fazer: Teoria e Prática em Educação Popular*. Editora Vozes, Petrópolis.
- Freire, Paulo (1978). *Cartas à Guiné-Bissau: registo de uma experiência em processo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 2ª Edição.
- Freire, Paulo. (1992). *Pedagogia da Esperança. Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Editora Paz e Letra, Rio de Janeiro.
- Furtado, Alexandre Brito Ribeiro (2005). *Administração e Gestão da Educação na Guiné- Bissau: Incoerências e descontinuidades*. (Tese de Doutorado), Universidade de Aveiro.
- Gadotti, Moacir (2005) “A questão da educação formal/não formal”. Sion (Suisse), Institut International des Droits de L’énfant (IDE). Acessado em: 11/04/17, (Online) Disponível em: [http://www.virtual.ufc.br/solar/aula\\_link/llpt/A\\_a\\_H/estrutura\\_politica\\_gestao\\_organizacional/aula\\_01/imagens/01/Educacao\\_Formal\\_Nao\\_Formal\\_2005.pdf](http://www.virtual.ufc.br/solar/aula_link/llpt/A_a_H/estrutura_politica_gestao_organizacional/aula_01/imagens/01/Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf)
- Godoy, Arlida Schmidt (1995). *Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades*. São Paulo, RAE. 12/5/17. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>
- Günther, Hartmut (2006). *Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a Questão?* Universidade de Brasília, Vol. 22 n. 2, pp. 201-210. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>
- Guterres, António et al. (1986). *A Educação na República da Guiné-Bissau: análise sectorial*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Howlett, Michael & M. Ramesh (1986). *Studying public policy: policy cycles and policy subsystems*, New York, Oxford University Press, 2<sup>nd</sup> ed.

- Höfling, E. de Mattos (2001). *Estado e Políticas (públicas) Sociais*, Caderno Cedes, ano XXI, nº 55, Novembro 2001. P. 31. Disponível em pdf: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539>, consultado em: 28/01/17.
- Inspeção Geral da Educação (s/ano). Apresentação. Lisboa, IGE (on-line). Disponível em: <http://www.ige.min-edu.pt/upload/docs/IGE-Apresentacaoop.1-14.pdf>
- Lacks, Solange (2007). Políticas de formação de professores e práticas curriculares, em Luís Paulo Leopoldo e Maria A. Da Silva Cavalcante (org.). *Formação do pesquisador em Educação: profissionalização docente, políticas públicas, trabalho e pesquisa*. Maceió, EDUFAL.
- Lascoumes, Pierre et Patrick Le Galès (2007), *Sociologie de l'action publique*. Paris, Armand Colin.
- Lepri, Jean-Pierre (1985). *Do ensino na Guiné-Bissau no ano 1983-84*, em Revista Internacional de Estudos Africanos n.º 3, Janeiro-Dezembro 1985, Universidade Nova de Lisboa, Junta Nacional de Investigação Científica e SEC.
- Lima, Jorge Ávida de e José Augusto Pacheco (orgs) (2006). “Fazer investigação: contribuir para a elaboração de dissertações e teses”. Portugal, Porto Editora
- Locke, John (2012). *Alguns pensamentos sobre a educação*, Coimbra, Almedina. Tradução, Madalena Requeixa.
- Lopes, Carlos (1982). *Emia, Estado e relações de poder na Guiné-Bissau*. Lisboa, Edição 70.
- Matthews, Peter et.al. (2008). Política Educativa para o primeiro ciclo do ensino básico: avaliação internacional. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.
- Nóvoa, António (org.) et al. (1999). *Profissão professor*, Porto, Porto Editora, 2ª Edição.
- Perrenoud, Philippe (1997). *Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas pedagógicas*. Lisboa, Dom Quixote, 2ª Edição.
- Quintas, Helena e Teresa Vitorino (2013). “Avaliação externa e auto - avaliação das escolas, em Luísa Veloso (org.), *Escolas e Avaliação Externa*. Um enfoque nas estruturas organizacionais, Lisboa. Editora Mundos Sociais. Pp. 7-14. 1ª Edição.
- Quivy, Raymond & Luc van Campenhoudt (2008). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa, Gradiva. Tradutor: João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. 5ª Edição.
- Sem autor (1976) “O Partido e o Estado, as grandes opções em política económico-social, realizações e projetos no sector agrícola, infraestruturas e pequena indústria, educação, a saúde pública, política externa”: Guiné-Bissau três anos de independência. Lisboa, CIDAC-C.

- Silva, Maria do Carmo Vieira e Carolina Gonçalves (2011). “Diversidade Linguística no Sistema Educativo Português. Necessidades e Práticas Pedagógicas nos Ensinos Básico e Secundário”. Observatório da Migração, Lisboa.
- Smith, Adam (2010). Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 5ª Ed, Trad. Luís Cristóvão Aguiar.
- Sobrinho, José Dias (2004). “Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria?” Educ. Soc., Campinas, vol.25, n.88, p. 703-725, especial – Out 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v25n88/a04v2588.pdf> acessado em 02/01/17.
- Sousa, Julião Soares (1912). Guiné-Bissau: a destruição de um País. *Desafios e reflexões para uma nova estratégia nacional*. Coimbra, CDAC, 1ª edição.
- Souza, Larana G. de (2009). *Avaliação da política educativa: desatando e reatando nós*. (on-line). Salvador, EDUFBA. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/wd/pdf/lordelo-9788523209315-02.pdf>
- Teixeira, Elenaldo Celso (2002). “Políticas públicas: o papel das políticas públicas”, s.l (sine loco) AATRA – BA. Consultado em 26/01/17. Disponível em pdf em: <http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspUBLICAS.pdf>.
- Verdière, Juliette (2001). “Les difficultés de l'évaluation de la politique de l'Éducation prioritaire”, em Philippe Jonnaert, Montréal (collection), évaluer les politiques éducatives. Bruxelles, De Boeck Université, 1re édition.
- Vilelas, José (2009). “O processo de construção do conhecimento”. Lisboa, Edições Sílabo, 1ª Edição.
- Zabalza, Miguel A. (1997). Planificação e desenvolvimento curricular na escola. Portugal, Edições ASA. 3ª Edição.
- Zanten, Agnès van (2011). Dicionário de Educação. Rio de Janeiro, Vozes.

### **Outros documentos consultados**

- Constituição da República da Guiné-Bissau, de 1996. Consultado em, 20/01/17, Disponível em: [http://www.stj.pt/ficheiros/fpstjptlp/guine\\_constituicao.pdf](http://www.stj.pt/ficheiros/fpstjptlp/guine_constituicao.pdf)
- MENCCJD, “Lei de Bases do Sistema Educativo”, in *Suplemento ao Boletim Oficial da República da Guiné-Bissau*, n.º13, capítulo I, artigo 1º, Março de 2011, p. 30.
- MENES; UNICEF et. al (2007). Programa de formação dos educadores do ensino básico da Guiné-Bissau. Guiné-Bissau, Ministério da Educação Nacional. (on-line), Disponível em: [https://www.unicef.org/wcaro/WCARO\\_Bissau\\_Pub\\_RptTrainingProgTeachers-pt.pdf](https://www.unicef.org/wcaro/WCARO_Bissau_Pub_RptTrainingProgTeachers-pt.pdf)

Políticas Educativas na Guiné-Bissau: estudo longitudinal  
dos ensinos básico e secundário

Ministério da Educação Nacional (2010). Plano Trienal de Desenvolvimento da Educação (2011-2013). Guiné-Bissau, Ministério da Educação Nacional. Policopiado.

Ministério da Educação Nacional (2011). *Carta da Política educativa*. Guiné-Bissau, MEN Disponível em:

[http://www.dhnet.org.br/dados/pp/edh/mundo/guinebissau/gb\\_carta\\_de\\_politica\\_educativa.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/pp/edh/mundo/guinebissau/gb_carta_de_politica_educativa.pdf)

Ministério da Educação Nacional (2009). Lei de Base do Sistema Educativo da Guiné-Bissau.

Rapport d'État du Système éducatif Bissau-Guinée (2011-13). Marges de manoeuvre pour le développement du système éducatif dans une perspective d'universalisation de l'enseignement de base et de reduction de la pauvreté. Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002217/221753f.pdf>

Relatório de PNUD/IDH (2014). Gabinete Integrado para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau.

República da Guiné-Bissau (2000). “Boletim Oficial” Guiné, INCEP, Nº 31. Segunda-feira, 31 de Julho de 2000.

República da Guiné-Bissau (2014). Programa do Governo da IX Legislatura do PAIGC, 2014-2018.

Acessado em 20/02/17, Disponível em:

[http://www.gov.gw/index.php?option=com\\_content&view=article&id=41&Itemid=1173&lang=pt](http://www.gov.gw/index.php?option=com_content&view=article&id=41&Itemid=1173&lang=pt)

UNESCO-BREDA (2003). *Plano Nacional de Ação-Educação para Todos*. Guiné-Bissau, Ministério da Educação Nacional. Disponível em:

[http://planipolis.iiep.unesco.org/sites/planipolis/files/ressources/guinea\\_bissau\\_pna\\_ept.pdf](http://planipolis.iiep.unesco.org/sites/planipolis/files/ressources/guinea_bissau_pna_ept.pdf)

## ANEXOS

### ANEXO – A

#### PARTE-I

##### **Protocolo da entrevista**

Vimos por este meio solicitar a sua colaboração para a realização de uma entrevista, no dia \_\_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ pelas \_\_\_\_\_ horas, no \_\_\_\_\_ quer em presença, quer a distância e pedir a sua permissão para realizar a gravação áudio da mesma. A duração prevista para a entrevista será cerca de **45 minutos**, podendo surgir algumas alterações no seu desenvolvimento. Esta entrevista insere-se no âmbito da pesquisa de uma investigação do Mestrado em Ciências Política cujo tema: ***Políticas sobre Sistema Educativo da Guiné-Bissau numa Perspetiva Longitudinal: Ensino Básico e Secundário***, que estamos a efetuar e onde procuramos perceber da característica e processo da evolução do Sistema Educativo Guineense ao longo da sua história e da implementação das principais política nos níveis do Ensino Básico e secundário de 1991 a atualidade.

##### **Procedimentos a adotar para a realização da Entrevista:**

1. Posicionar e informar o entrevistado do contexto da investigação e objetivos do trabalho. Explicar-lhe que a sua colaboração é indispensável para o sucesso do mesmo.
2. Garantir ao entrevistado a confidencialidade da parte de informação transmitida e o anonimato das respostas do discurso produzido;
3. Solicitar ao entrevistado autorização para gravar a entrevista que posteriormente será transcrita para uma melhor análise e interpretação dos dados;
4. Proporcionar ao entrevistado um ambiente empático e acolhedor e estabelecer um diálogo propício à obtenção de respostas para a concretização do trabalho em questão;
5. Agradecer a colaboração do entrevistado.

Francisco Té,

MCPB1 ISCTE-IUL

**PARTE- II**

**GUIÃO DA ENTREVISTA**

Objetivos de Investigação	Questões	Guião	Obs:
<p>1. Descrever a evolução do Sistema Educativo no ensino Básico e Secundário da Guiné-Bissau</p>	<p>1- Na sua opinião, que balanço geral faz da evolução do sistema educativo na Guiné-Bissau no Ensino Básico e Secundário desde 1991? É essencialmente positiva ou negativa? Porquê?</p> <p>2- Na sua perceção, e tendo em conta ao período pós-independência, refira duas ou três medidas que considere terem sido fundamentais para o desenvolvimento do ensino Básico e Secundário na Guiné-Bissau?</p> <p>3- Quais considera serem os dois ou três problemas mais graves que não foram ainda resolvidos nestes níveis de ensino?</p> <p>4- Na sua ótica, quais são as principais razões para a prevalência dos problemas que antes identificou na questão anterior? E em que medida a instabilidade dos Governos têm contribuído para os mesmos?</p> <p>5- Na sua perspectiva, em que medida as políticas implementadas após de 1991 para o ensino Básico e Secundário contribuíram ou não para melhorar a qualidade da formação dos alunos, em concreto do ensino Básico e Secundário? Porquê?</p>	<p>P1</p> <p>P2</p> <p>P3</p> <p>P4</p> <p>P5</p>	
<p>2- Analisar as principais políticas educativas implementadas no Ensino Básico e Secundário na Guiné-Bissau.</p>	<p>6- No seu entender, como caracterizaria o investimento feito pelos governos guineenses desde 1991 no que respeita à melhoria da acessibilidade dos alunos dos ensinos básico e secundário a recursos essenciais para uma boa aprendizagem, tais como o acesso a Bibliotecas escolares, aos livros e materiais didáticos em geral? Porquê?</p> <p>7- Que importância tem a formação inicial e contínua dos professores do ensino básico e secundário para o desenvolvimento do sector educativo no País? Justifique!</p>	<p>P6</p> <p>P7</p>	

Políticas Educativas na Guiné-Bissau: estudo longitudinal  
dos ensinos básico e secundário

	<p>8- De forma global, a seu ver, quais seriam as principais medidas políticas que deveriam ser implementadas para a melhoria da educação básica e secundária na Guiné-Bissau?</p> <p>9- Na sua opinião, algum governo se destacou por ter tomado medidas relevantes no que respeita à melhoria do ensino na Guiné em geral, e em particular do ensino Básico e Secundário no que respeita a gratuitidade da frequência do ensino? Porquê?</p> <p>E no que respeita à prevenção do abandono escolar? Porquê? E ainda no que respeita à formação de professores e outros? Porquê?</p>	<p>P8</p> <p>P9</p>	
--	--	---------------------	--

## ANEXO – B

### TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

#### ENTREVISTA-1

1- Na sua opinião, que balanço geral faz da evolução do sistema educativo na Guiné-Bissau no Ensino Básico e Secundário desde 1991? É essencialmente positiva ou negativa? Porquê?

#### **Resposta**

*A evolução do sistema ficou muito a quem do que se pretendia, portanto fazendo um balanço rigoroso diria que tende mais para negativo do que positivo.*

2- Na sua perceção, e tendo em conta o período pós-independência, refira duas ou três medidas que considere terem sido fundamentais para o desenvolvimento do Ensino Básico e Secundário na Guiné-Bissau.

#### **Resposta**

*Estava a pensar em duas medidas que ajudaram de certa forma:*

*1ª- Trata-se da publicação da Lei de Base do Ensino Básico e Ensino Secundário que aconteceu em 2011, e também a publicação da lei n.º 3 e 4 (publicação da carreira docente).*

*2ª- Para além de algumas medidas pontuais em termos de construção de escolas, acho que não há assim muita coisa a registar em termos da evolução do ensino básico e secundário.*

3. Quais considera serem os dois ou três problemas mais graves que não foram ainda resolvidos nestes níveis de ensino?

#### **Resposta**

*Fundamentalmente penso que falta uma política bem clara para esses dois níveis, por um lado e por outro lado, falta orientações curriculares tanto para o Ensino Básico e Ensino Secundário. São medidas que estão a ser tomadas agora. Rever determinados elementos que existem, mas faltou fundamentalmente isso. Boa orientação e boa Política e uma boa orientação curricular para esses dois níveis de ensino.*

4. Na sua ótica, quais são as principais razões para a prevalência dos problemas que antes identificou na questão anterior? E em que medida a instabilidade dos Governos têm contribuído para os mesmos?

#### **Resposta**

*Penso que tudo é devido as consequências das instabilidades. Porque do ponto de vista político, o país não é estável há uma grande reflexão sobre isso na educação. Isso faz com que, de alguns anos para cá, os ministros tiveram uma média de dois anos para o exercício das funções. Para além das mudanças*

*que são feitas constantemente ao nível dos técnicos, a substituições dos mesmos por vezes por quadros menos experientes e a falta de um investimento sério na educação tanto no Básico como no Secundário, são questões que, fundamentalmente, criaram problemas e que bloquearam de certa forma o desenvolvimento destes sectores em termos de qualidade. Em termos de quantidade é claro que há mais alunos no Básico e Secundário, mas a preocupação é mais ao nível de qualidade.*

**5.** Na sua perspectiva, em que medida as políticas implementadas após 1991 para o ensino Básico e Secundário contribuíram ou não para melhorar a qualidade da formação dos alunos, em concreto do ensino Básico e Secundário? Porquê?

### **Resposta**

*Essas medidas, para melhoria da qualidade, nem tanto. Porque essas duas Leis não foram regulamentadas até hoje. Há dificuldades, isto já deu azo uma série de greves que foram decretadas e cumpridas ao longo de vários anos escolares, porque não foram cumpridos os compromissos que estavam tanto em termos de lei de base como da lei da carreira docente. Portanto, a falta de implementação dessas medidas acabaram por afetar a qualidade. Por outro lado, nós temos a questão da formação dos docentes e dos quadros em geral para a educação. Porque a educação, as necessidades dos recursos humanos não se limitam apenas aos professores. Hoje em dia, há necessidade de ter especialistas em vários domínios: da administração, da estatística, gestão e outros. Mas estes aspetos não foram implementados e por isso não houve grandes ganhos em termos de qualidade tanto num nível quanto no outro.*

**6.** No seu entender, como caracterizaria o investimento feito pelos governos guineenses desde 1991 no que respeita à melhoria da acessibilidade dos alunos dos ensinos básico e secundário a recursos essenciais para uma boa aprendizagem, tais como o acesso a Bibliotecas escolares, aos livros e materiais didáticos em geral? Porquê?

### **Resposta**

*O investimento no setor da educação tem sido bastante fraco, dentre os países da nossa zona. A Guiné-Bissau é o que investe menos na educação. As despesas na educação neste momento não ultrapassam 11% do Orçamento Geral de Estado, e desse 11%, 90% é utilizado para o pagamento dos professores, portanto não sobra praticamente nada para investir na administração e muito menos para investir nos materiais escolares e outras coisas. Até neste momento, ainda não temos manuais para o Ensino Secundário, não temos bibliotecas; são muito poucas douradas, com exceção daquelas que foram criadas ao abrigo da doação da língua Portuguesa. São poucas as bibliotecas que existem, os meios didáticos são escassos, sobretudo ao nível do secundário. Não houve e não tem havido um investimento sustentável nos Ensino Básico e Ensino Secundário.*

7. Que importância tem a formação inicial e contínua dos professores do ensino básico e secundário para o desenvolvimento do sector educativo no País? Justifique!

**Resposta**

*Penso que o investimento dos recursos humanos é algo imprescindível, portanto, a capital humano. Não se pode pensar na qualidade e no desenvolvimento da educação, tanto no básico, no secundário como no ensino superior sem se pensar seriamente na formação dos recursos humanos. Portanto, as nossas escolas de formação de professores deixam muito a desejar e faltam as coordenações ao nível dos programas; os conteúdos ficam muito a quem daquilo que é esperado na formação dos professores e de recursos humanos para o desenvolvimento do sistema, sobretudo o nível em que se encontra o nosso sistema de ensino. Portanto, a formação inicial e contínua dos professores ainda está um pouco longe daquilo que devia ser. Não se pode falar ainda de um programa consequente da formação contínua e a formação inicial como já disse; é uma formação bastante deficitária, principalmente ao nível das instituições.*

8. De forma global, a seu ver, quais seriam as principais medidas políticas que deveriam ser implementadas para a melhoria da educação básica e secundária na Guiné-Bissau?

**Resposta**

*Em primeiro lugar, devemos ter uma política muito clara para esses dois níveis. Em segundo, devemos ter também uma orientação curricular mais clara e mais adequada para as nossas realidades de forma a permitir que o desenvolvimento desses dois níveis acontecem de uma forma natural e sustentável. Faltam também condições ao nível das nossas instituições escolares que são deficitárias desse ponto de vista. Condições em termos de ambiente, em termos de materiais didáticos, de recursos humanos e tempo de formação para os alunos. Portanto, há uma série de questões que ainda impedem que o desenvolvimento desses dois níveis se faça de uma forma normal.*

9. Na sua opinião, algum governo se destacou por ter tomado medidas relevantes no que respeita à melhoria do ensino na Guiné em geral, e em particular do ensino Básico e Secundário no que respeita à gratuidade da frequência do ensino? Porquê? E no que respeita à prevenção do abandono escolar? Porquê? E ainda no que respeita à formação de professores e outros? Porquê?

**Resposta**

*O que me lembro, não teria assim um governo destacado neste sentido, porque partindo do que disse no início. Se a 'média de vida' dos ministros anda a volta de um a dois anos de exercício, todo o sistema é completamente politizado acaba por não haver tempo suficiente para um trabalho de fundo. Vários governos tiveram projetos, mas nunca tiveram tempo de implementar esses projetos e de os avaliar.*

## **ENTREVISTA-2**

**1.** Na sua opinião, que balanço geral faz da evolução do sistema educativo na Guiné-Bissau no Ensino Básico e Secundário desde 1991? É essencialmente positiva ou negativa? Porquê?

### **Resposta**

*Considero negativo o balanço relativamente ao EB e ES, nos períodos subsequentes (1990, 2000 e 2010) pela decorrência de algumas situações imprevisíveis na vida do país. No cômputo geral, a ideia é melhorar sempre o Sistema Educativo, no sentido de uma melhor gestão, qualidade e políticas de consolidação do sector.*

*A educação surge como um sector estratégico para o Governo durante os anos 2000 e 2015, sendo constantes no documento, Objetivo do Desenvolvimento do Milénio n.º 2 que se relaciona com o acesso universal à educação de base, de qualidade, o que não foi o caso, nem sequer relativamente ao Documento Estratégico Nacional para a Redução de Pobreza (DENARP). Embora haja tendência para uma crescente procura das infraestruturas escolares proporcional a quantidade de massa populacional que procura no ensino a elevação do estatuto. A tudo isso, especialmente a oferta escolar, não se logrou o sucesso pretendido, o mesmo que dizer em relação aos objetivos (2015) que não foram atingidos, tanto os do Milénio como os de Educação Para Todos, que foram transformados em virtude do incumprimento, em programa com os objetivos do desenvolvimento sustentável. Novas perspetivas se abrem com o programa quinquenal (2020-2025), conseqüentemente são novas estratégias para o desenvolvimento do setor educativo que deverá consubstanciar-se em plano estratégico 2016-2025.*

*Este programa quinquenal visa, entre os objetivos neles consagrados, ações, novas linhas estratégicas, podendo ou não concretizar-se em função dos atores e decisores ligados ao Ministério da Educação Nacional.*

*Todavia, o direito à educação poderá não se atingir o seu objetivo, dado ao elevadíssimo grau de desinvestimento ao setor, condenando à partida ao sucesso escolar e incentivando o abandono precoce. Muito embora, o programa das Cantinas Escolares (pilotados pelo Governo e organizações internacionais, "PAM, IPHD") viesse a suprir enormes dificuldade das crianças em idade de aprendizagem, particularmente às desfavorecidas. As mesmas serviram de motivação e fundamentos para que os pais tivessem de animar os seus filhos para irem aprender algo que os faça serem diferente no amanhã.*

*Paralelamente a ação do governo é meritória, falar-se do papel das organizações na construção de escolas, substituindo as barracas precárias, apenas circunscritas há certas regiões do país, pela construção definitiva, faltando-lhes os necessários equipamentos.*

2. Na sua percepção, e tendo em conta o período pós-independência, refira duas ou três medidas que considere terem sido fundamentais para o desenvolvimento do ensino Básico e Secundário na Guiné-Bissau.

### **Resposta**

*Mediante uma observação atenta e metódica, confirmo que duas das medidas que foram impulsionadas para o Sistema do Ensino na Guiné-Bissau, citam-se:*

#### *1.º Eixo – acesso ao ensino*

*Em relação ao acesso, foram levados a cabo por diferentes Governos programas educativos e ações, tais como:*

a) *A liberalização do ensino e seu impacto no surgimento de várias escolas privadas à luz das necessidades crescentes, decorrentes do aumento populacional, traduzindo-se, não no aumento da qualidade, que devia ser monitorizada pelo MEN, muito embora contribuíssem para albergar o maior número. Neste sentido, o Estado mostra-se limitado e ineficaz para criar condições que respondam às necessidades educativas, pelo que muitas organizações e entidades privadas colaborassem com o Estado no sentido de cobrir áreas escolares que o MEN não consegue.*

b) *Verificou-se apoios às iniciativas comunitárias relacionadas com as parcerias entre Governo, ONG, nacionais e estrangeiras, as comunidades de base, Associação de Pais e Encarregados de Educação e tantas outras. Todas elas contribuíram na construção de escolas em diversas localidades, encurtando a distância entre a escola-casa (10, 15 e 20 Km). Neste quadro, a iniciativa comunitária muito contribuiu para a redução destes problemas, o que acabaria por encorajar os pais a acompanharem de perto às suas crianças. De igual modo, o programa de cantina escolar foi e continua a ter um importante significado para a melhoria e condição do ensino e do acesso, sobretudo para os mais carentes, uma vez que a família não possui meios para cumprir a escolaridade obrigatória.*

#### *2.º Eixo- A qualidade*

*Nos anos 90, com as reformas dos currícula (reforma curricular), em particular 1992, verificou-se sua ascendência pela rutura provocada ao sistema colonial, então vigente. Esta reforma corresponde a transição entre o período colonial e o período da independência, de cariz nacionalista, com as marcas de um Estado independente, soberano e com uma cultura/identidade própria, coincidindo com as primeiras reformas constitucionais e políticas da abertura ao multipartidarismo, e realizações das primeiras eleições democráticas. Estas reformas atingem em particular o Ensino Básico e Ensino Secundário, contrariando os de 1991-1992, baseados na formação patriótica e militante, veiculado por*

*único Partido-Estado, posteriormente alargou-se para a cidadania e paz, que foi considerado um marco importante para o 2.º ciclo do Ensino Secundário. A partir de 2010 e 2011 a revisão do currículo secundário constitui um marco fundamental na história da educação pois, estruturou-se, passando dos 5 grupos para três em [2011], com acréscimo das áreas científica, a cidadania, a cultura geral, a língua. Uma das medidas implementadas foi a criação da Escola Superior da Educação, previsão de alargamento das escolas de formação dos professores ao nível das províncias, em projetos para a construção de três novas escolas. É de realçar o modelo da Escola de Formação de Professores de qualidade que se denomina, modelo DNS (modelo Dinamarquês de Formação dos Professores de carácter polivalente) a ser implementado em Cacheu “Bachil” pela ADDP, Humana Pipol (Peaple) com referência no sistema de Formação de Professores ligado à zona comunitária rural, podendo intervir no domínio do ensino, mas também no domínio da proteção e prevenção da doença e degradação ambiental, e noutro domínio, a animação comunitária. Há sinais que podem contribuir para a melhoria do Sistema Educativo Nacional mediante a colaboração do Estado, ONG, organizações Nacionais e Internacionais e comunidades locais na luta pelo desenvolvimento sustentável do país, especialmente a Parceria Mundial da Educação, a partir da Iniciativa Fash-Trak, com benefícios ao financiamento do programa de educação, baseado na construção das infraestruturas escolares, da formação inicial, e formação em serviço dos professores, etc.*

*Um dos problemas do Sistema de Ensino Nacional consiste na ausência de gestão/administração do MEN e das suas instituições que tutela.*

*Uma das medidas importantes da reforma do Sistema Educativo, no Básico e Secundário, foi a aprovação do Estatuto de Carreira Docente, reformulado, e aprovado em 2011, pelo Conselho dos Ministros, Assembleia Nacional Popular e publicado no Boletim Oficial; a Lei n.º 2,3,4/2011 de 29 de abril, Ensino Secundário, que era subdividido em Ensino Geral Básico e Ensino Geral Complementar, passou a ser simplesmente Ensino Secundário que contou com alargamento do 12.º ano de escolaridade. São as medidas que contribuíram para a melhoria do Sistema Educativo.*

**3.** Quais considera serem os dois ou três problemas mais graves que não foram ainda resolvidos nestes níveis de ensino?

### **Resposta**

*Em síntese, devendo apresentar três:*

*1.º- Problema, de Gestão/política do Sistema;*

*2.º Problema, de acesso e de Qualidade;*

*3.º Problema, de inexistência de recursos materiais, financeiros para educação*

*Em relação ao primeiro problema, de gestão, o mais problemático é a má preparação dos que são considerados gestores do Sistema. A maioria dos Diretores das Escolas, gestores de programação e mesmo altos responsáveis do MEN são pessoas que não têm a vocação específica para o setor do ensino,*

*nem vocação pedagógica, nem administrativa, mas fundamentalmente vocação política. E esta última faz com que o Sistema Educativo conheça muita turbulência porque cada vez que se faz a reforma/reestruturação governamental, faz-se também a reestruturação no Sistema do Ensino desde o nível de colocação dos professores até ao nível da direção, o que não abona para a qualidade do sistema educativo, nem a eficácia e nem a consistência do sistema educativo.*

*Em relação a Acesso/Qualidade, é a mesma coisa, apesar de tantos esforços, continua a ser insuficiente a disponibilização de escolas para crianças, dado que ainda há quantidade de crianças que estão na idade escolar fora do sistema, há estatística que aponta para mais de 34 mil crianças fora do sistema até 2015, pelo menos até o momento da elaboração do plano estratégico da educação para 2016-2025. Em termos de Qualidade continua haver problemas. Há repetição constante, reprovações, tantas greves e não há continuidade de programação. Não existem materiais didáticos suficientes, professores com pouca motivação resultante da falta de pagamento dos salários e outros... influencia a qualidade.*

*Em relação a inexistência de recursos materiais, Estado não financia quase nada para o Sistema Educativo, limitando-se apenas ao pagamento dos salários que às vezes [são pagos] com atraso, o que compromete o funcionamento do sistema educativo em particular EB e ES que é Apêndice, base, alicerce para um sistema de formação profissional e sistema de ensino superior.*

**4.** Na sua ótica, quais são as principais razões para a prevalência dos problemas que antes identificou na questão anterior? E em que medida a instabilidade dos Governos têm contribuído para os mesmos?

### **Resposta**

*As razões que contribuíram para as turbulências dos problemas antes identificados são fundamentalmente, razões de ordem política e financeira, por exemplo, um sistema educativo muito politizado em que as funções administrativas e mesmo técnicas ao nível do MEN. Das escolas deste nível de ensino, são dependentes de patrocínios políticos (pertença a um ou outro partido político, outra ideologia ou sistema de fraternidade política) não abona para um bom sistema educativo no país. Porque Educação é espelho de qualquer sociedade “tal é a educação, tal é a sociedade” devem-se abster desse tipo de prática no sistema educativo guineense. Também há uma pesada burocratização no sistema. Sistema financeiro tanto ao nível da administração pública como ao nível do MEN faz com que não se consegue aplicar no prazo a carreira docente, mas também não se consegue aplicar por causa da insuficiência financeira, falta de alocação de uma linha orçamental para o Sistema Educativo para a realização de atividades, o que impossibilita a realização de programas de formação em serviço e contínua dos professores de acordo com planificação anual.*

*Em termos gerais, podemos dizer que a instabilidade política inviabiliza o funcionamento do Sistema Educativo, mesmo existindo programas, não pode ter sua continuidade por razões da instabilidade. Ou*

*seja, cada Governo faz o seu programa e não há seguimento daquilo que é o plano trienal, quinquenal, decenal do MEN, [também] não há seguimento e cada um chega e implementa o seu programa.*

5. Na sua perspetiva, em que medida as políticas implementadas após 1991 para o ensino Básico e Secundário contribuíram ou não para melhorar a qualidade da formação dos alunos, em concreto do ensino Básico e Secundário? Porquê?

### **Resposta**

*Em geral, as medidas sempre são elas positivas como negativas tal como citamos anteriormente:*

*- Por ex.: medidas que possibilitou todas as crianças às escolas visando objetivos quantitativos, mas que tiveram um impulso negativo em termos de qualidade, na medida em que tendo muitas crianças nas salas escassas, obriga a concentração/superlotação na sala de aula, constituindo gravíssimo problema do controle e gestão de aprendizagem dos professores. Mas também, o sistema de triplo turno diminui o tempo escolar as crianças, diminui também a capacidade de cumprimento de calendário escolar independentemente das greves, tendo o reflexo negativo.*

*- Mas algumas medidas que citamos que contribuíram para melhor qualidade da formação dos alunos são os que foram definidas:*

*1. No PNA-EPT programado para 2015, não obstante não se cumpriu na íntegra, mas delineou alguns princípios que depois foram incluídas em diferentes programas ministeriais/educativos, começando pela formação de professores até a reforma do currículo. Entre elas, houve programas de formação em serviço pilotado pelo MEN a partir do INDE com apoio dos parceiros internacionais: UNICEF, UNESCO, BAD, BM, UNFPA, houve programa PROFORMAÇÃO que contou com assistência técnica Brasileira, um programa que funcionou de 2006, 2009 e 2010. Nele participando cerca de 1.500 a 2.000 professores do EB de diferentes categorias, passando por diferentes fases e finalmente não se conseguiu fazer seguimento do programa.*

*Houve diferentes programas em marcha, alguns já terminaram. Podemos citar programa de melhoria de qualidade apoiado pela UNESCO BREDA (Bureau de Dakar); programa Educação III financiado pelo BAD e tem vindo a desenvolver programas em parceria com programa regional de educação ambiental apoiado pelo PRCM (programa regional costeiro marinho da Africa Ocidental) que tem melhorado o programa de integração regional. Tanto a nível Nacional como Regional.*

*Mas os programas fundamentais que têm contribuído para a melhoria da qualidade da educação ao longo destas décadas, citamos programas implementados pelos parceiros tais como, PLAN-GB, implementado no Leste da Guiné-Bissau com mais de 80 escolas comunitárias sob seu controlo, no qual fazem assistência aos professores e gestão, assistência aos Pais e Encarregados da Educação com vista a levarem crianças para escola e dar o seguimento. Programa de PASEG- (programa de Apoio ao Sistema Educativo Guineense 1 e 2), que depois continuou-se com a FEC, CAMÔES. Cooperação que*

*tem dado importante impulso ao Sistema Educativo na formação inicial e contínua dos professores sem deixar dela a EFFETIVE INTERVENTION que tem vindo a fazer brilhante trabalho no Sul do País, no Tombali e Quinará. Também ADPP, que tem contribuído para formação de qualidade/referência. Estes são entidades que contribuíram para a melhoria da qualidade do sistema.*

6. No seu entender, como caracterizaria o investimento feito pelos governos guineenses desde 1991 no que respeita à melhoria da acessibilidade dos alunos dos ensinos básico e secundário a recursos essenciais para uma boa aprendizagem, tais como o acesso a Bibliotecas escolares, aos livros e materiais didáticos em geral? Porquê?

### **Resposta**

*Acho que algo tem tido feito, mas tudo que se fez podemos considerar inexistente ou mesmo nulo no que refere a melhoria de acessibilidade do Ensino Básico e Ensino Secundário, neste caso em relação aos recursos de aprendizagem, porque na realidade não há Bibliotecas escolares. Em primeiro lugar, a educação é relegada a segundo plano nas políticas estratégicas governamentais quando se trata de alocação de fundos para financiar programas, projetos para implementar todo um plano desenhado. Acaba-se por ter uma educação de tantas planificações mas sem execução. Não há bibliotecas escolares, salvo alguns liceus do País e também alguns liceus regionais. Ou seja, tem biblioteca sem livros. Quando tem livros são livros inadequados, desatualizados e livros que não têm nada a ver com a realidade nacional, com o programa. Podemos dizer que não existem materiais específicos nem edição de materiais didáticos ou manuais para o Ensino Secundário. Pese embora no Ensino Básico temos Editora Escolar, mas não funciona devido alguns problemas e falta de recurso. Tem sim, algumas maquetes, mas o modelo antigo até sexto ano. Talvez podemos esperar dos esforços a serem feitos incluindo as reformas onde se prevê a elaboração de materiais escolares, manuais didáticos, guias dos professores, material do aluno, e tantos outros materiais. A nível do Básico, o INDE com apoio da Universidade do Minho e Fundação Calouste Gulbenkian estão a fazer outra fase/etapa da reforma do Ensino Básico que contou com a elaboração de todo o plano curricular iniciado com o documento enquadrador e depois com o documento orientador que foi lançado. Fez-se toda a reformulação de programa das áreas curriculares, de planos de estudos, mas também está-se a fazer a elaboração de manuais. O primeiro DRAFT de Manual já tinha sido elaborado, se não fosse esta 2.<sup>a</sup> etapa do trabalho com a Fundação Calouste Gulbenkian que está-se a beneficiar de apoio de expertise e especialistas da Univ.do Minho, podíamos dizer teríamos os Manuais. São trabalho feitos mas às vezes acabam por ficar na gaveta tendo em conta a descontinuidade do governo, de políticas e programas e não disponibilização de meios para levar avante os trabalhos, pelo que na prática não existe ainda esforços em termos de materiais didáticos para o Básico e em especial o Secundário, sinal de autêntica cópia do modelo ocidental.*

7. Que importância tem a formação inicial e contínua dos professores do ensino básico e secundário para o desenvolvimento do sector educativo no País? Justifique!

**Resposta**

*Deveríamos pensar em termos gerais o que é importante na formação em si. Quer profissional/qualificado ou outra, o que nos remete para duas abordagens interligadas no aspeto guineense:*

*1.ª Abordagem – a formação inicial e contínua dos professores tem uma grande importância para o desenvolvimento do sector educativo na medida em que constitui uma oportunidade distinta, única de dotar os professores de conhecimentos académicos e científicos nas suas áreas disciplinares, mas também competências científicas de temáticas ligadas às ciências naturais, sociais, ciência da vida e da terra, expressões mas também do meio social (ciência integradas), aptidão para ensino de cultura geral, educação artística etc. Formação Inicial é aquilo que lhe vai dar uma primeira competência para a vida profissional. Já a Formação Contínua, seria oportunidade para deliberarem as suas competências profissionais, seus conhecimentos científicos atualizando-as em função daquilo que é as invasões ao nível das ciências em geral e em especial ao nível das ciências da educação. Também adequando-as a realidade as inovações e socioprofissional e educativa da Guiné-Bissau;*

*2.ª Abordagem – estas formações iniciais e contínuas em serviços dos professores contribuem para a qualidade de ensino-aprendizagem dos alunos na medida em que um professor bem formado é um passo bem dado para a regência do Ensino Básico e Ensino Secundário.*

8. De forma global, a seu ver, quais seriam as principais medidas políticas que deveriam ser implementadas para a melhoria da educação básica e secundária na Guiné-Bissau?

**Resposta**

*O fundamental deve passar primeiramente pelo distanciamento político dos administradores do Sistema Educativo em relação ao sistema político-partidário no país que consista em poder contribuir para o desenho efetivo daquilo que são as políticas educativas. Neste caso seria as principais medidas políticas no domínio da educação, os seguintes:*

*- Criação de mecanismos de administração e gestão que permitam a implementação dos planos setoriais da educação (sejam elas planos trienais, quinquenais e decenais) porque as medidas dos planos setoriais da educação devem passar por medidas que devem estar relacionadas em formar e contribuir para a implementação de diferentes orientações de diplomas legais emanadas do MEN tendo como fundamento, sua contribuição para ensino Guineense. Para tal, é preciso a reestruturação e reforçar a competência político-administrativa e das estruturas centrais e periféricas do MEN, ou seja, descentralizar o MEN, particularmente Direções devem ter algumas autonomias de propor e realizar; não depender exclusivamente daquilo que vem do Gabinete do Ministro, porque acaba ser concentrado*

*tudo pelo Ministro (ele decide quase tudo) não se consegue implementar diferentes programas específicos dos departamentos, sendo preciso reforçar competências políticas/administrativas dessas estruturas como INDE, EFP, INEP que devem ser estruturas dinâmicas com suas autonomias financeiras, administrativas e patrimoniais com vista a fazerem melhores trabalhos. Mas é preciso também a descentralização, desconcentração de serviços de gestão do Sistema Educativo Guineense com vista a garantir uma maior participação das comunidades locais em especial na gestão escolar do processo ensino aprendizagem.*

*Mas também estas medidas políticas tem a vertente administrativa e orçamental, o que implica que o Estado deve esforçar para o aumento gradual e significativo de Orçamento Geral do Estado, a sua dotação em relação ao MEN para fazer funcionar efetivamente a máquina educativa conforme as recomendações de iniciativa Fask Track, 20% no mínimo do OGE e que sirva na construção de escolas até pagamento de algumas medidas de incentivo aos professores, construção de residências nas zonas distantes com o pagamento de subsídios de isolamento. São medidas que acho fundamental para esses níveis (EB e ES)*

**9.** Na sua opinião, algum governo se destacou por ter tomado medidas relevantes no que respeita à melhoria do ensino na Guiné em geral, e em particular do ensino Básico e Secundário no que respeita a gratuidade da frequência do ensino? Porquê? E no que respeita à prevenção do abandono escolar? Porquê? E ainda no que respeita à formação de professores e outros? Porquê?

### **Resposta**

*Em geral, não houve governos que tomaram medidas neste sistema porque tudo aquilo que são medidas, são simplesmente ações afirmativas da declaração política, mas que não se faz nada na prática que dão evidências em relação ao acesso, abandono e gratuidade escolar, etc... mas, houve um ou outro governo num período recente que tenha tentado fazer algo nesse sentido. Caso do Governo eleito em 2009, cujo Ministro da Educação era Artur Silva, foi um governo que mudou o Sistema Educativo para melhor em termos de resultados/trabalhos feitos no terreno. Relativamente aquilo que tem a ver com acesso à escola, aspetos de qualidade, recuperação do sistema concernente ao abandono. Foi o Governo que conseguiu levar avante todas as medidas políticas administrativas, a níveis institucionais, regulamentada a partir de Leis e Decretos depois ao nível de despachos ministeriais, programas ministeriais e setoriais para poder dar resultados as ações que devem ser postas no terreno. E foi governo que aprovou a LBSE que deu resultado às reformas no SE, aprovou o Estatuto de Carreira Docente, apesar de não conseguir implementar porque é governo que foi interrompido pelo golpe de 2012, mas iniciou um grande movimento em relação a institucionalização/implementação de estatuto de Carreira Docente por ter feito reajustes e pagamento de tempo de serviço (diuturnidade).*

*No que respeita ao abandono escolar, formação de professores e outros é o mesmo governo que instituiu programa de projeto de reforma pela primeira vez do Ensino Secundário, particularmente com*

*harmonização dos grupos etc., mas que estava muito bem versado com a institucionalização do sistema Licenciatura Metrado e Doutorado que seria também a reforma do Ensino Secundário. É Governo que iniciou a reforma da Escola Superior da Educação, estabeleceu a parceria com [o Instituto Politécnico de] a Viana de Castelo em Portugal, para formação de professores ao nível de Licenciatura e Mestrado em Portugal e ao nível Nacional. Conseguiu acordo de perdão da dívida e conseguiu assinar a iniciativa Fash Trak (iniciativa acelerada para consecução de Objetivos do Desenvolvimento do Milénio), particularmente objetivo para a educação básica universal. Esse governo instaurou toda a base para conseguir o financiamento para o setor educativo “plano trienal e outros”, tudo o que se tem feito até agora foi graças às medidas tomadas naquela altura.*

*Para finalizar, digo que quando se fala das políticas públicas de qualquer país, mas não se beneficia do apoio do Estado, ou seja, quando não é contemplado pelo OGE, torna complicado. É o Estado/Governo o 1.º a financiar o Sistema Educativo em termos de realizações, criar medidas de incentivo para executar as ações e depois contar com apoio dos parceiros. Tanto assim para elaboração das Leis compete ao Governo, assim como programas diversos, animações nas tabancas para incentivar, etc. não dizer que temos Política Educativa sem que seja efetiva. Discurso deve acompanhar a prática, e educação é uma esfera pública de excelência. Sem uma atenção especial em termos de medidas políticas, gestão, qualidade e financiamento não há uma sociedade ideal e que possa estar na situação de acompanhar a dinâmica, evolução da modernidade e nem tanto aquilo que pode responder às políticas dos programas dos governos ex.: DENARP II ou PLANO OPERACIONAL 20-25.*

### **ENTREVISTA-3**

**1-** Na sua opinião, que balanço geral faz da evolução do sistema educativo na Guiné-Bissau no Ensino Básico e Secundário desde 1991? É essencialmente positiva ou negativa? Porquê?

#### **Resposta**

*Na minha opinião, ouve balanço positivo nos últimos anos, porque observamos grande esforço por parte do MEN no sentido de trabalhar para a melhoria da qualidade da educação. Um dos exemplos é a reforma do Sistema Educativo. Se formos ver a última reforma curricular que foi feita é de 1979 a 1980, até então não ouve reforma profunda no setor educativo. Nos últimos anos, é que está em curso no momento a reforma curricular que acho uma das grandes melhorias em termos de qualidade de ensino.*

*E temos também outro ponto que é a implementação de nova abordagem por competência (APC), porque o novo currículo vai ser na base de APC que difere do antigo.*

*APC foi introduzida a partir de 2010 no currículo escolar e vai trabalhar questões transversais que tem a ver com a educação sexual, ambiental sendo pertinentes para o MEN para entrar no currículo escolar*

*não como disciplina, mas entra no currículo de forma transversal (vai ser tratado em qualquer disciplina). Temos também aprovação em 2010 da política do desenvolvimento do setor educativo, nomeadamente a LBSE, carta da Política Educativa, Plano Trienal e outras que anteriormente não existia.*

2- Na sua perceção, e tendo em conta o período pós-independência, refira duas ou três medidas que considere terem sido fundamentais para o desenvolvimento do ensino Básico e Secundário na Guiné-Bissau.

### **Resposta**

*Após a Independência, posso dizer que uma das grandes mudanças feitas no Sistema Educativo Guineense é o aumento de nível de escolaridade. Dantes era de 4.ª classe, depois 9.º ano e hoje foi para 12.º ano. Tudo isso após a independência houve grande melhoria e medidas introduzidas e projeto de construção de novas escolas que permitiu albergar todos os alunos.*

*Outra melhoria é alfabetização de jovens e adultos e construção de escolas de formação de professores tanto do EB como do ES todos para melhorar o nosso Sistema Educativo.*

3. Quais considera serem os dois ou três problemas mais graves que não foram ainda resolvidos nestes níveis de ensino?

### **Resposta**

*Os problemas são vários. Mas os mais graves que afetam o sistema são: falta de um novo currículo escolar. Embora está em curso a sua conceção que ainda não foi implementado. A partir do momento em que temos novo currículo bem feito vai permitir aos alunos acesso aos materiais didáticos, aos professores os materiais pedagógicos para poderem trabalhar e aprender com mais facilidade.*

*Outra questão que afeta são as greves dos docentes que impedem a conclusão dos conteúdos e acompanhamentos dos alunos. Ao retomar [as aulas] muitos ficam pelo caminho.*

*Tem haver também com a falta de cumprimento de programa e a falta de funcionamento de inspeção. Escola trabalha, o diretor acompanha e quem fiscaliza os trabalhos? Temos grandes problemas. Não posso avaliar que a minha escola é melhor que a outra. Hoje, temos grandes problemas com professores, faltam e dão prioridade as escolas privadas. Outra questão é a falta de rigor no sistema de avaliação e a falta de reciclagem na qualificação dos professores; esses problemas são cruciais que precisam ser resolvidas urgentemente para que possamos ter um sistema mais eficaz.*

4. Na sua ótica, quais são as principais razões para a prevalência dos problemas que antes identificou na questão anterior? E em que medida a instabilidade dos Governos têm contribuído para os mesmos?

### **Resposta**

*Principais razões passam por falta de um governo estável, um Ministro sério capaz de trabalhar sério e que seja maleável, que possa negociar com [os] sindicatos e que [o] governo minimizasse os problemas. Que o Orçamento Geral de Estado possa beneficiar o MEN uma fatia positiva. Dinheiro dado ao MEN não chega. As necessidades são tantas [que] se fomos ver aquele dinheiro dado para resolver todos os problemas, não vamos ter uma educação capaz de competir com a sub-região, porque hoje os nossos alunos ficam para trás não pela incompetência, mas [por] falta de bagagem... Os políticos não dão prioridade a educação... deixando a educação para terceiro ou quarto plano, é complicado. Costumo dizer que a educação devia ser não uma pasta política, devia passar pelo concurso e quem ganhar que possa trabalhar durante quatro ou cinco anos. Porque nos últimos anos já não damos conta de quantos ministros que já passaram pelo ministério. É complicado.*

5. Na sua perspetiva, em que medida as políticas implementadas após 1991 para o ensino Básico e Secundário contribuíram ou não para melhorar a qualidade da formação dos alunos, em concreto do ensino Básico e Secundário? Porquê?

### **Resposta**

*De certa forma, a Política Educativa nos anos de 1990/91 contribuiu para um ensino de qualidade, porque o perfil de saída dos alunos dos anos anteriores eram de grande competência, todos nós sabemos que naquela época os professores eram mais rigorosos, os alunos tinham amor a escola e estudavam de verdade, mesmo sem meios, a luz da vela, conseguia-se ver o resultado. Mas hoje, com todas as condições não verificamos engajamento em termos de interesse por parte dos alunos. Por exemplo quando é a greve ao invés dos professores; são alunos é que vão a greve, pois há professores com vontade de trabalhar, mas não há nenhum aluno. Mesmo após levantamento da greve, tem que passar uma semana para depois alunos [voltarem] virem às aulas.*

*O engajamento deve-se que, naquela época havia a competência, alunos concorriam de igual para igual porque quem saía com mais nota era gratificado [atribuído uma] com Bolsa de estudo. Mas hoje com mais meios; universidades internas, centros de formação, não vejo interesse, embora com greves o que impera é a falta de vontade dos alunos e professores dos anos anteriores não são comparados. Os professores eram professores, educadores, ensinadores.*

*Considero que a maioria dos professores, os mais jovens, não digo 100%, mas 80% vão para escola de formação como alternativa com vista a garantir emprego ao sair. Por ser via mais fácil de ingressar na função pública. Mas amor ao trabalho são poucos é que o têm.*

6. No seu entender, como caracterizaria o investimento feito pelos governos guineenses desde 1991 no que respeita à melhoria da acessibilidade dos alunos dos ensinos básico e secundário a recursos

essenciais para uma boa aprendizagem, tais como o acesso a Bibliotecas escolares, aos livros e materiais didáticos em geral? Porquê?

### **Resposta**

*A educação na Guiné-Bissau carece de tudo, mas no que diz respeito ao acesso, investimento feito pelos governos é muito pouco para cobrir as despesas que se verifica na escola. Porque no ES os alunos pagam propinas. Em 100%, 40% vai para o MEN, depois encaminhada pelas finanças, e 60% fica na escola para gerir (resto das despesas) ... EB é gratuito, apenas 3.º ciclo do EB é que paga propinas. O resto das escolas de nível 1 a 6 [anos] vive de apoio dos parceiros com a intervenção do MEN.*

*Escolas que não tem fundos da propina, como pagam serventes, guardas, comprar giz, etc. investimento na educação deve ser de verdade para que o sistema possa ser estável. Porque se criar condições, não só nas infraestruturas, mas nas bibliotecas, laboratórios (para Química, Física, Biologia). Sem laboratórios os alunos aprendem em abstrato, ficam a imaginar como isso seria em laboratório, é triste. Há bibliotecas mas carece do seu abastecimento em livros, manuais etc... os pedidos dos centros, não chegam porque alunos são muitos. [Os] Nossos alunos não têm o hábito de leitura, não frequentam a biblioteca, costume dizer aos professores para incentivar os alunos para pesquisa de qualquer livro.*

7. Que importância tem a formação inicial e contínua dos professores do ensino básico e secundário para o desenvolvimento do setor educativo no País? Justifique!

### **Resposta**

*A formação contínua tem uma grande importância porque, sendo contínua é para professores que já exercem atividades e que receberam ou não a formação pedagógica, [que é] dada pela FEC, [em substituição no plano operacional ao] PASEG, depois do projeto da UNESCO-BREDA, coordenado no INDE e trabalhava em colaboração com as escolas de formação e iam nas escolas, nas regiões, selecionavam e trabalhavam com professores que careciam de formação. Começaram a formar, a reciclar que permite adicionar bagagem para lecionar. Há professores com 5-7 anos de experiência, mas falta orientação pedagógica. Precisamos de passar pelo menos por um curso de orientação pedagógica para saber como atuar, lecionar, porque dar aula não se limita apenas em falar. Há técnicas. Daí a importância da formação inicial e contínua. FEC e Effettive Intervention desempenham esse papel, levam professores nas tabancas para dar formação com os nativos locais e posterior restituição dos mesmos. Sendo difícil deslocar pessoas de cá para lá. Tais formações revestem de grande importância no desenvolvimento de competência dos professores.*

8. De forma global, a seu ver, quais seriam as principais medidas políticas que deveriam ser implementadas para a melhoria da educação básica e secundária na Guiné-Bissau?

**Resposta**

*São muitas medidas. É um setor que não é fácil. As políticas não são dos melhores. Até a questão não é mudar a política. Problema está na implementação das políticas. Tudo está bem planejado, as execuções é problema maior.*

*O que acha que dificulta essa execução?*

*São as pessoas mesmo, não são leis e nem projetos, mas a falta de pessoas capazes para levar avante o projeto. Aí é que entra também constantes exoneração de ministros, porque a educação é uma área sensível. Se tivéssemos um ministro com estabilidade, permitiria executar o seu programa e terminar o seu mandato no tempo. Mas entra um ministro 1 ano cai. Vem outro com novo projeto como é habitual não dá continuidade daquilo que é importante, mesmo sabendo que é importante e continuá-lo, não! “Não fui eu que a fiz, não está certo”. É complicado. Deve haver a estabilidade. Não falta políticas e devemos respeitar as etapas. Por exemplo, no ano passado tivemos greve, mal saímos da greve veio orientação do MEN para fechar o ano letivo. Antes de tomar decisão era preciso saber que o é [era] necessário. E não é só mandar pessoas estranhas para fazer levantamento para depois dizer que já mandamos fazer levantamento e temos que encerrar, por ter já 60% da aula ou cumprimento do programa. Isso não é possível. MEN não carece de políticas, mas sim, de pessoas competentes para executar as políticas com êxito.*

9. Na sua opinião, algum governo se destacou por ter tomado medidas relevantes no que respeita à melhoria do ensino na Guiné em geral, e em particular do ensino Básico e Secundário no que respeita a gratuidade da frequência do ensino? Porquê? E no que respeita à prevenção do abandono escolar? Porquê? E ainda no que respeita à formação de professores e outros? Porquê?

**Resposta**

*Sim, para mim é o governo de 2009, que se destacou para a melhoria da qualidade de ensino, onde Artur Silva era Ministro da educação. Porque ele implementou o 12.º ano, a LBSE que regulamentava o sistema, estendeu o EB até o 9.º ano.*

*Quanto à gratuidade, foi também o mesmo governo, acho que concordo e discordo. Porque ensino não é gratuito na sua totalidade. Fizeram isso para que os pais possam mandar crianças às escolas. Mas tem outra situação porque o ministério não tem meios para cobrir toda a despesa.*

*Em relação a prevenção de abandono escolar, não me lembro, acho que os últimos Ministros preocuparam com isso. E se destacou a Odete, Artur e Alfredo, sempre se preocuparam em manter a política de abolição através do projeto cantina escolar, principalmente cantina escolar, gratuidade,*

*acesso etc., nos últimos anos, vejo a influência do abandono por questão de campanha de caju e fanado. Hoje casamento precoce não influencia muito. As leis já estão feitas e a punir os pais e encarregados que tiram os filhos da escola para darem casamento que está a diminuir muito com intervenção dos parceiros, Associação de Amigos da Criança (AMIC) [está a lutar para [acabar com o] abandono das praticas nefastas. Inclusive alguns pais vieram pedir permissão para que os filhos abandonem a escola e irem ao fanado. Acho que o governo deve criar leis para diminuir essas práticas. Se estamos a trabalhar para a melhoria da qualidade de aprendizagem dos alunos.*

*Quem vai responsabilizar é o governo que vai tomar engajamento e medidas que impeça a retirar meninos no meio da escola para fanado.*

*E quanto a formação dos professores, há algum governo que se preocupou com essa questão? Claro que vejo esforço por todos eles, apesar que UNESCO-BREDA já não está a financiar a formação inicial e contínua dos professores, mas há vontade do MEN em continuar com projetos que tem a ver com reciclagem. A FEC em princípio está a trabalhar nesse domínio da administração e gestão escolar para todos os diretores. A educação é para todos e Governo devia dar prioridade a ela em todos os sentidos. Tal como educação funciona, carece não só de materiais, mas também de capital humano. Os técnicos já estão a caminho da reforma e os novos não são dados oportunidades sendo necessário abrir as portas para os jovens.*

#### **ENTREVISTA-4**

**1-** Na sua opinião, que balanço geral faz da evolução do sistema educativo na Guiné-Bissau no Ensino Básico e Secundário desde 1991? É essencialmente positiva ou negativa? Porquê?

##### ***Resposta***

*Deveras negativa, pois os sobressaltos políticos acabaram por minar a desejada reforma para o setor, à semelhança do que tem sido o modelo português, sendo acautelada sua concretização nos moldes e objetivos preconizados pelo milénio.*

**2-** Na sua perceção, e tendo em conta o período pós-independência, refira duas ou três medidas que considere terem sido fundamentais para o desenvolvimento do ensino Básico e Secundário na Guiné-Bissau.

##### ***Resposta***

*- A consagração do esforço financeiro para a abertura e construção de mais infraestruturas escolares, para que a escola cumprisse o seu papel de mentor de mudança; a permanente formação e capacitação dos agentes educativos, melhores preparados para a missão que lhes é devida; a escola conformasse aos lugares cimeiros que a independência nos ensinou e nos legou;*

3. Quais considera serem os dois ou três problemas mais graves que não foram ainda resolvidos nestes níveis de ensino?

**Resposta**

*Os sucessivos estrangulamentos prendem-se, em primeiro lugar com a procura desenfreada das infraestruturas escolares por parte dos jovens, adultos e idosos, uma vez que é solicitado a todos os cidadãos os conhecimentos que fossem úteis ao emprego e sua dinamização, em segundo lugar, a fraca qualidade dos nossos agentes formativos (professores) e instituições formativas inexistentes no país.*

4. Na sua ótica, quais são as principais razões para a prevalência dos problemas que antes identificou na questão anterior? E em que medida a instabilidade dos Governos têm contribuído para os mesmos?

**Resposta**

*As nomeações políticas, os chamados cargos por solidariedade ou cargos por camaradagem emergidos pós 1980, isto é, cargos partidários que não olham o mérito e as qualidades como funcionais para qualquer setor, não apenas o sector educativo. Um segundo fator relaciona-se com as mudanças cíclicas dos decisores para a área educativa, e sucessivas alterações legislativas nesta matéria.*

5. Na sua perspectiva, em que medida as políticas implementadas após 1991 para o ensino Básico e Secundário contribuíram ou não para melhorar a qualidade da formação dos alunos, em concreto do ensino Básico e Secundário? Porquê?

**Resposta**

*As reformas levadas a cabo pelo Professor Doutor Alexandre Furtado e Engenheiro Artur Silva [então ministro da Educação] contribuíram significativamente para a melhoria do sistema educativo e a qualidade de formação, com a introdução de formação-alternativa, à semelhança de programas regionais do ensino da África Ocidental.*

6. No seu entender, como caracterizaria o investimento feito pelos governos guineenses desde 1991 no que respeita à melhoria da acessibilidade dos alunos dos ensinos básico e secundário a recursos essenciais para uma boa aprendizagem, tais como o acesso a Bibliotecas escolares, aos livros e materiais didáticos em geral? Porquê?

**Resposta**

*A impreparação dos decisores políticos nessa área é perceptível ao olho nu. Houve de forma insuficiente o investimento para as áreas dos livros, bibliotecas, editoras, recursos informáticos, novos materiais pedagógicos e didáticos que permitissem captar a existência das novas metodologias e técnicas do*

*ensino/aprendizagem e aumentar, assim, de forma gradativa a consolidação dos mecanismos educativos nacionais.*

7. Que importância tem a formação inicial e contínua dos professores do ensino básico e secundário para o desenvolvimento do setor educativo no País? Justifique!

**Resposta**

*Desde logo, na mudança de concepções e estratégias quanto à natureza do ensino/aprendizagem, o ensino é produto permanente de mudanças e, como tal, a consequente formação inicial e contínua deve ser o sujeito, o mais próximo das meras preocupações dos decisores políticos nessas áreas. Os avanços só são consentidos com a elevada formação educativa.*

8. De forma global, a seu ver, quais seriam as principais medidas políticas que deveriam ser implementadas para a melhoria da educação básica e secundária na Guiné-Bissau?

**Resposta**

*Como, por exemplo, criar um fundo especial ligado à formação e reforçar a principal instituição – “Chico Té”, tal como foi no passado, de novos equipamentos, quadros qualificados, aumentar o salário e dignificar o setor com mais meios pedagógicos e didáticos, e preparar o ensino para o séc. XXI, o século de todas as revoluções.*

9. Na sua opinião, algum governo se destacou por ter tomado medidas relevantes no que respeita à melhoria do ensino na Guiné em geral, e em particular do ensino Básico e Secundário no que respeita a gratuidade da frequência do ensino? Porquê? E no que respeita à prevenção do abandono escolar? Porquê? E ainda no que respeita à formação de professores e outros? Porquê?

**Resposta**

*Foi na época do Eng.º Artur Silva que infelizmente não concluiu esse sonho e desidrato do milénio, por fator político. Esta tentativa de reforma já traz os ingredientes de supostas e desejadas mudanças que seriam desejáveis para o setor, aos níveis (básico e secundário), aumentando a escolaridade obrigatória, embora não se vislumbre perspectiva básica e o modo de combater com sucesso o abandono escolar precoce. Está inscrito nesta pretensa reforma curricular, a gratuidade do ensino ao nível do básico, ficando outra vez, adiada para futura governação. Quando ao abandono escolar precoce, existe um conjunto de fatores que ainda vão obstaculizar a sua tendência para a sua concretização, e não será um exercício fácil para próximos tempos.*

*Nenhum dos nomeados até a data presente se mostrou capaz de entender as preocupações do setor relativamente à formação inicial dos professores, quiçá, não terem a percepção das necessidades dos professores bem formados para as missões que lhes competem.*

## **ENTREVISTA-5**

**1-** Na sua opinião, que balanço geral faz da evolução do sistema educativo na Guiné-Bissau no Ensino Básico e Secundário desde 1991? É essencialmente positiva ou negativa? Porquê?

### **Resposta**

*Felizmente ou infelizmente, há avanços e retrocessos e alguns outros aspetos, mas no cômputo geral, diria que há avanços sim, no geral. Começo pela parte que gostaria que seja mantida e neste preciso momento não está, o que é um dos aspetos fundamentais do EB e influencia muito no ES que é as comissões de estudos, que eram muito mais organizados e havia fundos para a sua implementação e execução. E que neste momento não acontece, contudo as iniciativas das ONG intervenientes no setor, também há sinais do Governo em querer recuperar esta atividade essencial para a coordenação e planificação dos conteúdos para os subsectores básicos e secundários sendo este último no caso das coordenações das disciplinas. Estes são pontos que diria [que] houve retrocesso. Mas no geral, nos últimos anos, temos a felicidade de poder dotar todos os alunos do EB de materiais escolares, conjunto de Kits de materiais a todas as crianças inscritas nas escolas públicas, privadas ou comunitárias; cerca de 40.000 crianças nestas duas categorias do 1.º e 2.º ciclo do Básico, receberam esses manuais gratuitamente. Custos que acarreta aquisição desses materiais é um dos avanços consideráveis, sem contar com números de professores formados nas escolas de formação pedagógica, facto no que nos anos atrás eram inferior e os velhos vão para reforma.*

*Um outro aspeto fundamental, contudo ainda não está em funcionamento, se tudo correr como previsto daí a um ou dois anos vai começar a funcionar os três novos centros de formação do EB, estrategicamente construídos nas regiões de Quinara para toda a província Sul, em Bafatá para todo o Leste e Cacheu para todo o Norte. Isso vai descentralizar a formação dos professores e permitir que o MEN consiga reduzir drasticamente a colocação de professores em todo o país uma vez que o centro de Bissau é que alberga e albergará do todo o País. Por um lado, isso vai facilitar a cobertura local e por outro, vai possibilitar aumento de professores formados. O desafio é correr contra os 30 a 35% dos professores contratados, que dentre os 35%, talvez 5% tenha formação pedagógica (ou seja os que formaram na docência e conseguem outro emprego, depois voltam a contratar no MEN). Resto dos 30%, são os que não têm nenhuma formação pedagogia (apenas 12.º ano como alternativa ou não ingressam na docência).*

*Pela parte de construção, houve avanços nos últimos anos, temos mais de 200 salas de aula construídas ou substituídas, construídas de raiz ou melhoradas para permitir acesso das crianças ao EB, também dos jardins [de infância] para preparação do ingresso no EB.*

2- Na sua percepção, e tendo em conta o período pós-independência, refira duas ou três medidas que considere terem sido fundamentais para o desenvolvimento do ensino Básico e Secundário na Guiné-Bissau.

### **Resposta**

*Uma delas, já havia a bivalência na docência no EB. Na verdade é polivalência no secundário é bivalência, tendo em conta as características da Matemática, Física, etc. mas o professor do EB foi formado para ser o professor só do EB (dando todos os ciclos do EB, mas não acontece). O que é a revolução nesse aspeto, é que esse professor seja capaz de lecionar em duas salas, ter por exemplo a parte de Ciências Integradas aqui na Sala 1, e professor de Ciências Sociais que aceita que haja troca. O professor não vai ficar para sempre numa disciplina, sempre que necessário muda da disciplina. Isso é uma das medidas ou avanços.*

*Outra questão é a retomada do pré-escolar no ingresso no EB. Outra foi o recuperar da idade de ingresso de 6 em vez dos 7 anos. Também um ou dois anos após a independência foi abolido o pré-escolar que no fundo a corte tem a ver com a falta de recursos, que já está a ser retomada hoje. Estudos aprovam que crianças que passam pelo Jardim têm maior rendimento do que aquele que ingressa diretamente no EB. Há escassos jardins públicos e a maioria são privadas (das missões religiosas), governo assume colocação de professores nesses jardins. E na [à] medida do possível, o governo vai agregar uma ou duas salas no EB para jardins mais para crianças que não tiveram jardim a fim de terem aquela socialização antes de EB para poderem manejar cores, destreza motora. Há medidas sim, mas se tivéssemos uma 'calmia' uma das partes dessas medidas seria bem maiores. Pois, não tiram mérito das pessoas que trabalharem nessas medidas.*

3. Quais considera serem os dois ou três problemas mais graves que não foram ainda resolvidos nestes níveis de ensino?

### **Resposta**

*O problema n.º 1 na minha opinião é poder no sistema dos professores sem formação. Querendo ou não podem ter vontade, mas falta preparo e afeta quem aprende. E a qualidade de ensino depende fundamentalmente da qualidade dos professores, considerando que um professor qualificado pode até não ter dispositivos necessários, mas pode lidar com situações. Quando não tem preparo fica difícil usar recursos alternativos não científicos.*

*Outra questão é ao nível político, falta ainda uma assunção em termos rigoroso da educação não em termos de discursos, prioridade, prioridade, mas que seja prioridade efetivamente. Assim, darias um futuro melhor a nossa juventude.*

4. Na sua ótica, quais são as principais razões para a prevalência dos problemas que antes identificou na questão anterior? E em que medida a instabilidade dos Governos têm contribuído para os mesmos?

#### **Resposta**

*Primeiro, há duas coisas: ao nível do governo essa assunção teórica, ao nível do discurso. Porque quando se faz um discurso e todos os países fazem isso, mas pelo menos as coisas funcionam. No Senegal quase metade do PIB vai para educação (40%) e não é o nosso caso. Não ultrapassa [os] 13%. Vai 13 a 15% e volta para 9%. Quando políticos tomam essa decisão e tecnicamente vê-se que o MEN é ministério do país, conta atualmente quase 8.000 professores e com técnicos quase chega 10 a 11 mil. Nenhum outro Ministério tem esse número de efetivos. Massa salarial é pesada, qualquer melhoria tem que sanear as finanças públicas para poder sair desse impasse, com as receitas que temos não há progressão. Salas que mencionei, poucos que é são construídas com fundos do governo. Sim, claro que há fundos da parceria mundial para a educação para o governo. Grande parte desse recurso foi utilizado e gerido para construir salas de aula. Mas o governo fica refém do próprio n.º de funcionário que tem. Gera receita apenas para pagar esse funcionário e mais nada. Não há fundos para formação contínua dos professores, havia, acontecia. Nas férias de três meses os professores do EB são formados por círculos, capacitação em novas metodologias, manuais que vão ser utilizados, tirar as dúvidas e poder avançar. Nesta parte a questão financeira pesa muito. Há que haver o saneamento nas Finanças públicas para que os recursos possam ser bem encaminhados.*

*Outra questão, acredito que esses três novos centros de formação de professores vão contribuir para eliminar o 2.º fator (Guiné não é grande), mas apenas com duas escolas de formação ao nível nacional e de Machil. Os centros vão adicionar a cobertura dos formados sendo uma decisão certa. Se contarmos com 30% que vão para reforma vamos ter que percorre muito tempo para colmatar a situação, por isso a importância desses centros para podermos ter todos os professores do EB formados. É uma decisão certa também o que aconteceu com os fundos da parceria mundial para educação que vão permitir em pouco tempo colmatar problemas de professores sem formação. Tendo esses professores formados, talvez é só pensarmos em produzir os professores e educadoras de infância ou até podemos usar a formação para o ensino secundário para desafogar o [a] Tchico Té, ali vamos poder trabalhar mais na capacitação.*

*No que refere a instabilidade política, a instabilidade política só vem carimbar os dois outros fatores que citei há bocado. Porque ali que todos os políticos se baseiam, “não tive tempo para fazer nada”.*

*Criam argumentos para justificar a sua passividade durante o exercício, alegando a falta do tempo. Isso tem impacto ao nível dos técnicos, porque as mudanças não acontece só com ministros, porque sai ministro vem outro com todo o Staff e para familiarizar com os dossiês já aí o governo ou é mudado sem que consiga realizar nada. Essas mudanças interferem muito e até psicologicamente, o governo cai hoje, amanhã e ninguém faz nada só a espera da caída do governo.*

5. Na sua perspetiva, em que medida as políticas implementadas após 1991 para o ensino Básico e Secundário contribuíram ou não para melhorar a qualidade da formação dos alunos, em concreto do ensino Básico e Secundário? Porquê?

### **Resposta**

*Não houve assim tantas medidas ao nível do Básico e Secundário. Ouve sim, a fusão do básico que era de 6 anos, agora passou a ser 9 anos. Diria que é jogada de mestre, mas outro mestre não está convencido. Os parceiros quase legitimam o 6 ano, mas governo insista em 9 anos. Desbloqueiam fundos apenas para o 6 ano. O mundo vai tudo para 1.º a 6.º anos, as convenções que foram ratificadas, desenvolvimento sustentável e outras. Todos os Estados trabalharam até 6 ano. Os fundos da Parceria Mundial para Educação (PME) repassados aos governos de acordo com os programas de plano de desenvolvimento da educação para implementação de atividade para a melhoria do ensino, para que os Estados/governos possam eliminar o analfabetismo e permitir que todos tem o básico. Aí o nosso governo incluiu 7.º, 8.º e 9.º para poder beneficiar e que alguém pague os tais custos. Em termos de professores não há professores do básico que consigam lecionar o 7.º ao 9.º ano, há certa separação. No básico, os conteúdos revistos e organizados ao nível de uma sequência em que a criança ao fim de 6 anos consiga ter o básico, não é que não acontecia antes, mas é reforma que professores receberam, onde passam um pacote que ajudou na capacitação do professor, exercício que desenvolve na sala de aula. Isso teve seu impacto ao nível de performance. Ao nível de ambiente da sala de aula, são poucas infraestruturas que foram melhoradas após a independência em Bissau. Mas no interior há muitas escolas boas e outras a melhorar que vão substituir as barracas.*

*Uma iniciativa também boa é o geo-referenciamento a nível de organização das escolas. Grande parte das escolas do Ensino Básico quase a totalidade, 90%, olhando bem essas escolas, oferece apenas até o 4.º ano, já que não há em continuidade, e a família não deixa percorrer quilómetros para estudar o 5 e 6 anos, acabam contentar com o que tem (4.º ano), assim sucessivamente. Seria criar um polo que irá ter todos os níveis do básico, recebendo todos eles com vista a sanear a situação.*

6. No seu entender, como caracterizaria o investimento feito pelos governos guineenses desde 1991 no que respeita à melhoria da acessibilidade dos alunos dos ensinos básico e secundário a recursos essenciais para uma boa aprendizagem, tais como o acesso a Bibliotecas escolares, aos livros e materiais didáticos em geral? Porquê?

### **Resposta**

*Diria que se algum fundo foi gerado ao nível das finanças pública, se são feitas, é muito pouco. Mas a nível do MEN são feitas os levantamentos dos materiais, livros, dicionários, enciclopédias que são necessárias ao longo e meio prazos, não para todos os alunos. Mas o Ministério das finanças, não disponibiliza recursos para essa prioridade. Foi feito o trabalho de base com outro fundo “Parceria Mundial para Educação” gerido pela UNICEF para aquisição e distribuição de manuais e Kits para todos os alunos do 1.º a 6.º ano, na mesma medida também que os jardins públicos e privados associados à formação para o manejo desses materiais. O MEN fez um contrato com EDITORA para fornecimento de livros, enciclopédias, mapas, etc... para equipar as bibliotecas das escolas, mas sem efeito até hoje. Com os fundos do Governo com Ministério das Finanças, mas não saiu ainda. O que saiu é fundo do MEN com seus parceiros para o Ensino Básico, tem mapas, réguas, etc. Mas tendo materiais, os adolescentes não limitarão apenas a dependência dos professores, vão experimentar comprovar aquilo que o professor disse.*

7. Que importância tem a formação inicial e contínua dos professores do ensino básico e secundário para o desenvolvimento do setor educativo no País? Justifique!

### **Resposta**

*Há quem diga que para termos uma escola precisamos de edifícios, alunos, materiais didáticos e professores. O professor é fulcral nesse processo todo. Quanto mais é qualificado o professor, melhor ele é no sistema, porque consegue transmitir usando vários recursos facilitando aprendizagem da criança. Por ter habilidade e preparo para tal. Quando não tem é complicado! É fundamental a formação inicial e contínua só vem enriquecer os conceitos, as novas metodologias, abordagens e novos manuais que entram no currículo daí é necessário o processo de formação de professores. Outra questão que esqueci de mencionar, não sei se é na 6 pergunta, tem a ver com a revolução do currículo no Ensino Básico 1.º a 4.º ano já está quase no fim e 5.º e 6.º ano também. Os currículos vai [vão] trabalhar um novo contexto (atual), enquanto o anterior era de 20-30 anos.*

8. De forma global, a seu ver, quais seriam as principais medidas políticas que deveriam ser implementadas para a melhoria da educação básica e secundária na Guiné-Bissau?

**Resposta**

*A implementação da carreira docente, contudo os estatutos nem foi bem trabalhado, nem repensada dentro do contexto da Guiné e uma assunção rigorosa do Governo na questão da educação. A definição do perfil dos agentes educativos é indispensável. Não é qualquer um que possa integrar, MEN tem que trabalhar para escolher o bom, pois é essencial ter um período probatório mesmo sendo formado. É ser avaliado para poder ingressar, isso vai refletir na própria escola. Vai ser associado a assunção do governo no sentido de ter um salário digno, condição de trabalho e poder aplicar o estatuto. Questão de inspeção é também importante neste processo, mas com outro modelo de funcionamento em termos de apoio, gestão etc...acontece que não temos inspetores neste preciso momento, felizmente estão no processo de recrutamento de novos inspetores, MEN precisa de mais técnicos, tem um plano setorial de educação a ser submetida daí a setembro com o fundo da Parceria Mundial para a Educação (PME) para construção de três centros de formação dos professores. Há garantias de fundos para o sector da educação.*

9. Na sua opinião, algum governo se destacou por ter tomado medidas relevantes no que respeita à melhoria do ensino na Guiné em geral, e em particular do ensino Básico e Secundário no que respeita à gratuidade da frequência do ensino? Porquê? E no que respeita à prevenção do abandono escolar? Porquê? E ainda no que respeita à formação de professores e outros? Porquê?

**Resposta**

*Para falar do governo, tudo é politizado. Diria que no Governo em que Geraldo Martins era Ministro da Educação em que foi feita a fusão do EB, e criados dois manuais para todos os níveis, houve formação, comissão de estudos que funcionava com fundos do BM, pagava horas nos sábados em que planificavam, havia aula-modelo e outros. Enquanto no ES havia a coordenação de professores, seguimentos por disciplinas. Na minha opinião, os governos devem deixar as marcas, tomar decisões que tenham impacto positivo a médio e longo prazo, mas os políticos não levam isso a sério. Não há estadista e nem pensa quem vai ser o 1.º Ministro.*

## ENTREVISTA-6

1- Na sua opinião, que balanço geral faz da evolução do sistema educativo na Guiné-Bissau no Ensino Básico e Secundário desde 1991? É essencialmente positiva ou negativa? Porquê?

### Resposta

*Em relação à balança quanto à evolução ou não, diria que houve evolução porque se voltarmos atrás para ver os primórdios da educação, podemos dizer que a partir dessa altura (1991), houve evolução, sobretudo no EB, porque há tendências, reformas implementadas para permitir que a população tenha acesso, que não tinha antes da independência. Depois da independência houve tentativa de reforma que podemos caracterizar de tímida reforma, e já 1990 houve reforma profunda no setor de ensino. Não se pode falar do aumento sem, no entanto, falar da reforma. Ela acabou por dar abertura em termos de acesso, qualidade e o que passa necessariamente pela construção de infraestruturas escolares, formação de docentes e demais outros investimentos neste processo de reforma. Portanto, a partir de 1991 houve procura do ensino e que se vê em termos de efetivos escolares e pessoas escolarizadas. O país viveu numa centralização do sistema, tanto político, económico, quanto social. E tudo isto não permitia nos primeiros anos da independência esta evolução. Mas com mudanças plurais de 1990, 91 e por aí, obrigou esta abertura não só a nível da escola, mas também da abertura dos parceiros em apoiar, sobretudo, o setor educativo. A partir de 1990 iniciou os projetos, apoio que facilitaram o acesso, alargamento das redes escolares a nível nacional, obviamente vai haver maior número de efetivos escolares. Refiro-me apoio de BM, foi criado alguns projetos, apesar de algumas disparidades, discrepância entre género, em geral houve aumento significativos nessa altura devido as mudança plurais que referi. Pessoas que não tinham acesso a educação, com abertura e aumento das infraestruturas escolares passaram a ter acesso a educação. Embora com aumento da procura do EB e Ensino Secundário, o Estado por si só não tinha como responder esta procura a não ser com apoio dos parceiros. O que fez com que o Estado voltou, o que caracterizamos de medidas restritivas, uma vez não tendo capacidade de fazer face às procuras. No Ensino Secundária, limitava-se acesso a questão de idade, o que implica o retorno a política colonial por não ter infraestruturas escolares suficientes, levou a implementação de outras medidas. São as evoluções que podemos referir em 1991.*

2- Na sua perceção, e tendo em conta o período pós-independência, refira duas ou três medidas que considere terem sido fundamentais para o desenvolvimento do ensino Básico e Secundário na Guiné-Bissau.

## **Resposta**

*Posso referir pelo menos duas:*

*Primeira, foi a reforma que referi há bocado, foi uma das medidas importantes.*

*Segunda, também o plano quadro nacional que culminou com a criação do PAEB (projeto de apoio a educação de base) financiado pelo BM, projeto Firkidja, para apoiar o alargamento da rede escolar e também com projeto do Governo Japonês (JICA), que era para construir 166 escolas, sobretudo na região de Oio, Biombo e Cacheu. São importantes medidas que aconteceram nessa altura de 1991. Ainda outra medida, foi abertura das escolas privadas através do decreto-lei n.º 7/ 91, devido [ao] aumento da procura. Estado sentiu a necessidade de dar abertura as escolas privadas que foi muito importante. Apesar de haver escolas católicas, mas abertura das escolas privadas foi uma boa estratégia devido à necessidade de fazer face a abertura política democrática, havia necessidade de escolarizar a população Guineense para poder estar no processo democrático. Projeto Firkidja, tinha um objetivo fundamental que era de melhorar o serviço do sistema educativo em termos de apoio, de gestão e planificação do sistema. Também melhorar a eficácia do próprio sistema, apoio aos técnicos dos sistemas. São grandes medidas e não se pode ter um ensino de qualidade sem ter uma boa planificação, gestão e boa política de formação de professores, são medidas implementadas nessa altura (1991) com vista a responder o aumento da procura do ensino. De referir o apoio dos parceiros nessa altura, Portugal, e demais países [como] Guiné Conakry, Senegal; estamos a falar de projeto amizade Guiné-Bissau, mas também o Estado viria deparar com situação de logística em termos de atender pessoas provenientes destes países. Pela dificuldade logística, o Estado não deu continuidade deste projeto de cooperação, amizade Guiné-Bissau.*

**3.** Quais considera serem os dois ou três problemas mais graves que não foram ainda resolvidos nestes níveis de ensino?

## **Resposta**

*Os principais problemas que ainda não foram resolvidos foram a formação dos professores, porque com aumento da escolarização da procura de ensino neste nível, o Estado Guineense não tinha o corpo docente bem qualificado, e não se pode falar de ensino de qualidade sem ter professor de qualidade. Houve contratação de professores, cerca de 80 a 90%, não tinha preparação pedagógica. De recordar, 1980 a 1990 quase 187 professores é que tinham formação pedagógica e 2.040 não tinham formação pedagógica. É um problema gravíssimo que o sistema tem deparado e até data presente, estamos a deparar com essa situação.*

*- E outro problema grave é a infraestrutura escolar. Apesar do projeto referenciado atrás, contudo têm alargado as redes escolares a nível nacional, mas as tais infraestruturas não eram boas e até então*

*muitas não são boas. Esses edifícios escolares que não foram construídos devidamente para reter alunos na escola, porque há escolas com barracas, não é um bom sinal, é um problema.*

*Outro problema ainda é recursos didáticos, porque é dificilmente ensinar num contexto como nosso sem manuais escolares. É um problema que temos a partir de 1990, 91 e até a data presente. O Estado não conseguiu disponibilizar manuais escolares para alunos, o que originou a disparidade de conteúdos, sobretudo para professores que não tem formação pedagógica. Esse professor que não tem formação pedagógica e não tem beneficiado de formação contínua em serviço. A partir desses anos sem pôr em causa os esforços, a comissão de estudo que foi criado nesses anos de 90 e que não funcionou devidamente a nível nacional.*

*Por último, antes de guerra de 1998, [golpe de Estado que gerou a guerra civil] a comissão de estudo já estava com dificuldade de funcionamento. Na minha opinião, acho que os problemas graves são formação de professores, materiais didáticos, infraestruturas escolares deparados no Ensino Básico. Alternativa é dar formação inicial em serviços [aos] professores. São problemas que temos no sistema e que não permitiu a qualidade de ensino, o que está a refletir negativamente até presente data.*

**4.** Na sua ótica, quais são as principais razões para a prevalência dos problemas que antes identificou na questão anterior? E em que medida a instabilidade dos Governos têm contribuído para os mesmos?

#### **Resposta**

*É a instabilidade governativa. É muito negativo, porque a política educativa está dentro da política geral. Se este último não está a funcionar devidamente, as outras políticas não podem ter sucesso. Neste caso, a instabilidade política não tem ajudado o setor educativo. Essas mudanças cíclicas de ministros, golpes de estado afetam o sector. O MEN foi o ministério, na minha opinião, que mais tem problema, dado que cada ministro que vem, traz suas políticas, faz mudança de diretores enquanto gestores do sistema. É um dos erros graves que temos no sistema. Quando vem muda todos os diretores sem procurar saber se há bons ou não (diretores das escolas, diretores regionais, refiro [-me] gestores do sistema) que são nomeados. Não há concurso público e nem eleição na escola, isso não ajudou o desenvolvimento e qualidade de ensino e reflete negativamente. Muitos diretores são nomeados sem que tenha noção do que é a gestão escolar pela afinidade política, familiar amizade e por aí... essas mudanças cíclicas são causas de fracasso que temos hoje no sistema e que justifica a qualidade.*

**5.** Na sua perspetiva, em que medida as políticas implementadas após 1991 para o ensino Básico e Secundário contribuíram ou não para melhorar a qualidade da formação dos alunos, em concreto do ensino Básico e Secundário? Porquê?

**Resposta**

*Acho que as medidas implementadas resultante de aumento de efetivos escolares implica aceitar que de facto tem efeitos positivos quantitativamente, mas em termos de qualidade, na minha opinião, não vejo a qualidade de Ensino Básico e Ensino Secundário. Apesar que se registou esforços de ponto de vista quantitativo e do ponto de vista qualitativo, há muita coisa a fazer, o que passa pela formação referida pela reforma profunda do currículo, aumento de investimento no setor, isto é, a fatia destinada ao MEN deve ser repensada. Houve reforma recentemente, LBSE, carreira docente e outras estratégias definidas. Embora nem todas elas conseguem produziram feitos desejadas.*

6. No seu entender, como caracterizaria o investimento feito pelos governos guineenses desde 1991 no que respeita à melhoria da acessibilidade dos alunos dos ensinos básico e secundário a recursos essenciais para uma boa aprendizagem, tais como o acesso a Bibliotecas escolares, aos livros e materiais didáticos em geral? Porquê?

**Resposta**

*Acho que nesse aspeto, não tem havido grandes esforço em termos de recursos didáticos, não se nota investimento. Muitas escolas não têm bibliotecas ou se tiveram é porque não são apetrechadas desse conjunto de materiais. Não há reformas nesse setor de forma aprofundada, houve algumas alterações no ensino Secundário com a introdução do ensino Secundário em 2011, foram medidas políticas, e tecnicamente não foram bem preparadas, porque não se pode implementar o 12.º sem preparar professores. Há grandes dificuldades em termos de materiais, corpos docentes, dá situações dificilmente recuperadas de momento. O 12.º funciona com dificuldades, foram introduzidas novas disciplinas sem antes preparar docentes. Muitos professores foram contratados sem serem proporcionados formação pedagógica, sem metodologia de ensinar. Caso da Economia, Sociologia; não basta contratar economista ou sociólogos para lecionar o 12.º ano, sem preparação prévia. Considero que é uma falha. Do ponto de vista político, houve medidas implementadas sem consultar técnicos para absorverem melhores opiniões para a melhoria do processo.*

7. Que importância tem a formação inicial e contínua dos professores do ensino básico e secundário para o desenvolvimento do sector educativo no País? Justifique!

**Resposta**

*É muito importante, porque não podemos ter EB de qualidade sem professor de qualidade. Daí que a formação é indispensável para evitar de adaptar professores nesses níveis. Formação inicial é o que possibilita professor adquira conhecimentos teóricos, preparado para ensinar. Com formação inicial, obviamente, vai produzir bons resultados do que quem não tem essa formação pedagógica. Foi uma*

*das falhas que temos cometido ao longo do sistema, centralizamos a escola de formação de professores na capital. Muitas pessoas podiam ter formação pedagógica sem deslocar, mas não tinham como. Acho que devia ser a estratégia do governo, em diversificar essa formação. Criar centros nas regiões para formar quantitativa e qualitativamente os professores para Ensino Básico e Ensino Secundário. Mas essa formação deve ser bem planificada e corresponder as disciplinas que temos nesses níveis. Para não desarticular as formações nesses níveis que temos, falo daquilo que está a ser verificado neste momento. Temos escolas de formação de professores que não têm algumas áreas disciplinares, mas temos também Ensino Básico e Ensino Secundário. Temos introdução à economia, à sociologia, educação social, à filosofia. Onde estão as escolas de formação que tem essa valência que não está a formar pessoas para essas áreas? Foi falhas que temos vindo a cometer ao longo dos tempos. Ninguém é capaz de descobrir que é uma falha que estamos a cometer que é para fazer uma proposta de rever plana de estudo para as escolas de formação, que é para poder corresponder com currículo do Ensino Básico e Ensino Secundário.*

*Em relação à formação contínua também é um calcanhar de Aquiles que temos, porque neste país ninguém se fala da formação contínua dos professores, não há política para tal. Houve algumas tendências nos anos 2007/2008, por não ter continuidade, sendo um dos maiores problemas que temos, muitos professores ficam desatualizados. Não basta ter formação inicial, não têm hábito de leitura, também é má política que temos de reforma curricular. Se continuarmos com este currículo que temos, os professores continuarem com o mesmo programa ao longo dos tempos, não haverá necessidade de atualizar por ser o mesmo programa, acabando por memorizar o que está no programa, dão aulas com mesmo programa durante vários anos (10-20 anos), muitos professores vão para aula sem levar materiais ou suporte pedagógico, porque fixaram tudo que está no programa, também inspeção não está a funcionar. Formação contínua é para atualização de conteúdos e métodos, discutir matérias e manter professores mais competentes e acompanhar com a evolução social e tecnológica. Não é o caso na Guiné-Bissau devido à falta de políticas formações contínuas, e que só podem ser implementadas através de recursos financeiros. Sem Recursos financeiros, nem orçamento, torna difícil implementar formação contínua. Não há investimento, a nível das escolas para implementar a formação em causa, uma vez que a nível do governo não há visão e política para tal. Mesmo sendo da iniciativa dos diretores não serão possíveis devido à carência de recursos.*

**8.** De forma global, a seu ver, quais seriam as principais medidas políticas que deveriam ser implementadas para a melhoria da educação básica e secundária na Guiné-Bissau?

**Resposta**

*Medidas políticas, é intensificar a universalidade de acesso.*

*Outra medida política é aumentar o investimento, ter uma política de distribuição equitativa de redes escolas. Muitas regiões não estão a ter a mesma oportunidade em relação às outras.*

*Medidas políticas, é criar, proporcionar meios para facilitar o funcionamento do Ensino Básico. Ainda faltam professores para esses níveis (formar professores para esses níveis), melhorar condições das infraestruturas escolares, investir nos recursos/ materiais didáticos, criar bibliotecas para todas as escolas para permitir a consulta e manterem atualizados, alunos vão ter suportes para consultar para despertar a curiosidade seria uma das políticas para melhorar a qualidade de ensino, criar bibliotecas bem apetrechadas, aumentar número de professores e acabar com os professores sem formação pedagógica, criar formação inicial em serviço já que não podem ser expulsos. O sistema vai consumi-los e a medida que vão ser consumidos temos que criar uma política de formação inicial em serviço para esses professores. Só assim que podemos ter ensino básico de qualidade. A nível de inspeção, é formar inspetores para monitorizar o processo, ver e apoiar os professores no seu trabalho como forma de garantir a qualidade de ensino.*

*E outras medidas que podemos ter evitar alguns fatores que interferem no setor é a greve. Deve-se criar condições para evitar as cíclicas greves que acontecem no setor que é para cumprir o ano letivo devidamente. Tempo previsto de 180 dias devem ser cumpridos para evitar de terem da invenção de conceito “salvar ano letivo” cumprindo calendário escolar que passa pela vontade política para segurar a qualidade de ensino. Atualmente, nota-se a disparidade de conteúdos a todos os níveis.*

*Professores sem formação quando tem dificuldade em certos conteúdos limitam a saltá-lo para outro conteúdo o que é muito grave para o sistema. Essas dificuldades devem ser superadas. Infraestruturas escolares a nível das regiões; ainda há péssimas situações com barraca que não permite um bom funcionamento, crianças não sintam à vontade, sobretudo no começo da chuva.*

*Para a qualidade de ensino, deve-se repensar o processo, aumentar o investimento, vontade política, evitar greves, sensibilizar as comunidades que ainda não dão valor a educação, reforçar cantina escolar para reter crianças na escola e produzir bons resultados na aprendizagem. Questão de abandono deve ser negociada com a comunidade, por exemplo, fanado, casamento precoce, apanha de castanha de caju, etc., com maior impacto quando houver a greve.*

**9.** Na sua opinião, algum governo se destacou por ter tomado medidas relevantes no que respeita à melhoria do ensino na Guiné em geral, e em particular do ensino Básico e Secundário no que respeita a gratuitidade da frequência do ensino? Porquê? E no que respeita à prevenção do abandono escolar? Porquê? E ainda no que respeita à formação de professores e outros? Porquê?

### **Resposta**

*Sim, houve algum governo que se destacou nesse sentido. Após conflito de 7 de Junho, houve reforma de 2003 que criou mecanismos de melhoria, Ensino Básico Unificado, foi altura em que a gratuidade foi introduzida. Embora são medidas políticas, não conseguiu funcionar a nível nacional em todas as regiões, instituíram a universalização de acesso. A partir de desse ano, 2003 a presente data nem todas as crianças têm acesso ao ensino, não basta dizer gratuidade sem criar condições para tal. Há dificuldade da sua implementação.*

*Quanto ao abandono, nunca houve política coesa para evitá-lo e provoca insucesso. Para evitá-lo passa pela criação de condições já ditas anteriormente. Cada governo passa por alto.*

*A partir de 2004/2005 houve incentivo, dignificou o ensino, aumento salário, capacidade formativa etc., pode-se evitar abandono quando também não a greve, o pior é anular o ano (que aconteceu em 2003). Governo de Carlos Gomes Júnior, contribuiu nesse processo por tirar professor da situação miserável. Mas tarde, em 2009/2010 houve medidas boas, reformas e aumento de ligeiro investimento. Igualmente, no governo de Simões Pereira em 2014, regista-se boas tendências da Política Educativa, de reformas com a criação de três centros de formação de professores para diversificar, que brevemente vão começar a funcionar. Quanto à retenção e evitar abandono nem assim tanto.*

*Através dos parceiros, algumas escolas foram construídas. Algumas leis foram criadas: Ensino Superior da Educação (ESE), 2011/2012. Carlos Gomes Júnior teve visão para melhorar o sistema. É difícil concretizar essas visões devido a alguns constrangimentos que vivenciados.*

### **ENTREVISTA-7**

1- Na sua opinião, que balanço geral faz da evolução do sistema educativo na Guiné-Bissau no Ensino Básico e Secundário desde 1991? É essencialmente positiva ou negativa? Porquê?

### **Resposta**

*O Balanço é negativo. Essencialmente, porque o seu impacto na sociedade tem sido demasiado lento para não dizer praticamente nulo. Foram encetadas algumas reformas como por exemplo a introdução do “Plano Quadro Nacional: Educação para o desenvolvimento Humano”, que girou em torno de dois importantes eixos: 1) Programa de Educação de Base para todos; 2) Programa Nacional de Promoção de Competências Técnicas e Profissionais. Apesar de ter elevado a taxa de escolarização bruta, acabou por cometer um erro grosseiro, que foi o de alargar de forma desmedida a rede privada do ensino. Estima-se que em 2010, isto é, 36 anos depois da independência, continuava a haver cerca de 800 mil guineenses que não sabiam ler nem escrever. A própria taxa de literacia pode ter evoluído do ponto de vista quantitativo, mas deixa muito a desejar qualitativamente. Depois entram, naturalmente, os edifícios escolares que são autênticas prisões para os alunos. Muitas destas construções são barracas, sem*

*instalações sanitária; mal equipadas. Os orçamentos têm vindo a diminuir desde 1984. Faltam professores e muitos apresentam mesmo deficiente formação. Em suma: os problemas são muitos e complexos.*

2. Na sua perceção, e tendo em conta ao período pós-independência, refira duas ou três medidas que considere terem sido fundamentais para o desenvolvimento do ensino Básico e Secundário na Guiné-Bissau.

**Resposta**

*A esse respeito, gostaria de destacar a criação de escola “Chico Té” de formação de professores; o combate a um certo elitismo que o sistema colonial promovia e a massificação do ensino. Pena é que a essa massificação não tenha tido correspondência com a qualidade do sistema.*

3. Quais considera serem os dois ou três problemas mais graves que não foram ainda resolvidos nestes níveis de ensino?

**Resposta**

*O excessivo número de alunos por turma, a qualidade dos professores desses níveis e a inexistência de manuais escolares autóctones.*

4. Na sua ótica, quais são as principais razões para a prevalência dos problemas que antes identificou na questão anterior? E em que medida a instabilidade dos Governos têm contribuído para os mesmos?

**Resposta**

*- Em primeiro lugar, a prevalência desses problemas deve-se essencialmente ao desinteresse que esse setor tem merecido da parte do Estado e dos intervenientes do setor educativo. Claro que a instabilidade governativa e a ausência de um Pacto de Regime no setor tem contribuído para dar uma machadada final no Setor que não pode viver/sobreviver das flutuações da vida política.*

5. Na sua perspetiva, em que medida as políticas implementadas após de 1991 para o ensino Básico e Secundário contribuíram ou não para melhorar a qualidade da formação dos alunos, em concreto do ensino Básico e Secundário? Porquê?

**Resposta**

*Que políticas? O melhor que se fez foi durante os governos de Carlos Gomes Júnior, mais recentemente, entre 2009 e 2012. Antes foi o caos e a desordem. Antes havia medidas e documentos avulsos (muitos), mas que de nada serviram. Talvez a própria instabilidade política tenha contribuído para os fracassos desse período.*

6. No seu entender, como caracterizaria o investimento feito pelos governos guineenses desde 1991 no que respeita à melhoria da acessibilidade dos alunos dos ensinos básico e secundário a recursos essenciais para uma boa aprendizagem, tais como o acesso a Bibliotecas escolares, aos livros e materiais didáticos em geral? Porquê?

**Resposta**

*Os esforços nessa área têm sido quase nulos. O país [em termo educativo] tem sido confiscado pelas ONG estrangeiras que vão criando as bibliotecas aqui e ali e levando manuais escolares estrangeiras para apetrecharem as bibliotecas escolares. Mas isso não serve os interesses do ensino guineense. O nosso país devia ser mais arrojado nessa área. Podíamos ter o melhor sistema de ensino da região ou da sub-região que nos pudesse orgulhar. Um sistema de ensino inclusivo e democrático. Poderemos construir uma escola pública a sério sem bibliotecas, material didático, manuais? Nunca!*

7. Que importância tem a formação inicial e contínua dos professores do ensino básico e secundário para o desenvolvimento do sector educativo no País? Justifique!

**Resposta**

*Tem muita importância. Esse foi, por exemplo, um dos maiores ganhos da nossa I República. O país ficou muito a perder com a sangria desses quadros. Havia muitos professores de ensino Básico em formação em Aveiro. Outros formados para o secundário na Guiné. Os primeiros acabaram por ficar quase todos em Portugal, onde hoje integram os quadros do funcionalismo português. Muitos dos segundos acabaram por emigrar para Cabo Verde. Carlos Gomes Júnior quis retomar o projeto de formação e reciclagem dos professores, mas não teve tempo.*

8. De forma global, a seu ver, quais seriam as principais medidas políticas que deveriam ser implementadas para a melhoria da educação básica e secundária na Guiné-Bissau?

**Resposta**

*A primeira medida que pode garantir a democraticidade do sistema seria a nível da harmonização dos programas curriculares; criação de uma Comissão de reforma pedagógica; avaliação anual dos resultados; criação de um Centro de organização curricular com quadros de várias áreas científicas.*

9. Na sua opinião, algum governo se destacou por ter tomado medidas relevantes no que respeita à melhoria do ensino na Guiné em geral, e em particular do ensino Básico e Secundário no que respeita a gratuitidade da frequência do ensino? Porquê?

E no que respeita à prevenção do abandono escolar? Porquê? E ainda no que respeita à formação de professores e outros? Porquê?

**Resposta**

*Sim, os governos de Carlos Gomes Júnior. Foi durante os seus governos que houve de facto uma tendência reformista no setor, com a introdução da Carta de Política Educativa (CPE) de 2009 e que antecedeu a Lei de Bases do Sistema Educativo de 2010. CPE elegera a escolarização base efetiva até 2020; o programa de alfabetização e educação de adultos; promoção da saúde e alimentação escolar.*

**ENTREVISTA-8**

1- Na sua opinião, que balanço geral faz da evolução do sistema educativo na Guiné-Bissau no Ensino Básico e Secundário desde 1991? É essencialmente positiva ou negativa? Porquê?

**Resposta**

*Colocaria uma percentagem de 60%, não é positivo e nem negativo. Em termos do tempo, quanto a transmissão do conhecimento do professor, não é suficiente e ali é que reside a desvantagem a nível das matérias dadas. Paragem das aulas não favorece. A nível dos professores do Ensino Básico não são pessoas capacitadas e aproveitam refúgio no Ensino Secundário. Concernente às políticas implementadas, foram muito bons. Cópias políticas bons, mas a nível de seguimento nada. Mas quando é que vamos preparar recursos humanos para exercer atividades profissionais, tendo em conta as escolhas que fizemos para desempenhar uma parte primordial para o desenvolvimento em todos os domínios, sobretudo educação como pilar?*

*Em termos de sinais. A partir de 90 e considerando parte positiva pessoas que frequentaram 1.º ao 11.º ano. Mas sempre que saem há um elemento a nível nacional e internacional, há um guineense que destaca, mostrando qualidade. A nível de quantidade, saem massa sem aproveitamento. Tiramos quantidade e não qualidade.*

*A origem de tudo isto,*

*Primeiro, a falta da exigência da instituição. Não tem recursos humanos e carece de fiscalização, contaminando a nós mesmos. Falta de seguimento do Estado.*

2- Na sua perceção, e tendo em conta o período pós-independência, refira duas ou três medidas que considere terem sido fundamentais para o desenvolvimento do ensino Básico e Secundário na Guiné-Bissau.

**Resposta**

*Quanto às duas ou três medidas considero o seguinte:*

1. *Considero quando o ensino é grátis*
2. *É subsídios doados pelas cantinas escolas que é um incentivo,*
3. *Contribuição dos pais pela autogestão, traz vantagem.*
4. *Essas medidas possibilitam a gestão na tabanca, dos seus recursos, abrindo as portas para um conhecimento básico. Já se conseguem ler, escrever e refletir sobre as coisas, já têm visão de valorização das escolas deixando os filhos a frequentarem à escola.*

3. Quais considera serem os dois ou três problemas mais graves que não foram ainda resolvidos nestes níveis de ensino?

### **Resposta**

*Problema mais graves que ainda não foram resolvidos são:*

- 1.º *Recursos humanos (falou-se de pré escolar que é a base e ter pessoas preparadas para lidar com essas crianças), algumas regiões têm, inclusive Bissau.*
- 2.º *Recursos materiais ou edifícios (não reconhecem vantagens dos materiais, pois não os protegem).*
- 3.º *As políticas utilizadas não são adequadas ao ensino básico, porque não se fez o estudo de viabilidade de cada local. Importa ter em conta a realidade local, línguas, tradições e outras. Nem o MEN consegue estudar como cativar as pessoas para que sejam mais preparadas para o domínio do Ensino Básico.*
- 4.º *Há conteúdos que não são adequados para a nossa realidade, não foi resolvido ainda.*
- 5.º *Coloco ambição daquilo que pretendo*
- 6.º *Falta do bolo para a educação, subsídio, compensação, motivação por ser primordial.*

4. Na sua ótica, quais são as principais razões para a prevalência dos problemas que antes identificou na questão anterior? E em que medida a instabilidade dos Governos têm contribuído para os mesmos?

### **Resposta**

*Fatores da prevalência dos problemas identificados é questão da instabilidade dos governos e sua influência.*

- *Claro que ainda não conseguimos ter a estabilidade governativa.*
- *Salário compensatória.*
- *Mudanças repentinas nas funções, evitando de quando um ministro ou diretor entram, mudam toda a estrutura.*

*Digo a instabilidade, porque quanto mais instabilidade cria mais rutura no ensino, porque ainda não temos um Estado formal e capaz. Mesmo que há instabilidade governativa o Estado permanece. No*

*nosso caso, quando o governo cai o MEN para. Mas não tem nada haver. Com a estabilidade, os diretores devem fazer concurso e essa estabilidade da subida do poder, tem-se uma regra geral. Se conseguimos aproveitar e deixar as influências de política dentro da educação, saber selecionar os projetos mediante o estudo prévio, incidir campanha a base do diagnóstico. Evitando de inventar programa de América, Portugal etc., que vai construir Universidade A,B,C tendo em conta o recurso humano que tem. Quando não há estabilidade governativa, estado de direito a nível de ensino, torna cada vez fracassado. Ausência do controlo é uma contaminação ao Estado (mais licenciados sem qualidade é um problema) nem ligação do conhecimento e final do curso.*

5. Na sua perspetiva, em que medida as políticas implementadas após 1991 para o ensino Básico e Secundário contribuíram ou não para melhorar a qualidade da formação dos alunos, em concreto do ensino Básico e Secundário? Porquê

#### **Resposta**

*Com entrada de Firkidja, multiplicou-se as salas de aula, possibilitando aumento quantitativo de acesso ao ensino, mas perdendo a qualidade. Vejo três medidas.*

*Medidas aplicadas permitiu acesso aos materiais aos alunos na década 2000 e distribuídas a nível nacional através de projetos “escrever sem levantar as mãos”. Houve evolução a nível de conhecimentos. Com isso havia interligação na aprendizagem formal, familiar.*

6. No seu entender, como caracterizaria o investimento feito pelos governos guineenses desde 1991 no que respeita à melhoria da acessibilidade dos alunos dos ensinos básico e secundário a recursos essenciais para uma boa aprendizagem, tais como o acesso a Bibliotecas escolares, aos livros e materiais didáticos em geral? Porquê?

#### **Resposta**

*Considero investimento nulo, porque o Estado não faz investimento quase nada, salvo os projetos nos períodos de 1991 no EB. Não há um espaço para fazer biblioteca e conservar livros, materiais. Materiais dados degradaram por falta de cuidados e de proteção. Na tivemos resultados dos projetos, nem fazemos viabilidade do projeto e nem mecanismo de proteção dos materiais na mão de alunos (perdeu ou danificou). De 1991 até 2000 não vi alguma biblioteca aberta para alunos, e falta de motivação dos professores em levar alunos para a pesquisa e nem espaço para consulta, leva a destruí-los para alunos. Investimento do Estado sem retorno de qualidade.*

7. Que importância tem a formação inicial e contínua dos professores do ensino básico e secundário para o desenvolvimento do sector educativo no País? Justifique!

### **Resposta**

*Quanto à importância, é muito importante, e perdemos formação moral e familiar (ambiente) e religiosa. Esses fatores permitem ser uma pessoa ideal.*

*Um professor tem que ter formação académica, e social para saber como lidar com ela. Falta na Escola de Formação 17 de Fevereiro uma coisa, [começar a ministrar] de pré até 6.ª classe [para] reforçar a capacidade crítica dos professores, outra, não vejo o ambiente, como vamos mudar a pessoa num ambiente dessa para um contexto mais africano. Missões católicas conseguem resgatar cultura das pessoas e reconhecer valores e espírito profissional sem entrar nas bebidas e outras...*

*Questão de língua é essencial por ser instrumento de aprendizagem. A nível pedagógico, se associa a formação linguística. Considero compensação material e científica (resultado) além da compensação monetária. Vontade é imprescindível na formação. Há que haver medidas para formação sob pena de ser desqualificado do serviço e serem valorizados.*

*Sim, governo tem tentado promover formações. Mas problema é descontinuidade de projetos. A partir de 1991, verifica-se alternância de governação e não seguem projetos em curso, têm que anular e pensar no novo.*

**8.** De forma global, a seu ver, quais seriam as principais medidas políticas que deveriam ser implementadas para a melhoria da educação básica e secundária na Guiné-Bissau?

### **Resposta**

*As medidas são:*

*1.ª Aumento do tempo de permanência na sala de aula.*

*2.ª Continuidade de medidas de ensino grátis.*

*3.ª Que seja atribuído motivações, géneros, cantina escolas a nível nacional.*

*4.ª Motivações de recursos humanos a nível nacional*

*5.ª Que todos programas e ideias sejam debatidos a nível nacional.*

*6.ª Que seja construído um espaço no edifício para filmes, histórias, livros e outros; acho que essas medidas devem ser implementadas.*

*7.ª Medidas para a garantia da estabilidade governativa, sem a qual nada se pode fazer.*

*8.ª Rigoriedade na gestão Financeira, Recursos Humanos e Edifícios. Ter em conta três aspetos: Gestor, Comandante e Líder.*

**9.** Na sua opinião, algum governo se destacou por ter tomado medidas relevantes no que respeita à melhoria do ensino na Guiné em geral, e em particular do ensino Básico e Secundário no que respeita a

gratuidade da frequência do ensino? Porquê? E no que respeita à prevenção do abandono escolar? Porquê? E ainda no que respeita à formação de professores e outros? Porquê?

### **Resposta**

*Logicamente, é difícil fazer essa previsão de um dos governos, porque numa cerca de 20 e tal governos nenhum terminou o mandato.*

*Considero três formações a nível de Escolas de Formação de Professores, com compensações de géneros.*

*Mas a partir de 1991 entramos em complicação que perdeu algumas de medidas. E as medidas políticas foram prevalecendo e não ajudaram em nada. Na transição com Fadul [Francisco Fadul, primeiro-ministro no governo de transição, depois de golpe que derrubou, o regime de João Bernardo Vieira 'Nino') e complementado pelo Artur Sanhá [também antigo primeiro-ministro no governo de Dr. Koumba Yalá, antigo presidente da República da Guiné-Bissau entre 2000 e 2003].*

*Medida de gratuidade favorece ingresso maciço dos alunos à escola.*

*Prevenção de abandono deve-se a rituais, apanha de caju, manifestações culturais e gravidez precoce. Em relação à formação de professores, considero a educadora de infância muito importante para a construção de base antes da entrada na 1.ª classe. Que [na escola de formação de professores] 17 Fevereiro deve ser implementada noutras regiões, para além de Bolama. [Escola de Formação de Professores – Escola Normal Amílcar Cabral, em Bolama].*

*Considerações*

*O MEN falhou em todos os aspetos, importa frisar língua estrangeira devido à nossa zona de integração sem esquecer do Inglês.*

### **ENTREVISTA-9**

**1.** Na sua opinião, que balanço geral faz da evolução do sistema educativo na Guiné-Bissau no Ensino Básico e Secundário desde 1991? É essencialmente positiva ou negativa? Porquê?

### **Resposta**

*Ao falar do PE nos anos de 90, não tem como dissociar as décadas de 80. Foi um período onde aconteceu a libido fim do Estado Binacional Guiné e Cabo Verde. Desde 1973/74 até 1980 a Guiné-Bissau vivia um período de uma educação estatal numa perspetiva planificada apontando para um sistema socialista, de um Estado planificador, onde o Estado detinha as rédeas da educação mesmo com as críticas que se possa fazer de um Estado centralizador, mesmo assim a Guiné-Bissau gozava de uma educação com responsabilidade maior, educação humanística e que leve a emancipação do homem.*

*Já na fase que você alude, 1990, pós Luís Cabral vai acontecer novo fenómeno chamado Neoliberalismo ou as imposições de FMI, BM, BCE sobre a implementação de Estado Mínimo. Nesse sentido vai acontecer o relaxamento criando lacunas e preenchidas por novos atores que surgem naquele período (setor privado, as escolas privadas) que vão proliferar-se no país e começar a ofertar serviços para os cidadãos desamparados por uma Política do Estado máximo.*

*Com a proliferação das escolas privadas vai haver debilidade formativa, a precarização dos professores e outra que já vinha antes de 1991, a falta de investimento pesado na educação que vai maximizando até atualidade.*

*Depois de 90, assistimos um episódio que vai fragilizar o país que é o golpe de 1998, esse golpe vai aprofundar a crise económica, social e política no país. E o MEN não conseguiu implementar uma política que leve a Guiné-Bissau no seu todo. O orçamento das forças armadas é maior que da educação e saúde, o que aponta para anomalia do processo da construção do Estado de direito no país.*

*Meu balanço é negativo por não ter política educativa clara, nem orçamento que aponta para a sua demanda, limitamos a pedir e financiamento, não são devidamente utilizados. Em termos comparativos, da geração dos nossos pais, com 4.<sup>a</sup> classe já sabiam operações e escrever devidamente. Hoje 11.<sup>a</sup> classe tem essa dificuldade. O que aponta para uma debilidade educacional. Política do Estado da Guiné-Bissau é falida, muito débil, frágil face aos desafios do milénio.*

**2-** Na sua perceção, e tendo em conta o período pós-independência, refira duas ou três medidas que considere terem sido fundamentais para o desenvolvimento do ensino Básico e Secundário na Guiné-Bissau?

**Resposta**

*Não soube responder.*

**3.** Quais considera serem os dois ou três problemas mais graves que não foram ainda resolvidos nestes níveis de ensino?

**Resposta**

*Essa questão não é diferente do conjunto do país. Tudo Estado está intimamente ligado à questão nacional. Na verdade, o Estado da Guiné-Bissau, como um todo é um Estado desorganizado, ou seja, falta organização no sentido Republicano do Termo, e MEN vai refletir também nesta desorganização. Os problemas mais graves são os seguintes:*

- a) Falta de planificação ou se planejam é um planeamento formal;*
- b) Uso inadequado do apoio financeiro proveniente exterior destinado à Educação;*
- c) Ausência de bibliotecas, falta de hábito de leitura e de política para juventude...*

*Como alternativa o Estado deve:*

1. *Organizar, e que o MEN tome as rédeas no sentido profundo. Educação é instrumento de transformação social em todos os níveis;*
2. *Valorizar a educação enquanto elemento transformador da sociedade;*
3. *Traçar política educacional de valorização do professor (salário, condição do trabalho, infraestrutura, a biblioteca, e ter foco no público alvo, os estudantes). Educação formal deve ser amparada pelo Estado.*
4. Na sua ótica, quais são as principais razões para a prevalência dos problemas que antes identificou na questão anterior? E em que medida a instabilidade dos Governos têm contribuído para os mesmos?

**Resposta**

*Tendo em conta a dificuldade que o País se encontrava do ponto de vista de captação de recursos que advém do Estado, vai acarretar um défice investimento nos diferentes sistemas do país, em especial no sistema educativo. Nesse sentido, a Educação vai ter uma rubrica do Orçamento Geral do Estado a quem a sua real necessidade. Com a guerra de 7 de Junho, a situação piorou, vamos ter a de pregação das infraestruturas fruto da instabilidade que afeta o estado social, e afeta sobremaneira a educação. Iguamente sucessivos golpes aprofundam a desigualdade e deformam o tecido social.*

5. Na sua perspectiva, em que medida as políticas implementadas após 1991 para o ensino Básico e Secundário contribuíram ou não para melhorar a qualidade da formação dos alunos, em concreto do ensino Básico e Secundário? Porquê?

**Resposta**

*Desconheço da política do Estado em relação a equipamento para Biblioteca. Pois, é um problema Nacional. Isso mostra ausência duma político público cultural e social.*

6. No seu entender, como caracterizaria o investimento feito pelos governos guineenses desde 1991 no que respeita à melhoria da acessibilidade dos alunos dos ensinos básico e secundário a recursos essenciais para uma boa aprendizagem, tais como o acesso a Bibliotecas escolares, aos livros e materiais didáticos em geral? Porquê?

**Resposta**

*Não tenho informação de que houve uma política de estado de equipar biblioteca, penso que a nível nacional não há mesmo bibliotecas com exceção das cooperação/embaixadas e poucas escolas da capital. Ausência desses importantes requisito (bibliotecas, livros e outros materiais didáticos), impacta sobremaneira o processo de ensino aprendizagem dos alunos.*

7. Que importância tem a formação inicial e contínua dos professores do ensino básico e secundário para o desenvolvimento do sector educativo no País? Justifique!

**Resposta**

*Formação continuada é de suma importância, porque se não, o professor para no tempo caduca...*

8. De forma global, a seu ver, quais seriam as principais medidas políticas que deveriam ser implementadas para a melhoria da educação básica e secundária na Guiné-Bissau?

**Resposta**

*O Estado não respeita as leis. Se respeitassem, iam disponibilizar mais de 15% ou 17% do OGE para a Educação.*

9. Na sua opinião, algum governo se destacou por ter tomado medidas relevantes no que respeita à melhoria do ensino na Guiné em geral, e em particular do ensino Básico e Secundário no que respeita a gratuidade da frequência do ensino? Porquê? E no que respeita à prevenção do abandono escolar? Porquê? E ainda no que respeita à formação de professores e outros? Porquê?

**Resposta...?**